

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ANÁLISE REGIONAL E AMBIENTAL

IVANETI PEREIRA MARTINS DA SILVA

DINÂMICA POPULACIONAL E PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE CAMPO MOURÃO –
PR – A ESPAÇO TEMPORALIDADE DE UM NÚCLEO POLARIZADOR

MARINGÁ
2008

IVANETI PEREIRA MARTINS DA SILVA

DINÂMICA POPULACIONAL E PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE CAMPO MOURÃO –
PR – A ESPAÇO TEMPORALIDADE DE UM NÚCLEO POLARIZADOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação Mestrado em Geografia. Área de Concentração: Análise Regional e Ambiental, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Mendes Rocha

MARINGÁ

2008

IVANETI PEREIRA MARTINS DA SILVA

DINÂMICA POPULACIONAL E PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE CAMPO
MOURÃO – PR – A ESPAÇO TEMPORALIDADE DE UM NÚCLEO POLARIZADOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação Mestrado em Geografia. Área de Concentração: Análise Regional e Ambiental, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: 15 de maio de 2008

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcio Mendes Rocha – Orientador
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof^a. Dr^a. Ângela Maria Endlich
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira
Universidade de São Paulo - USP

Dedico este trabalho

Ao meu esposo Luiz Carlos da Silva e aos nossos filhos: Luiza Camila da Silva, Eleonora Lizia da Silva e Leônidas Adoniram da Silva pelo incentivo, carinho, amor e compreensão que sempre me ofereceram. A minha sogra Idalina Silva pelo apoio e pelo exemplo de luta, coragem e perseverança que sempre me inspiraram.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pelo dom da vida, da sabedoria e por nortear nossa caminhada.

Ao Professor e orientador Dr. Marcio Mendes Rocha, por ter me aceitado como orientanda e que com amizade, seriedade e competência, soube decifrar e encaminhar o desenvolvimento deste trabalho, desde as primeiras idéias do projeto de pesquisa, ainda confusas, até a conclusão desta dissertação de mestrado.

As professoras Dr^a. Ângela e Dr^a. Celene Tonella pelas sugestões críticas por ocasião do colóquio e do exame de qualificação, que muito contribuíram para a lapidação deste trabalho.

A Maria Aparecida de Lima Savi – secretaria PGE/ UEM, sempre prestativa e atenta para não perdermos os prazos e compromissos estabelecidos.

A todos os professores do Departamento de Geografia – UEM: Universidade Estadual de Maringá e Departamento de Geografia – FECILCAM: Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, pelos conhecimentos transmitidos e pelo apoio e incentivo.

A todos meus amigos que cursaram as disciplinas exigidas para a conclusão do curso de mestrado, contribuindo através de discussões teórico-metodológicas realizadas em trabalhos em grupos.

Aos meus amigos José dos Santos Feitosa, Claudia Chies, Joselene Cotrick, Valkiria Trindade de Almeida Santos, Sandra Carbonera Yokoo e professor Edson Noriyuki Yokoo, que me auxiliaram nas pesquisas de campo, na obtenção de materiais bibliográficos e nas discussões calorosas a respeito da análise dos dados.

A todos os professores que fizeram parte da minha formação acadêmica, por repassarem seus conhecimentos e amizade, mas principalmente por acreditarem no meu potencial, em especial: Verônica dos Santos Passos (minha primeira

professora) Diva Camargo, Lucimara Liberali, Dircélia Teixeira e Edson Noriyuki Yokoo.

Aos funcionários e amigos da Escola Municipal Mário de Miranda Quintana e Escola Emílio de Menezes, e as amigas Maria Aparecida Batista, Maria Nilda, Laura Albino e Erenir de Oliveira Arruda Gonçalves, que muito oraram, apoiaram e me incentivaram para realizar este trabalho.

Ao Dr. Dror Yona, Dr. Denis de Figueiredo Bonatto. Dr. Melissa Jorge e a todos os funcionários do INCAM (Instituto do Câncer de Campo Mourão), que com muita competência e carinho cuidaram de mim no ano de 2007 e continuam me acompanhando, garantindo minha saúde e recuperação para que eu possa terminar este trabalho e traçar planos para a realização de outros projetos profissionais e de vida.

A Luiza Camila da Silva por auxiliar no trabalho de digitação e transcrição das entrevistas.

Aos trabalhadores, comerciantes, prefeitos e secretários que me concederam as entrevistas tornando possível a análise dos dados sobre a pertinência da mobilidade populacional no eixo pólo/periferia do Município de Campo Mourão.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração deste trabalho meus sinceros agradecimentos.

Aquilo que é criado pela vida não pode ser morto ou imóvel. As maneiras de produzir mudam; as relações entre o homem e a natureza mudam; a distribuição dos objetos criados pelo homem para poder produzir e assim reproduzir a sua própria vida podem igualmente mudar. Basta que uma nova planta seja domesticada e incorporada à produção para que se imponha um novo comando sobre o tempo; e isso impõe ao mesmo tempo localizações novas, isto é, uma nova organização do espaço. (Milton Santos).

RESUMO

Este estudo analisa o Município de Campo Mourão levando em conta o processo de dinamismo populacional, relacionado aos fatores geo-econômico e a transformação do espaço ocorrida, desde a chegada dos primeiros colonizadores a região até os dias atuais. Através do presente estudo foi possível comparar o desenvolvimento dos ciclos econômicos, e o fluxo migratório subjacente a este processo que promoveu um considerável aumento da população e movimentação econômica. Notadamente, o intenso processo de urbanização, verificado nas últimas décadas, tem contribuído para o surgimento de novos deslocamentos populacionais, com expressividade no movimento pendular. O estabelecimento desta relação entre pólo/periferia leva à caracterização do aglomerado urbano com os municípios periféricos, sendo este um dos objetivos deste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Campo Mourão, dinâmica populacional, espaço transformado.

RESUMÉ

Cette étude analyse le municipe de Campo Mourão en considerant le procès de dinamisme de la population, relacioné aux facteurs geoeconomique et la transformation de l'espace produit, dès l'arrivée des premières colonisateurs des regions jusqu'à les jours actuels. Atravers ce présent étude fut possible comparer le developpement des cycles économiques, et le flux migratoire subjectif à ce procès économique. En remarquant, le procès intense de l'urbanisation, verifié dans les dernières décennies, il a contribuit pour le surgiment des nouveaux déplacement de la population expressive au mouvement accrocher, l'établit de cette relation entre pôle /banlieue lève la caracterisation d' agglomération urbain avec les municipes périphérique, soyant cet un des objectifs de ce travail.

MOTS CLEFS: Campo Mourão, dynamique de la population, espace transformé.

LISTA DE SIGLAS

BR	Brasil
CIS-COMCAM	Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da COMCAM
CM	Campo Mourão
COAMO	Cooperativa Agroindustrial Mourãoense
COMCAM	Comunidade dos Municípios da Região De Campo Mourão
COPEL	Companhia Paranaense de Energia Elétrica
FECILCAM	Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização E Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico E Social
MO	Município de origem
P	Pergunta
PEA	População Economicamente Ativa
PR ou Pr	Paraná
R	Resposta
UEM	Universidade Estadual de Maringá

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –Município de Guarapuava – Campo Mourão como distrito, 1938. _____	32
Figura 2 – Município de Pitanga – Campo Mourão como distrito, 1945. _____	33
Figura 3 – Município de Campo Mourão , 1948. _____	34
Figura 4 – Município de Campo Mourão - organograma de dependência genealógica. _____	34
Figura 5 – COMCAM- mapa de localização espacial. _____	35
Figura 6 – Região de Campo Mourão - organograma de desmembramento e criação de novos municípios. _____	37
Figura 7 – Região Sul - mapa das escalas da rede urbana. _____	50
Figura 8 – Região centro ocidental paranaense - Hierarquia da centralidade, 1998. _____	52
Figura 9 – PARANÁ – Principais Acessos Rodoviários. _____	61
Figura 10 – Campo Mourão - cobertura vegetal , 1950 _____	84
Figura 11 –Campo Mourão - localização dos Municípios pesquisados dentro da Messorregião Centro Ocidental Paranaense. _____	93
Figura 12 – COAMO – área de ação nos Estados do PR, SC e MT, 2008. _____	141

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Na seqüência: abertura da estrada ligando Campo Mourão a Maringá; imediações da balsa no Rio Ivaí, 1948. _____	58
Foto 2	Campo Mourão, 1948; 2007. _____	64
Foto 3	Campo Mourão - Moradia dos desbravadores. _____	73
Foto 4	Campo Mourão - Carro de boi atravessando o rio com a família Pereira, 1903. _____	73
Foto 5	Campo Mourão - um dos primeiros ônibus intermunicipal, 1940-50.	79
Foto 6	Campo Mourão - ônibus atolado, 1950. _____	80
Foto 7	Campo Mourão - Beneficiamento doméstico de melado; mandiocas gigantes como indicativo da fertilidade da terra da região, 1950. ____	81
Foto 8	Campo Mourão - trator de esteira utilizado para retirar a área florestal para o plantio extensivo, 1958. _____	82
Foto 9	Campo Mourão – vegetação de campos de Cerrado, 1950. _____.	83
Foto 10	Campo Mourão - retirada e transporte de árvores, 1950-60. _____	85
Foto 11	Campo Mourão - Serraria Carollo, 1950-60. _____	86
Foto 12	Campo Mourão - carro de boi e caminhão utilizados para transportar madeira. _____	87
Foto 13	Campo Mourão - trecho da PR 558, 2007. _____	91
Foto 14	Peabiru - estrada e inicio da povoação – 1948; Praça central - 2007. _____	96
Foto 15	Mamborê - vista aérea, 2007. _____	97
Foto 16	Araruna – inicio do povoamento - 1948. Vista aérea -2007. _____	98
Foto 17	Luiziana - vista aérea, 2007. _____	99

- Foto 18 Entrevista realizada com trabalhadores dos municípios periféricos a Campo Mourão, capturada nos pontos de ônibus e dentro dos ônibus metropolitanos. _____ 102
- Foto 19 Passageiros se aglomerando para entrar no ônibus metropolitano e passageiros em pé por falta de banco disponível. _____ 112
- Foto 20 Campo Mourão - melhoria na infra-estrutura urbana: Vista aérea da cidade, 1960, 1973; Avenida Capitão Índio Bandeira, 1960 e 1972. 140

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Porcentagem de homens e mulheres entrevistados. _____	102
Gráfico 2	Distribuição dos trabalhadores quanto à faixa etária. _____	103
Gráfico 3	Porcentagem dos entrevistados que moram na zona rural e urbana.	105
Gráfico 4	Distribuição dos trabalhadores quanto ao tempo em que trabalham em Campo Mourão. _____	106
Gráfico 5	Motivos pelos quais os trabalhadores moram nos Municípios periféricos e trabalham em Campo Mourão. _____	107
Gráfico 6	Quanto ao local onde os trabalhadores almoçam. _____	108
Gráfico 7	Meio de transporte mais utilizado para ir trabalhar em Campo Mourão. _____	108
Gráfico 8	Condições das rodovias segundo os trabalhadores entrevistados.	110
Gráfico 9	Satisfação quanto ao número de ônibus e viagens. _____	111
Gráfico 10	Respeito do número de passageiros por viagem. _____	112
Gráfico 11	Dificuldades em morar nos municípios periféricos e trabalhar em Campo Mourão. _____	114
Gráfico 12	Fatores que motivam a mobilidade dos trabalhadores rumo a Campo Mourão. _____	118
Gráfico 13	Local onde gasta a maior parte do salário _____	129
Gráfico 14	Renda média dos trabalhadores. _____	120
Gráfico 15	Grau de escolaridade dos trabalhadores. _____	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Municípios pesquisados – estimativa da população 2000 e 2007_	36
Tabela 2	Infra-estrutura da cidade de Campo Mourão. _____	51
Tabela 3	Número de domicílios segundo uso e zona – 2000. _____	51
Tabela 4	Número de empresas instaladas na região em 2006. _____	63
Tabela 5	Situação geográfica/ distância horária_____	94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. OS PROCESSOS DE OCUPAÇÃO, COLONIZAÇÃO E FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO.	21
1.1 O processo de formação do território mourãoense	27
1.2 As redes urbanas na produção do espaço regional	38
1.3 A definição de Campo Mourão como um núcleo polarizador	53
2. A DINAMICA POPULACIONAL MOURÃOENSE E SUAS IMPLICAÇÕES.	68
2.1 A mobilidade da força de trabalho no território de Campo Mourão	71
2.2 Campo Mourão e seu entorno: municípios periféricos e migração pendular	92
2.3 Fatores e motivações para a mobilidade das populações	101
3. OS IMPACTOS DA MOBILIDADE POPULACIONAL NO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA REGIONAL	117
3.1 Os impactos da mobilidade populacional sobre o comércio do pólo/periferia na visão dos comerciantes.	121
3.2. O olhar das administrações municipais para as relações pólo / periferia.	125
3.3 A COAMO no desenvolvimento geo-econômico da região de influência de Campo Mourão e o impacto na dinâmica populacional	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS	152
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	159
APÊNDICE B – Entrevista com gerente do Departamento de Estradas e Rodagens – do Município de Campo Mourão	160
APÊNDICE C – Entrevista com a gerencia da empresa de ônibus Expresso Nordeste do Município de Campo Mourão.	161

- APÊNDICE D – Entrevista com à força de trabalho, ou seja, com a população que se desloca diariamente para trabalhar em Campo Mourão. _____ 162**
- APÊNDICE E – Entrevista com Prefeito do Município de Campo Mourão. __ 163**
- APÊNDICE F – Entrevista com à Acessória da COAMO do Município de Campo Mourão. _____ 164**
- APÊNDICE G – Entrevista com à Acessória da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Campo. _____ 165**
- APÊNDICE H – Entrevista com os comerciantes dos municípios periféricos a Campo Mourão (Mamborê, Peabiru, Araruna, Luiziana). _____ 166**
- APÊNDICE I – Entrevista com aos prefeitos dos municípios periféricos a Campo Mourão (Mamborê, Peabiru, Araruna, Luiziana). _____ 167**

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta alguns fatores interligados e complementares à explicação dos processos de deslocamento da população: de um lado, a mensuração e análise dos movimentos migratórios motivados pelo desenvolvimento dos ciclos econômicos, de outro, a dinâmica do próprio processo de ocupação do espaço e suas implicações, ressaltando, o intenso processo de urbanização, verificado nas últimas décadas, que tem contribuído para o surgimento de novos deslocamentos populacionais, notadamente, o movimento pendular diário com saída dos municípios de Peabiru, Araruna, Mamborê e Luiziana, considerados periféricos em direção a Campo Mourão.

A abordagem com relação ao processo de colonização regional propicia o entendimento histórico de forma crítica, reconhecendo os vários ciclos econômicos e a motivação da migração da força de trabalho, para o Município. Dá-se assim, subsídio para a compreensão do processo geo-econômico e dos fatores que contribuíram para a produção e transformação do espaço, culminando na caracterização e surgimento de um núcleo polarizador. Essa pesquisa é também relevante pela ausência de estudos específicos sobre a temática no Município em questão, pois, investigando o fluxo populacional da força de trabalho atual através da migração pendular, o fluxo dos ônibus e também da consolidação das linhas itinerárias, esse trabalho contribuirá para o planejamento urbano-regional, ou seja, servirá como parâmetro nas decisões e ações do Estado e do Município, auxiliando na melhoria da qualidade da infra-estrutura do transporte coletivo intermunicipal e conseqüentemente, na própria melhoria da qualidade de vida do trabalhador, a fim de diminuir os transtornos e as conseqüências da migração diária. Pois quando se tem estudos iniciais abordando esse tipo de inflexão, onde o trabalhador está e o que o motiva a se movimentar espacialmente contribui-se para o avanço da compreensão de todo processo de produção do espaço e suas implicações.

O objetivo desta pesquisa é analisar os aspectos da dinâmica populacional associada aos fatores geo-econômicos do Município de Campo Mourão buscando comparar os dados demográficos nos diferentes ciclos econômicos para compreender a sua importância e contribuição na produção e organização do espaço local/regional; entender os fatores que impulsionam a mobilidade espacial das populações envolvidas; investigar, a partir de uma amostragem qualitativa a mobilidade da força de trabalho que se desloca dos municípios periféricos para o pólo em questão.

Para o levantamento de dados visando à execução da pesquisa, foram utilizados alguns procedimentos como: revisão bibliográfica e pesquisa de campo. Na revisão bibliográfica foram utilizados obras e trabalhos que abordam a questão da dinâmica populacional no Brasil, no Paraná e no Município; migração, organização e transformação do espaço; colonização e êxodo rural; a força de trabalho, espaço, território e lugar enquanto categoria de análise geográfica.

Levantamento e análise de dados dos recenseamentos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), dos arquivos da prefeitura Municipal de Campo Mourão, do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Base de Dados do Estado IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) disponibilizado pelo NEMO - UEM e de outros órgãos públicos e privados, a fim de obter informações referentes à população, economia e desenvolvimento regional.

No levantamento de dados de campo foram solicitadas do Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira de Campo Mourão fotografias antigas que retratam situações históricas do município, a fim de comparar o passado e o presente do espaço objeto de análise, dando com isso subsídios para a caracterização do lugar.

As informações do trabalho de campo foram capturadas através de *fast interview* (entrevistas rápidas) que possibilitaram uma investigação qualitativa da força de trabalho que se desloca para o Município de Campo Mourão atualmente, a fim de estabelecer os fluxos mais importantes de mobilidade pendular e os fatores que impulsionam esse processo, correlacionando essas informações empíricas com a discussão teórica e obtendo as diretrizes que caracterizem a pesquisa proposta.

As entrevistas¹ (apêndice A ao I) foram aplicadas com os trabalhadores e representantes de alguns órgãos públicos e privados.

A partir da revisão bibliográfica, das pesquisas de campo, da construção e análise de tabelas e gráficos foi elaborada a dissertação de mestrado, analisando e interpretando os dados, correlacionando-os com a realidade observada no município.

A pesquisa está estruturada em três capítulos, sendo que no primeiro buscamos resgatar o processo de colonização da região de Campo Mourão, a fim de demonstrar como este se formou e ocupou um lugar de destaque dentro da hierarquia da rede urbana, caracterizando-se como um núcleo polarizador em virtude da função econômica e social que exerce em relação aos municípios periféricos. Enfatizamos também a evolução dos ciclos econômicos responsáveis pela vinda da população para o Município e pela produção do espaço, fato que contribui para a compreensão da mobilidade populacional contemporânea, objeto de estudo.

O capítulo dois trata da mobilidade populacional e de suas implicações, ou seja, neste capítulo fizemos um breve resgate histórico da mobilidade da força de trabalho no município de Campo Mourão a fim de compreendermos o presente como sendo o resultado de um processo geo-histórico e econômico. Também caracterizamos os municípios periféricos que apresentam maior fluxo diário da força de trabalho em direção a Campo Mourão, buscando, através de entrevistas, estabelecer os fatores e motivações que caracterizam a mobilidade dessas populações.

Para finalizar a pesquisa, no capítulo três, realizamos entrevistas com os comerciantes e prefeitos dos municípios periféricos, além de dados estatísticos. Também analisamos as condições atuais da economia regional buscando estabelecer os impactos que a mobilidade populacional pólo/periferia exerce sobre esta economia. Verificamos ainda a inserção local numa economia globalizada e as tendências de desenvolvimento local/regional, que conseqüentemente resultam na oferta de empregos e aumento da mobilidade populacional.

¹ Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas e estão à disposição para eventuais consultas, juntamente com o termo de consentimento livre e esclarecido assinado pelos entrevistados, no departamento de Pós Graduação com o Prof. Dr. Marcio Mendes Rocha e com a autora, Ivaneti Pereira Martins da Silva.

1. OS PROCESSOS DE OCUPAÇÃO, COLONIZAÇÃO E FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO.

Antes de discutir sobre a ocupação, colonização e formação do território mourãoense, precisa-se refletir a respeito do conceito de território, o qual está diretamente relacionado ao poder que os políticos, grupos de pessoas ou instituições exercem sobre um determinado lugar ou espaço. Desse poder partem todas as implicações relacionadas ao território como delimitações de fronteiras e limites, ressaltando a influência decisiva das ideologias para a abordagem desse tema.

Vários autores elaboraram reflexões sobre o conceito de território e cada um, dependendo da sua linha de trabalho e de suas concepções teóricas metodológicas, enfatizam alguns aspectos dentro do território, seja o aspecto econômico, político e cultural ou o entrelaçamento destes fatores, para explicar o conceito e a dinâmica de um espaço que está sempre em construção.

Para Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território e este se forma a partir de um ator sintagmático que se apropria de um espaço de maneira concreta ou abstrata. Dentro dessa concepção, o território é tratado, principalmente, com ênfase político-administrativa, isto é, como o território nacional, espaço físico onde se localiza uma nação; um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política; um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente, o ator territorializa o espaço. Neste sentido, entende o território como sendo:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Na análise de Raffestin (1993), a construção do território revela relações marcadas pelo poder. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. Poder e território, apesar da autonomia de cada um, vão ser enfocados conjuntamente para a consolidação do conceito de território. Assim, o poder é relacional, pois está intrínseco em todas as relações sociais.

Antes da constituição do território, há o princípio da territorialidade, ou seja, uma humanização do espaço que se dá através da ocupação, dando início a uma fronteira histórica que permite o alcance da condição territorial. “[...] o território é antes de tudo uma relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação” (HEIDRICH, 2004, p. 39).

Essas relações que estabelecem a condição territorial exigem uma manifestação generalizada de poder através de uma soberania política que combina apropriação e ocupação territorial com institucionalidade jurídico-política, organização econômica e identidade cultural. Os territórios de soberania política seja um rei, imperador ou Estado nacional sempre possuem uma população socialmente organizada que produzem riqueza, defendem e promovem a manutenção do território.

Com a apropriação, fixação e acumulação do trabalho há o efetivo domínio do espaço e a reprodução da sociedade e do território passa a ser “a materialização dos limites da fixação, revelando formas de organização bem mais complexas” (HEIDRICH, 2004, p. 41). Como o território estatal-nacional, que distingue as sociedades umas das outras, apresentando internamente uma organização espacial específica e um sentimento de coesão social e identidade, onde o Estado estabelece importante relação para a produção do espaço.

Além da soberania territorial, o Estado se interpõe entre os diversos interesses particulares, estabelece uma ordem e implanta uma infraestrutura pública de recursos [...] assume a forma de uma construção coletiva que permite e estimula cada indivíduo identificar-se à coletividade. (HEIDRICH, 2004, p. 42).

Milton Santos fez várias contribuições para a construção do conceito de território em várias obras, de grande importância para a Geografia brasileira.

Santos (2002) considera importante compreender a categoria território, uma vez que, para o autor, é na base territorial que tudo acontece, mesmo as configurações e reconfigurações mundiais influenciando o espaço territorial.

O território passa a ser formado no desenrolar da História, com a apropriação humana de um conjunto natural pré-existente. Nessa perspectiva o território usado assume um sinônimo de espaço geográfico, sendo necessário analisar sistematicamente a constituição do território, visto que em cada momento histórico este é usado de maneira diferente, sofrendo interferências regionais, do Estado, da história particular ou global. Resultando em cada período uma forma de distribuição do trabalho. Assim, Santos (2002, p. 21), afirma que “[...] a divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e instituições.”

A periodização da história é que define como será organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais. O autor evidencia o espaço como variável a partir de seus elementos quantitativos e qualitativos, partindo de uma análise histórica:

O que nos interessa é o fato de que cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo. (SANTOS, 1985, p. 09).

Na sua obra *metamorfoses do espaço habitado*, Santos (1996, p. 77) fala da configuração territorial definindo-a como o todo, conceituando o espaço como a totalidade verdadeira, entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. Para o autor: “Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes.”

Estes espaços diferentes, as espacialidades singulares, são resultados das articulações entre a sociedade, o espaço e a natureza. Assim, o território poderá adotar espacialidades particulares, conforme há o movimento da sociedade (nos seus múltiplos aspectos: sociais, econômicos, políticos, culturais e outros).

Já a abordagem de Souza (2001) sobre o território estabelece uma ênfase política e também cultural, na qual ele identifica, nas grandes metrópoles, grupos sociais que estabelecem relações de poder formando territórios de conflito pelas

diferenças culturais. O território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, o qual não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação. Assim, o conceito de território deve abarcar mais que o território do Estado-Nação, para Souza (2001, p.11) “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN”.

Após retrabalhar o conceito de território, o autor propõe o conceito de território autônomo como uma alternativa de desenvolvimento. A autonomia constitui, no entender dele, a base do desenvolvimento, este encarado como processo de auto-instituição da sociedade rumo a uma maior liberdade e menor desigualdade.

Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território [...] Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder [...] No entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um “Estado” enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade.(SOUZA, 2001, p. 106).

Assim, “em qualquer circunstância, o território encerna a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo” (SOUZA, 2001, p. 108). Não um território ideologizado com um poder centralizador como o Estado-Nação, mas um território autônomo, onde as pessoas têm a liberdade de manifestar suas escolhas e potencialidades, gerando um espaço socialmente eqüitativo.

Deste modo, na visão de Souza (2001), o território deve ser apreendido em múltiplas vertentes com diversas funções. Mesmo privilegiando as transformações provenientes do poder no território, existem múltiplos territórios, principalmente nas grandes cidades, como o território da prostituição, do narcotráfico, dos homossexuais, das gangues e outros que podem ser temporários ou permanentes.

A idéia de poder é uma constante na análise do território feita por Andrade (1995), o qual retrata o conceito de território com uma abordagem profundamente política e econômica de ocupação do espaço. O território pode ser entendido como o controle administrativo, fiscal, jurídico, político, econômico, efetivo, do espaço ou de uma região. Mas há uma diferenciação entre território e espaço.

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma

determinada área. Deste modo, o território está associado à idéia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (ANDRADE, 1995, p. 19).

O território associa-se mais à idéia de integração nacional, de uma área efetivamente ocupada pela população, pela economia, a produção, o comércio, os transportes, a fiscalização etc. É no território que as relações capitalistas efetivamente se fazem presentes. Já o espaço é mais amplo que o território, englobando também as áreas vazias que ainda não se territorializaram, isto é, que ainda não sofreram uma ocupação humana efetiva. Assim, o espaço é mais amplo que o território, englobando-o. É uma área delimitada geograficamente e administrativamente pelas suas fronteiras. Associada ao território, tem-se a expressão territorialidade que, para o autor:

Pode vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeito à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado. [...] A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas. (ANDRADE, 1995, p. 20).

Já territorialização é a forma de como se materializa o território, bem como a manifestação das pessoas, a especialização de qualquer segmento da sociedade como, por exemplo, a produção econômica de um determinado produto.

O território é um produto 'produzido' pela prática social, e também um produto 'consumido', vivido e utilizado como meio, sustentando a prática social. O processo de ocupação do território é determinado pela infraestrutura econômica, mas regulado pelo jogo político (...) A territorialidade é, pois um fenômeno associado à organização do espaço em territórios diversos, considerados exclusivos por seus habitantes: é uma relação com o espaço considerando os demais atores. A territorialidade é o consumo do território, é a face vivida do poder. (BECKER, apud. RODRIGUES, 1999, p.56).

Para Becker (2003, p.1) território é “uma porção do espaço apropriada e delimitada” e a informação sempre foi imprescindível para se exercer o domínio e o poder sobre este território. Fato que implica no controle de recursos naturais e de posições geográficas estratégicas a fim de direcionar a ação coletiva e orientar a disposição das coisas de modo conveniente para se alcançar os objetivos desejados e exercer o controle.

Hoje com a revolução científica-tecnológica e com a crise ambiental que impõe novos padrões de relação com a natureza e seus recursos, cresceu a exigência da ampliação da informação e do conhecimento sobre o território.

Face às novas demandas torna-se crucial a informação onde ela estiver, e não apenas no nível agregado do território nacional. Para as estratégias dos novos atores que comandam o processo de transformação territorial – tanto os atores da lógica da acumulação, os grandes bancos e corporações, quanto aqueles da lógica civilizatória, os movimentos sociais – o que importa é a informação desagregada e flexível sobre o lugar, o que lhes permite atuar seletivamente. (BECKER, 2003, p. 1).

Nessa perspectiva, há a articulação entre o local e o global, através das redes transnacionais de informação que faz surgir novas territorialidades, onde o Estado reduz o seu poder de controle sobre o processo produtivo e sobre a sociedade, o que significa “um novo padrão de desenvolvimento economicamente eficaz, socialmente justo e não predatório da natureza” (BECKER, 2003, p.2). Mas a efetivação do uso inteligente do território requer além de informações precisas e articuladas dos processos de transformação nele inscritos, a parceria com os vários segmentos da sociedade.

O território é fruto de uma relação complexa, permeável de mobilidade, cultura, Estado e várias categorias engendradas. Por isso é preciso fazer uma (re) leitura do território para buscar a construção da cidadania. Essa leitura implica em compreender as formas de organização do território “as causas, a estrutura e conjuntura da distribuição sócio espacial da produção” (RODRIGUES, 1999, p.56). O território é importante não somente por representar um espaço próprio do Estado-Nação, mas porque possui diferentes atores sociais que manifestam seu poder sobre uma área precisa. Assim, o território possui relação com a cidadania em todas as escalas de análise, local ou global.

O território é apropriado privadamente e pelo Estado-Nação, sendo vendida e comprada como mercadoria, ou seja, “os territórios representam espaços-paisagem, lugares com fronteiras demarcadas, seja do animal, seja do rural ou urbano [...] até das gangues e grupos criminosos” (RODRIGUES, 1995, p. 57). Dentro do território representado pelo Estado-Nação existe muita desigualdade social, pois a demarcação se intensificou com a expansão do capital financeiro e pela implantação das grandes indústrias que buscam o lucro. É necessário

desvendar e compreender o processo que envolve o domínio territorial, a fim de assegurar e contribuir para a construção da cidadania.

A constituição do território também possui uma dimensão cultural, onde a reprodução de um padrão é necessária para a reprodução do capitalismo. Dento do território o Estado exerce seu poder e assume o papel de agente transformador, fundamentado na autonomia relativa, onde os grupos ou ideologias possuem uma maior ou menor inserção. Devido a atual conjuntura social no Brasil a sociedade urge por várias soluções. As demandas são inúmeras e nem todas são atendidas, sendo o Estado responsável pela regulação desses processos, que por vezes tem se esgueirado de parte dessas responsabilidades sociais, passando-as para os grupos privados ou mesmo para o terceiro setor, refletindo o perfil de Estado Mínimo preconizado pelo modelo neoliberal vigente.

Assim, o Estado estabelece uma importante relação para a produção do espaço e do território, representando a forma mais elaborada do sistema produtivo capitalista vigente. O Estado se reproduz e se perpetua através da produção de ideologias circunscritas por um corpo mais ou menos organizado. Essas ideologias possuem uma função marcadamente política. As ideologias desempenham um papel social, substituindo, na consciência coletiva, as instituições, valores, relações sociais reais por idéias abstratas consensuais. Ao lado das ideologias, a sociedade também produz utopias, que podem ser definidas como as idéias, representações, teorias que aspiram outra realidade, uma realidade ainda inexistente. As utopias, portanto, têm uma dimensão crítica de negação da ordem social vigente e se orientam para sua ruptura.

1.1 O processo de formação do território mourãoense

Quanto ao processo de formação do território mourãoense, percebe-se a presença do poder econômico, político e cultural, acima descritos, em vários momentos de sua história, definindo e delimitando seu espaço. A demarcação do

território paranaense e do Município de Campo Mourão esta contextualizada ao descobrimento da América e na definição das fronteiras e da política estabelecida entre Portugal e Espanha pelo Tratado de Tordesilhas firmado em 1494. De acordo com este Tratado a maior parte do território brasileiro pertencia à Espanha. Para Lazier (2003, p.17) “a conquista do Brasil e do Paraná pelos europeus aconteceu repleta de acordos, contradições e lutas”, iniciadas desde a descoberta de novas terras na América, principalmente entre Portugal e Espanha.

De acordo com Lazier (2003) na sua ação de conquista, na região do Prata, os espanhóis fundaram Buenos Aires em 1536 e Assunção em 1537 de onde partiram na tentativa de conquistar o atual Paraná, fundando em 1547 a *Ciudad Real del Guaira* e em 1576 a *Vila Rica Del Espírito Santo*. Enquanto que os portugueses, vindos de São Paulo, fundaram os núcleos urbanos de Paranaguá em 1648 e Curitiba em 1693. Em 1660, como a faixa marítima de Paranaguá até a Serra do Mar era de domínio português, foi criada a Capitania de Paranaguá, constituída pelos territórios que antes compunham a Capitania de Sant’Ana.

A Capitania de Paranaguá existiu até 1710, quando foi extinta e incorporada aos territórios da Capitania de São Vicente e Santo Amaro, formando posteriormente a Capitania de São Paulo. Como essa Capitania era muito extensa foi dividida em duas Comarcas, a situada ao Sul ficou com a sede em Paranaguá, mas em 1812 foi transferida para Curitiba, passando a ser denominada de Capitania de Curitiba e Paranaguá. Em meados do século XX, a Província de São Paulo estendia-se na sua parte meridional até o Rio Uruguai (VEIGA, 1999).

Com a expansão da pecuária nos Campos Gerais, com os trabalhos dos tropeiros no comércio de gado, do crescimento da produção e comercialização da erva-mate, criou-se uma infra-estrutura que possibilitava a autonomia política da Comarca de Curitiba, além de outros fatores como o apoio do Imperador, da cúpula do Partido Conservador, dos baianos, mineiros, fluminenses e apoio das classes dominantes da região. A instalação da Província do Paraná se concretizou através da Lei nº. 704, em 19/12/1953, sancionada pelo Imperador D. Pedro II, conforme descrito por Lazier (2003).

Quando os europeus chegaram ao Brasil, a região onde hoje se encontra Campo Mourão já fazia parte do Caminho de Peabiru ou de São Tomé, sendo já

conhecida pelos índios pré-colombianos. Por esse caminho, a partir do século XVI transitaram várias pessoas e numerosas expedições.

O caminho do Peabiru é citado por todos os historiadores da História do Brasil e do Paraná como um caminho usado pelos índios, que partindo do Oceano Atlântico atravessava a América do Sul e alcançava o Oceano Pacífico. Sua existência recua para muito tempo antes do descobrimento [...]. Fantástica era sua extensão que do Oceano Atlântico atravessava a América do Sul em direção a Cuzco, capital do Império Inca e continuava até o Oceano Pacífico [...]. Traçando-se uma linha reta da Capital do Império, Cuzco, no rumo leste até o Oceano Atlântico, o ponto seria Salvador, na Bahia, mas buscando-se a menor distância, o ponto cai sobre a Bahia de Paranaguá. Para escapar ao paredão da nossa Serra do Mar ramais buscaram acessos mais suaves para o norte, bem como para o sul. (DRABIC, 1999, p.7-12).

O caminho de Peabiru tinha dois ramais, um deles seguia pela linha tronco, percorria o itinerário São Vicente-Piratininga, Sorocaba, Botucatu, Tibagi, Ivaí e Piquiri. O outro itinerário seguia pelo Rio Tietê, atravessava o Paranapanema nas proximidades da foz do Rio Pirapó, subindo pela margem desse em direção ao Ivaí, atravessando-o pouco acima do Rio da Guia e, margeando à esquerda, o rio Principal atingia os campos de Campo Mourão. (LARA, 2003).

Em 1750 conforme estipulava o Tratado de Madri, a fim de solucionar as questões de fronteira, a terra seria de quem tivesse a sua posse e domínio. Assim, são organizadas e despachadas ao oeste do Paraná as primeiras expedições. Uma delas foi comandada pelo “capitão Estevão Ribeiro Baião, composta por 75 bandeirantes, partiu de Curitiba em 1760, chegando onde hoje é Campo Mourão, deu-lhe o capitão o nome de Campos do Mourão” (LARA, 2003, p.21), em homenagem ao Governador da Província de São Paulo (Capitão-General D. Luis Antônio de Souza Botelho e Mourão), da qual o Paraná era subordinado. Como resultado da penetração dessa expedição, iniciada por Estevão Baião e terminada por Francisco Lopes da Silva, de acordo com Veiga (1999) foram descobertas as ruínas da abandonada Vila Rica do Espírito Santo, na margem esquerda do rio Ivaí, próximas a atual cidade de Fênix.

Mesmo a região sendo conhecida desde o século XVI, apenas em 1880 por iniciativa do Comendador Norberto Mendes Cordeiro e fazendeiro de Guarapuava, surge o interesse dos fazendeiros pecuaristas guarapuavanos de conhecer a região, povoar e estender a pecuária aos Campos do Mourão, registrando uma grande Gleba de terras no ano de 1893.

De acordo com as disposições republicanas da Lei nº. 68, de 20 de dezembro de 1892, regulada pelo Decreto nº. 1-A, de oito de abril de 1893, foi requerida a posse de uma área de 60 mil hectares, conforme registro coletivo, datado de 25 de setembro de 1893, em Guarapuava, constituindo-se no primeiro documento oficial de posses ou terras particulares nos Campos do Mourão; no qual constam os seguintes nomes: Laurianna de Paula Marcondes, Joaquim Gonçalves da Motta, Alfredo da Silveira, Domingos Moreira Gamalier, Rozendo Moreira Bals, Pedro Moreira Rubilar, João Ribeiro Soares, Manoel de Jesus e Araújo José Hilário dos Santos, Manoel Lourenço da Silva Bastos, Antonio de Oliveira Rocha, Hygino Honorato de Bittencourt, Constantino de Souza e Oliveira, Horacio Hilário Pimpão, Domingos Inácio de Araújo Marcondes, Antonio V.S. (Antonio Honorato de Almeida), Pedro Moreira Rubilar Filho, Norberto Mendes Cordeiro, Missel Damásio de Camargo, Charabim Chrispim Ayres, Guilherme de Paula Xavier, José Simões de Oliveira, Antonio Jose Barbosa e Beto dos Santos Martins. (VEIGA, 1999, p.29).

Na declaração em que pedem o registro de 30 quinhões com 2.000 hectares cada um, eles afirmaram que existiam casas de moradia e mais benfeitorias, assim como certo número de gado vacum e cavalari, embora não fosse verdade, naquele tempo não se fazia comprovações das declarações. Dos requerentes, de acordo com Lara (2003), somente Guilherme de Paula Xavier fixou residência em Campo Mourão, mas isso apenas em 1920.

Na década de 1890 o pasto natural e o cerrado nativo dos "Campos do Mourão" serviam de ponto de descanso dos tropeiros que pela região passavam, tocando boiadas para negociar no Mato Grosso do Sul. Em 1903 chegou e fixou-se nos "Campos do Mourão" a família do paulista José Luiz Pereira (LARA, 2003), seguida dos Teodoro, Custódio, Oliveira, Mendonça, Mendes e dos guarapuavanos Guilherme de Paulo Xavier, João Bento, Norberto Marcondes, Jorge Walter (O Russo), dentre outros pioneiros que se fixaram em grandes áreas de Campo do Mourão, dedicando-se a agricultura de subsistência, a criação de gado e posteriormente a extração da madeira nativa.

Com o crescimento demográfico da região de Campo Mourão, inicia-se a luta pela emancipação. Essa luta é acompanhada dos objetivos do governo, que visava aproveitar racionalmente as terras devolutas do interior do Paraná, controlando a crescente expansão e o isolamento das famílias. Nesse contexto, o primeiro passo do processo de criação do atual município de Campo Mourão ocorreu em 28 de março de 1916, através da Lei nº. 1559, que concedeu à Câmara municipal de Guarapuava (Figura 1), a área ou Patrimônio que originou a cidade de Campo Mourão, nos termos:

Art. 1º - fica concedida à Câmara municipal de Guarapuava a área de dois mil hectares de terras devolutas, na Serra de Pitanga e igual área no Campo do Mourão do mesmo município, destinadas a constituir as respectivas futuras povoações.

Art. 2º - Estas terras serão incorporadas ao Patrimônio da referida municipalidade, que as mandará medir e demarcar para cedê-las em lotes como for mais conveniente. (Campo Mourão. Folha de Londrina, Londrina, 10 out.1976. Edição especial).

Cinco anos após a incorporação ao município de Guarapuava, em 1921 o patrimônio de Campo Mourão, foi elevado à categoria de distrito policial. Em 19 de setembro de 1925 através do título de nº. 000013, a prefeitura municipal de Guarapuava, recebeu uma área de 2.000 hectares, passando a ter o pleno domínio sobre esse distrito. De acordo com Veiga (1999, p.33) “por essa aquisição a Câmara Municipal pagou ao Estado cento e dezessete mil réis”.

A localização definitiva do perímetro urbano do distrito de Campo Mourão levantou polêmicas entre os moradores, sendo necessária, no ano de 1939, a demarcação da área de 2.000 hectares pelo departamento de Geografia, Terra e Colonização – D.G.T.C., dirigido pelo Engenheiro Sady Silva, juntamente com a colaboração de João Lemos do Prado.

O desenvolvimento dos trabalhos técnicos demarcatórios mapeou em definitivo as bases do patrimônio do distrito de Campo Mourão. Os primeiros quarteirões foram demarcados no divisor dos rios Quilometro Cento e vinte e três e do Campo, no qual se situam hoje a Praça Getúlio Vargas, a antiga Estação Rodoviária Municipal e o instituto Santa Cruz. Os limites e as confrontações do distrito ficaram definidos no processo de 17 de agosto de 1945, sendo:

Ao norte: Pelo rio Quilômetro 123, confronta com a gleba nº9 da colônia Mourão, e terras devolutas do Estado por uma linha reta e seca na extensão de 6.009,00m., que, do Marco XXIII vai até o Marco XXXVIII, à margem esquerda do rio do Campo.

Ao Sul: Pelo rio Quilômetro 119 e uma linha reta e seca na extensão de 2.307,50m., que, do Marco IV vai ao Marco IX, confronta com terras tituladas a Miguel Luiz Pereira, e terras devolutas do Estado, por uma linha reta e seca na extensão de 1.622,60m., e pelo rio do Campo.

A leste: Pelo rio do Campo, confronta com terras devolutas do Estado.

Guarapuava, passando a pertencer ao município de Pitanga (Figura 2), sob determinação do Decreto nº. 199, de 30 de setembro de 1943 (VEIGA, 1999, p.33).

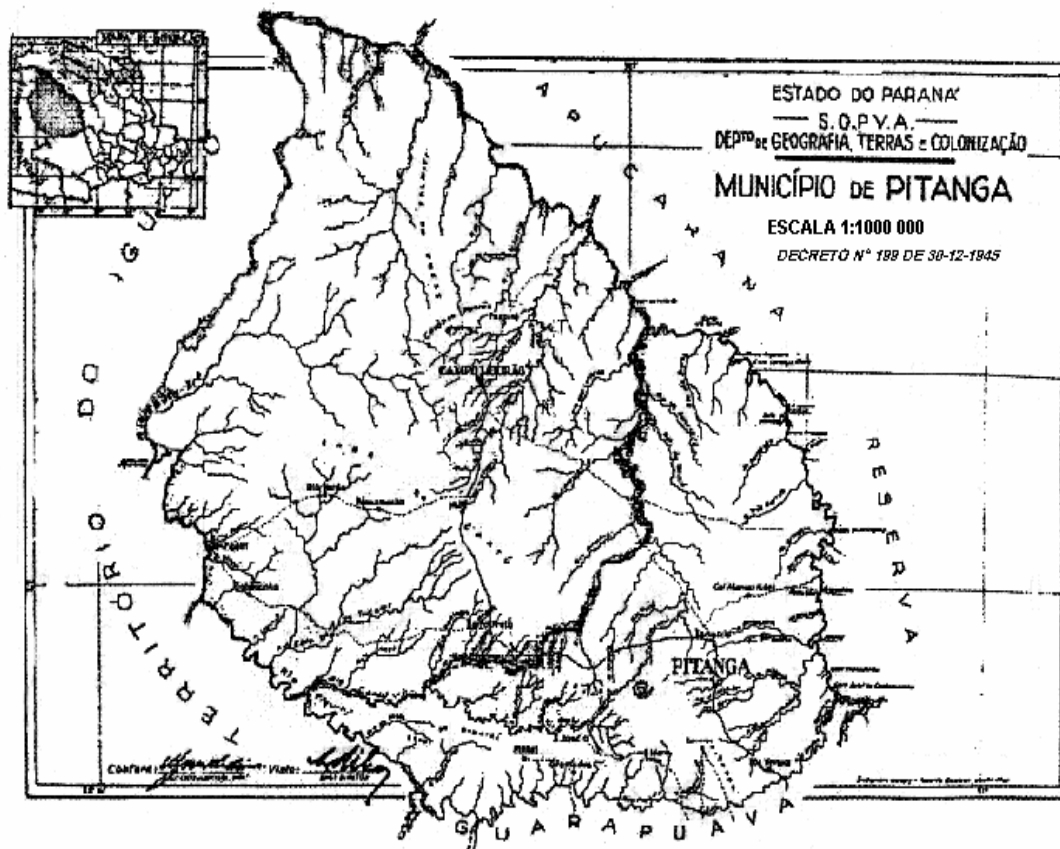


Figura 2 – Município de Pitanga – Campo Mourão como distrito, 1945.

Fonte: Departamento de Geografia Terras e Colonização (1980).

Em consequência do aumento populacional, paralelamente a fatores políticos, como exemplo, a vitória do governador Moisés Lupion, no qual votaram maciçamente vários moradores mourãoenses e o empenho de Francisco Albuquerque junto ao governador, finalmente, em 10 de outubro de 1947, Campo Mourão emancipa-se de Pitanga (Figura 3), sendo elevado à categoria de município pela Lei nº. 2. A concessão do título de domínio pleno de terras a prefeitura de Campo Mourão foi expedida no ano de 1952, pelo título nº. 75. A dependência genealógica do Município pode ser mais bem compreendida através do organograma (figura 4), que mostra o desmembramento dos municípios que deram origem a Campo Mourão.

Após a emancipação política de Campo Mourão, como parte do plano de colonização do governo, começa a demarcação, que vai por sua vez gerar novos municípios que juntos formam a região da COMCAM (Figura 5). Os objetivos primordiais visavam atender as necessidades populacionais decorrentes do processo de povoamento, estabelecendo uma estruturação espacial conforme a distância existente entre estes.

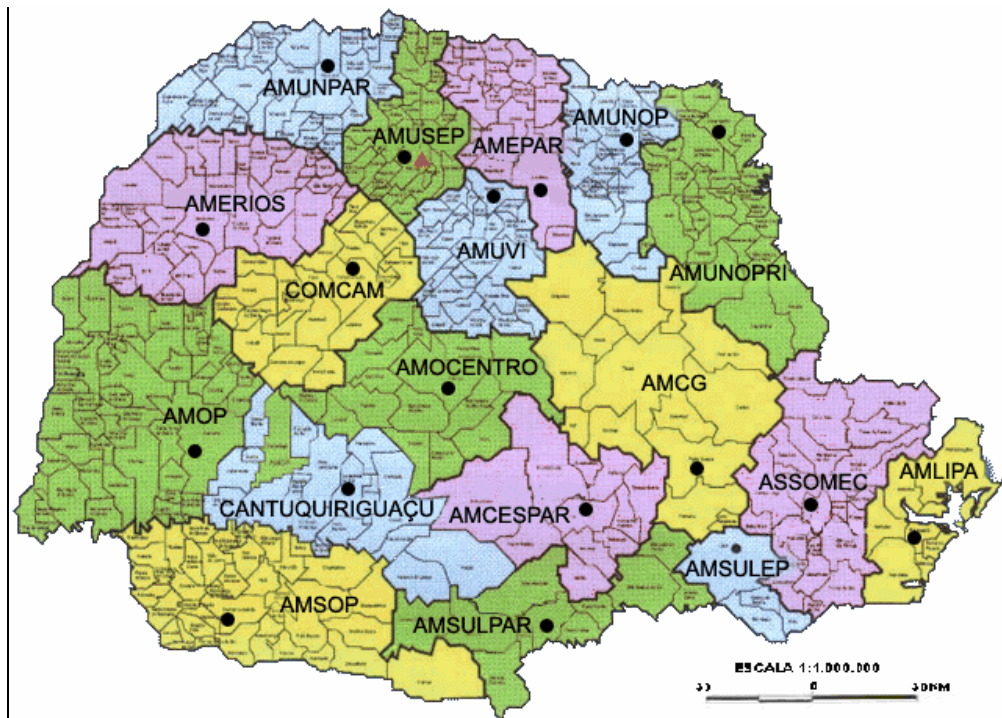


Figura 5 – COMCAM- mapa de localização espacial.
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Mourão, 2007.

Os desmembramentos municipais (Figura 6) começaram no ano de 1953, quando Campo Mourão perdeu metade de sua área que passou a constituir o município de Peabiru, criado pela lei estadual nº. 790. Em seguida, no ano de 1956, perde mais 2.000 quilômetros quadrados para a criação do município de Goioerê. Em 1960, novamente perde outra área para a criação dos municípios de Barbosa Ferraz, Campina da Lagoa, Fênix, Mamborê, Iretama, Roncador, Ubatã, Janiópolis (ITCF, 1987). Luiziana é desmembrada na década de 1980 e, por último, no ano de 1991, perde novamente uma área para a criação do município de Farol.

No período de 1960-1970, devido aos desmembramentos, o município de Campo Mourão teve uma perda significativa de sua população, passando de aproximadamente 140.000 habitantes para 70.000. De 1970 a 1991 houve uma perda da população total de todos os municípios, a qual se acentuou entre 2000 e

2007, conforme se observa na tabela 1. Nesse período, apenas Campo Mourão ganhou em número de habitantes, nos demais municípios houve a perda de população, fato que reflete a dificuldade das pequenas cidades em reter a população e a tendência das cidades pólos em atrair essas pessoas, devido a maior oferta de empregos e mais possibilidades de oferecer melhores condições de vida.

Município	2000	2007	absoluta	relativa
Campo Mourão	80.420	82.530	+2.110	0,37%
Araruna	13.052	12.650	- 402	0,44%
Luiziana	7.544	7.204	- 340	0,64%
Mamborê	15.150	14.132	- 1.018	0,96%
Peabiru	13.487	13.029	- 458	0,49%

Tabela 1 – Municípios pesquisados – estimativa da população 2000 e 2007.

Fonte: IBGE, 2008.

Com referencia a população do município de Campo Mourão, a ocupação efetiva por descendentes europeus e outras etnias, iniciou-se no principio do século XX, sendo o processo intensificado nas décadas de 1940 a 1950 com a instalação de colônias pelo governo Estadual e com a implantação de alguns projetos de colonização pela iniciativa privada. Entre os anos de 1940 e o final da década de 1960 a região recebeu um grande contingente populacional, sendo que a maioria dos migrantes se fixou na zona rural. Após a década de 1970, a região, bem como o Estado do Paraná, tornou-se um centro de repulsão da população, por causa da substituição da agricultura tradicional, pela moderna, representada na região pelo binômio soja/trigo, pois nesta região a cultura de café não foi significativa, em virtude da altitude e do clima que não eram favoráveis.

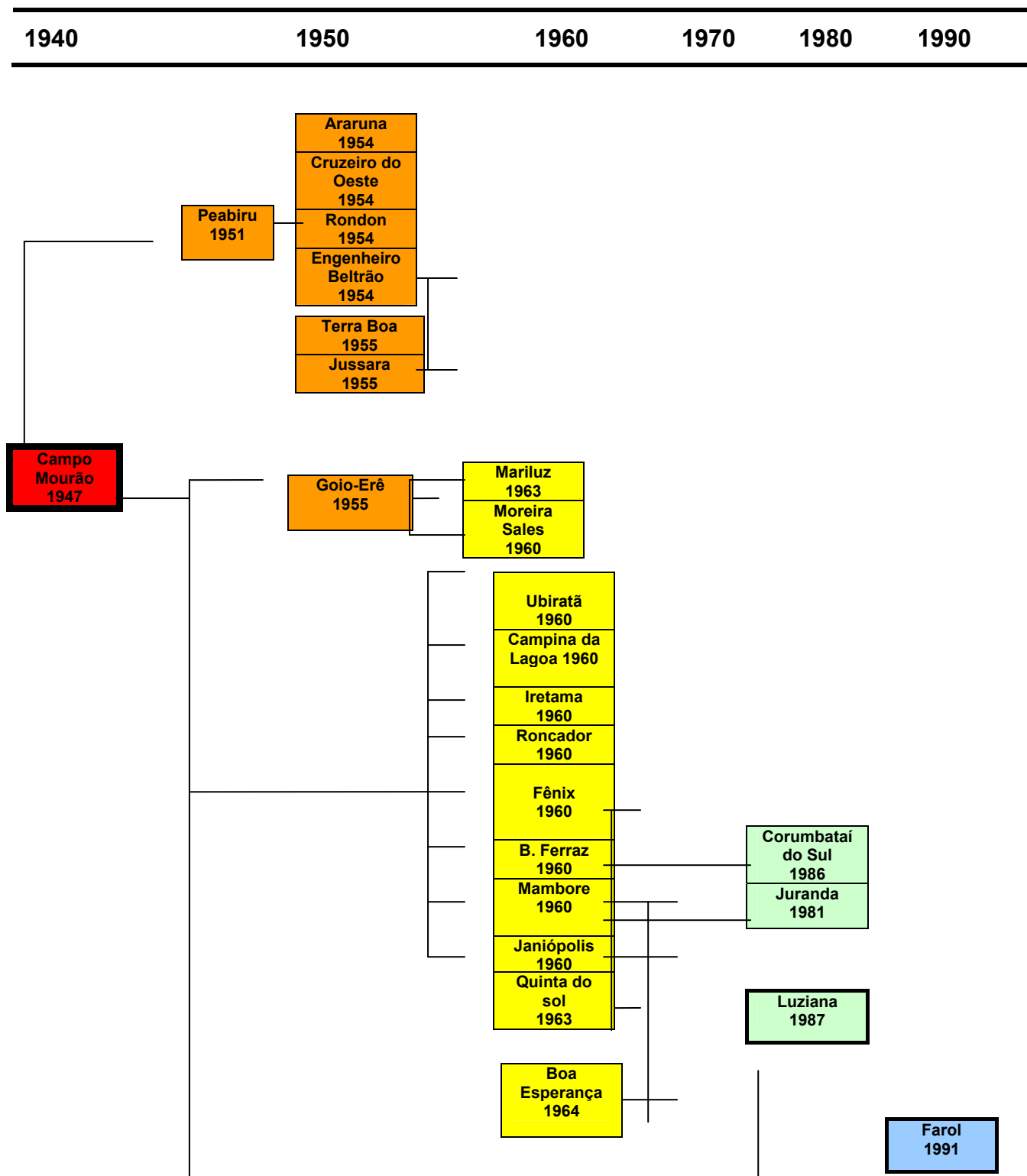


Figura 6 – Região de Campo Mourão - organograma de desmembramento e criação de novos municípios.

Fonte: VEIGA, 1999, p.5

Deve-se destacar que atrelada à modernização da agricultura, ocorreu uma sensível melhoria no sistema de comunicação e infra-estrutura geral da região, inclusive na zona rural (instalação de energia elétrica, melhoria das estradas vicinais, entre outras), que acabou por fortalecer a tendência à “urbanização da sociedade rural”. Do ponto de vista estritamente econômico, a modernização da agricultura na região foi positiva, mas da perspectiva social, foi desastrosa, pois excluiu a maioria dos agricultores e impossibilitou a reprodução social de uma ampla gama de pequenos produtores rurais que foi obrigada a deixar o campo e se instalar na periferia das cidades.

Atualmente, o município de Campo Mourão possui uma área de 755,638 km², está a uma altitude de 630 metros acima de nível do mar, e localiza-se no Terceiro Planalto no Bloco Planáltico de Campo Mourão de acordo com a classificação de Maack (1981, p. 84), entre os paralelos 24° 00' e 24° 10' de latitude sul e entre os meridianos 52°39' e 52°20' de longitude oeste, está a 456 km da capital do Estado Curitiba.

De acordo com o IBGE (2005), Campo Mourão possui uma população estimada de 82.068 habitantes, estando inserido na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, sendo sede da COMCAM composta por 25 municípios: Altamira do Paraná, Araruama, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Quarto Centenário, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Goioerê, Iretama, Janiópolis, Juranda, Luiziana, Mamborê, Moreira Sales, Nova Cantu, Peabirú, Quinta do sol, Rancho Alegre do Oeste, Roncador, Terra Boa e Ubiratã.

O Município de Campo Mourão pertence à bacia hidrográfica do Rio Ivaí, sendo seu rio mais importante o Rio Mourão, que atravessa o Município de sul a norte. A vazão deste rio, associada à topografia de seu vale, oferece o maior potencial hidro-dinâmico do Município. Outros rios, importantes por serem condicionantes físico-naturais à expansão urbana de Campo Mourão, são o Rio km 119 e Rio do Campo.

Na porção leste do município o relevo apresenta-se em forma de platô e levemente ondulado nos topos dos divisores de água, especialmente na área

urbana. As áreas mais onduladas verificam-se a partir das médias vertentes e nos fundos dos vales mais dissecados. Tais condições geográficas aliadas às condições climáticas contribuem para o desenvolvimento agrícola do município em estudo, que é pautada especialmente nesta atividade econômica.

1.2 As redes urbanas na produção do espaço regional

Para entender o papel que as redes urbanas desempenham dentro da produção do espaço regional, convém esclarecer o significado e as implicações do que seja o espaço, através de uma visão histórica da produção do espaço dentro do modo de produção capitalista como é o caso brasileiro.

Para Corrêa (in:CASTRO et al, 2000, p.16) “a palavra espaço é de uso corrente, sendo utilizada tanto no dia-a-dia como nas diversas ciências [...] tem o seu uso associado indiscriminadamente a diferentes escalas, global, continental, regional [...]”. Tradicionalmente o espaço era visto pelos matemáticos como uma abstração. A partir das viagens feitas pelos astronautas é que o conceito de espaço ganhou nova dimensão, mesmo ainda fragmentado e com um alcance mal interpretado.

O conceito de espaço começa a se organizar a partir do momento em que passam a considerar o espaço social e o tempo social não mais como simples fato da natureza mais ou menos modificado ou como simples fato da cultura, mas como produto. Quer dizer, o espaço surge através da ação das sociedades sobre a primeira natureza, originando uma natureza secundária, agindo sobre os dados sensíveis, a matéria e as energias como produtos característicos da globalização, onde esse espaço e tempos produzidos possuem valor de troca, compra e venda. Corrêa (in:CASTRO et al, 2000, p. 25-26), referindo-se a Lefebvre diz que:

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção.

Provavelmente, foi Lefebvre, no final da década de 1960, quem criou a expressão “produção do espaço”, visando responder aos processos de reprodução das relações capitalistas de produção. Segundo Gomes (1991, p. 8), essa expressão significa um contínuo processo de construção de territorialidades espaciais em diferentes escalas geográficas, envolvendo sempre a relação interdependente homem-natureza, natureza-homem. Sendo assim, a produção do espaço só é possível via trabalho produtivo, social materializado pela energia do ser humano como ser social e como indivíduo agente da produção e da transformação social. Portanto, a produção do espaço envolve homens que trabalham e produzem os bens sociais que se utilizam na vida diária, e que definem, em cada momento da produção, uma determinada dimensão social que se almeja obter em termos de espaço social e natural de vivência comunitária.

Para compreender o conceito de produção do espaço é preciso situá-lo historicamente. Há muito tempo o espaço estava presente na ciência matemática, mas a referência ao espaço social causava surpresas. Segundo Lefebvre (2000), Descartes e outros filósofos buscavam elaborar a concepção de espaço e emancipá-lo, nomeando e classificando os fatos sensíveis. Mas essa concepção ficava vaga sendo apenas uma maneira simples e empírica de agrupar esses fatos. Kant retoma a noção de categoria do espaço, desenrolando-o do empírico e religando ao princípio da consciência.

Essas contradições marcaram a passagem da filosofia para a ciência do espaço. Portanto, as ciências matemáticas se apoderaram do espaço e do tempo, formulando uma infinidade de espaços e dimensões, mas o sentido moderno resultou de uma ciência científica, a Filosofia. Tanto as pesquisas fundamentais quanto as epistemológicas elaboraram uma infinidade de espaços: literário, ideológico, tópicos, e outros, mas tanto o homem como o próprio espaço estava ausente. Havia um abismo entre o mental, o físico e o social. As pesquisas e reflexões epistemológicas conduziam a descrições, fragmentações e cortes do espaço, o que resultava apenas em um discurso sobre o espaço, jamais um conhecimento do espaço.

Os especialistas informavam os leitores sobre vários espaços existentes: de lazer, de trabalho, de jogo, de transporte, espaço doente, geográfico, havendo inclusive uma sobreposição de espaços. Essa infinidade de descrições e cortes

tornava-se suspeitos, mas possuíam um pouco de cientificidade, revelando que a prática espacial consiste na sujeição da sociedade, através da prática política ou poder que o Estado exerce sobre a prática social. Para Lefebvre (2000, p.15-16) essa práxis implica no surgimento de várias contradições o que evidencia os elementos que compõe a “ciência do espaço” procurado.

a) équivaut à l'emploi politique (“neo-capitaliste”, s'il s'agit de l'Occident) du savoir, dont on sait qu'il s'intègre aux forces productives d'une façon de plus en plus “immediate”, et de façon “mediate” aux rapports sociaux de production;

b) implique une ideologia masquant cet usage, ainsi que les conflits inhérents à l'emploi interesse au plus haut degré d'un savoir nom et se confond avec lê savoir pour ceux qui acceptent cette pratique;

c) contient au mieux une utopie technologique, simulation ou programmation du mode de production du future (du possible) dans les cadres du reel, c'est-à-dire du mode de production existent².

Os capitais e os capitalistas influenciam nas questões práticas referentes ao espaço, na construção dos imóveis, na repartição dos investimentos e na divisão do trabalho sobre o mundo inteiro. Esse capitalismo pode ser entendido como o dinheiro e sua capacidade de intervenção, porque tudo se compra e tudo se vende, ou como atores das sociedades nacionais ou multinacionais como bancos, promotores e autoridades, onde cada agente é suscetível de agir e portanto de influenciar.

Ces diverses races de capitaux (et de capitalists) composent, avec lês divers marches qui s'enchevêtrent, celui des marchandises, celui de la main-d'oeuvre, celui des connaissances, celui des capitaux eux-mêmes, celui du sol, lê capitalisme. (LEFEBVRE, 2000, p.17)³.

O capitalismo também possui outro aspecto: ele é hegemônico da classe dominante. Essa hegemonia designa mais do que influência, ela se exerce sobre a

² a) equivale ao emprego político (“neo-capitalista”, cujo ele se trata do Ocidente) do saber, o qual sabemos se integra as forças produtivas de uma maneira de mais em mais “imediata” e de maneira “mediata” às relações sociais de produção; b) implica uma ideologia mascarando esse uso, assim que os conflitos inerentes os empregos interessado ao mais alto grau de um saber em principio desinteressado, ideológico que não leva seu nome e se confunde com o saber que aceita esta prática; c) contendo melhor uma utopia tecnológica, simulação ou programação do futuro (do possível) nos quadros do real, isto quer dizer, do modo de produção existente. Tradução: Ivaneti Pereira Martins da Silva.

³ Essas diversas raças de capitais (e de capitalistas) compõem, com os diversos graus que entravam aquele das mercadorias, aquele da mão-de-obra, aquele dos conhecimentos, aquele dos próprios capitais, aquele do solo, o capitalismo. Tradução: Ivaneti Pereira Martins da Silva.

sociedade inteira, sobre as instituições e seus representantes, através de todos os meios inclusive através do saber. Mesmo assim, essa hegemonia não consegue proibir o conhecimento crítico e subversivo, a diferença conflitante entre o saber a serviço do poder e o conhecer que não reconhece o poder.

A partir da segunda metade do século XX, cumpre-se a visão de Hegel sobre o espaço e o Estado se consolida em escala mundial e se impõe como centro estável da sociedade e dos espaços nacionais, humilhando o social e o cultural. Cumpre-se também a visão de Nietzsche, a normalidade que vem do estado impõe a perpetuidade da transgressão, o poder que ele exerce provoca conflitos, revoluções e violência. Todas essas relações sociais são interligadas pelo espaço mental, físico e social.

O espaço mental foi definido pelos matemáticos e filósofos, sendo produzido e reproduzido pelos tecnocratas dentro dos gabinetes. O espaço físico corresponde ao prático sensível e a percepção da natureza, o qual implica no uso da linguagem e do discurso. O espaço social é um produto que incorpora os atos sociais dos sujeitos coletivos e individuais. Lefebvre (2000) também argumenta que como tudo se fala e tudo se escreve, a linguagem e a escrita são fundamentais para a produção do espaço, transformando a língua e a sociedade.

Cada sociedade produz seu próprio espaço de acordo com seu modo de produção, capitalista ou não. No capitalismo, sobretudo no neocapitalismo, o espaço social implica na reprodução biológica (a família), na reprodução da força de trabalho (classe operaria), na reprodução das relações sociais de produção, que são as relações constitutivas da sociedade capitalista. O espaço social está presente em todo lugar que o homem está, mas seu centro é a família, a base das relações pessoais ligadas à natureza e a reprodução. É nas relações familiares que se reproduzem a ação e a ideologia imposta pela sociedade e pelo modo de produção, como sendo aceitáveis ou não. De acordo com Lefebvre (2000), o espaço social pode ser compreendido em três momentos: o *percebido* (é a relação do sujeito com o seu próprio corpo, seus sentidos e o uso dos seus órgãos para a prática social tomada globalmente); o *concebido* (é a representação do corpo pela aquisição científica difundida com a mistura de ideologia e saber sempre relativo e em transformação); e o *vivido*. Esses três momentos juntos permitem que o sujeito se

relacione socialmente sem se perder e saiba se impor quando necessário. Contudo, a relação entre esses momentos não são simples e nem estáveis, eles implicam a relação e interligação entre o espaço físico, social e mental.

A representação do espaço domina e subordina o espaço de representação (de origem religiosa) e repletos de imaginação e simbolismos, que se originam através da história do povo e de cada indivíduo. Possui influência específica dentro da produção do espaço, através da arquitetura, da cultura, da arte, ou seja, a partir da prática social que resulta de uma mudança histórica, modificando as relações cidade-campo.

Para Lefebvre (2000) essa teoria se comprova quando se generaliza a todas as sociedades, a todas as épocas e a todos os modos de produção. Sejam na China, em Roma ou no Peru, todos em seu próprio tempo e espaço representaram as relações sociais e conseqüentemente seu modo de produção, através da arquitetura, dos templos, dos palácios, das obras de arte, etc., mas a reconstrução dessa realidade hoje, é difícil porque não temos o conhecimento real dos símbolos, eles escapam ao nosso saber abstrato. O alcance das investigações seria maior se os teóricos e práticos de hoje, elaborassem separadamente, os espaços de representações (que correspondem ao espaço físico como as construções dos palácios e templos) e as representações do espaço (que são os espaços da prática social, a cultura).

A ideologia e o saber entram no conceito mais amplo de representação e servem de instrumento para análise dos espaços e das sociedades que os tem gerado e que os interliga.

On peut supposer que la pratique spatiale, lês représentations de l'espace et lês espaces de représentation interviennent différemment dans la production de l'espace: selon leurs qualités et propriétés, selon lês sociétés (mode de production), selon lês époques. (LEFEBVRE,2000, p.57).⁴

Outra implicação sobre a produção do espaço é determinada pelas forças produtivas (natureza, trabalho e organização do trabalho, técnicas e conhecimento)

⁴ Podemos supor que a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representações intervêm diferentemente na produção do espaço: conforme suas propriedades e qualidades, conforme as sociedades (modo de produção), conforme as épocas. Tradução: Ivaneti Pereira Martins da Silva.

e as relações de produção. Cada modo de produção se apropria de um espaço e durante a transição produz um novo espaço, que constitui um código desse modo de produção acabado. Esse código corresponde a prática espacial e fornece uma linguagem aos escritores, porque resulta da história inteira da sociedade. Esse código é uma super estrutura que permite compreender e produzir o espaço. Mas a história do espaço não pode estudar apenas esses momentos privilegiados como a formação, o estabelecimento, o ápice e o declínio de tal código. Não se pode deixar de lado o global, os modos de produção como generalidades, nem as sociedades particulares que se englobam com suas singularidades, movimentos e instituições. É preciso considerar o espaço absoluto, o abstrato e suas implicações.

O espaço absoluto, religioso e político é produto das comunidades e não desaparece, persiste como camada ou sedimento do espaço teórico. Ele conserva as linhagens, as famílias, as relações das forças sociais e políticas, distinguindo o papel de cada um dentro da sociedade, ou seja, quem produz e quem possui o espaço.

Ceux qui font l'espace (lès paysans, lès artisans) ne sont pas ceux qui lè gèrent em se servant de lui pour organiser la production et lè reproduction sociales, à savoir lès prêtres, guerriers, scribes, princès. Ceux-ci possèdent l'espace que d'autres produisent, et se l'approprient em jouissance. (LEFEBVRE, 2000, p. 60).⁵

O espaço abstrato forma um conjunto de coisas, de sinais e relações formais que remete para um subsignificado que escapa dos sentidos: o funcionamento do capitalismo. O espaço do poder e da riqueza se esforça para elaborar os espaços dominados, das periferias, reduzindo os obstáculos por meio de uma ação violenta. Este espaço abstrato não se define a partir do percebido, mas veicula e mantém certas relações sociais, dissolvendo ou se apossando de outras. Ele constitui um espaço de poder, onde se abstrai o espaço social moderno e esconde o verdadeiro "sujeito": o poder estatal (político). Portanto, esse espaço é manipulado por todos os modos de autoridade, em todos os lugares e por todos os meios. Ele se apóia no saber não crítico, sustentado pela alta capacidade de violência, mantida por uma burocracia que se apodera dos resultados do capitalismo e os desviam para o

⁵ Aqueles que fazem o espaço, os camponeses, os artesões não são aqueles que geram ou servem para organizar a produção e as reproduções sociais, o saber, os padres, guerreiros, escribas, príncipes. Aqueles que possuem o espaço que os outros produzem, se apropriam e usufruem. Tradução: Ivaneti Pereira Martins da Silva.

próprio proveito. É nesse espaço abstrato que reside às desigualdades sociais que permanecerão até atingirem uma estabilidade final como resultado de uma entropia social.

Lefebvre (2000) enfatiza que a sociedade que não produz seu próprio espaço cai no folclore e cedo ou tarde acaba perdendo sua identidade, sua denominação e sua realidade. A sociedade feudal criou o seu espaço a partir do qual teve início a acumulação na Europa Ocidental. O capitalismo e o neocapitalismo também têm produzido seu espaço abstrato que contém o mundo da mercadoria e a lógica do poder do dinheiro, do Estado político e suas estratégias em escala mundial, apoiando-se sobre as enormes redes de bancos, centros de negócios, das grandes unidades de produção, além da estrutura dos transportes e informações. A luta de classes intervém na produção do espaço e somente ela impede o espaço abstrato de se estender no planeta inteiro, porque possui a capacidade de produzir diferenças induzidas e toleradas sobre as ações políticas das minorias.

A partir da primeira metade do século XX, as reformas agrárias, as revoluções camponesas, as guerrilhas urbanas e a intervenção das massas nas cidades têm remodelado a superfície do planeta. A revolução total e absoluta, a destruição e reconstrução do espaço existente não ocorrem de forma imediata para não destruir o pensamento e o saber das capacidades inventivas. Assim, o espaço abstrato funciona como um pacto de não agressão ao próximo (individual ou coletivo), criando um consenso e uma convenção, evitando os inimigos e sendo bom. Mas a violência está sempre oculta, ameaçando sem parar e por vezes aflorando. A luta de classes entre a burguesia e a aristocracia produz os espaços onde essas lutas se manifestam. Para Lefebvre (2000) burguesia vitoriosa politicamente, induz as diferenças internas do modo de produção, valorizando alguns espaços com qualidade ecológica para viverem e usufruírem e explora as indústrias poluentes em direção aos países subdesenvolvidos como a Brasil na América e Espanha na Europa. Isso ocorre porque na prática espacial do neocapitalismo os transportes aéreos, as representações do espaço, permitem manipular os espaços de representações.

Hoje, há um salto das forças produtivas com capacidade técnica e científica de transformar radicalmente o espaço e a natureza. Em todas as partes verificam-se

os efeitos desse poder destrutivo e construtivo que se conjugam com as pressões do mercado mundial. Mas somente os países mais industrializados utilizam as novas possibilidades das técnicas do conhecimento. Para compreender a gênese do espaço atual é preciso partir do presente e ir até o passado, e vice-versa, analisando a sociedade burguesa que expressa as relações dentro da sociedade mais desenvolvida, pois para Lefebvre (2000) “o começo se encontra ao fim e o fim se apresenta desde o início”. Corrêa (in: CASTRO et al, 2000, p.44), conclui que tornar o espaço algo inteligível é a primeira tarefa e “decifrando-o como diz Lefebvre, revelamos as praticas sociais dos diferentes grupos que nele produzem, circulam, consomem, lutam, enfim, vivem e fazem à vida caminhar.”.

No entender de Kayser (1975) a produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar num momento específico e revela-se pelo uso como produto de divisão social e técnica do trabalho que produz uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada. Para o autor, o desenvolvimento da técnica vem implicando profundas transformações no processo produtivo, a mudança nos meios de comunicação ligando os espaços em redes de fluxos cada vez mais densas, ultrapassando fronteiras, coloca antes de mais nada uma necessidade de represar a natureza do espaço num momento em que uma relação espaço/tempo se transforma de modo incontestável.

De acordo com Correa (In: CASTRO et al, 2000, p.143) “o termo rede não é recente, tampouco a preocupação em compreender seus efeitos sobre a organização do território”. Os primeiros projetos, no século XX, visavam à integração territorial, integração de mercados regionais, através da queda de barreiras físicas, obstáculos à circulação de mercadorias, de matéria-prima, mas também de capitais. Mas, atualmente, as redes se densificaram, seja em uma organização interna ou compartilhada entre diferentes parceiros (regionais, nacionais ou internacionais) sendo uma condição que se impõe à circulação crescente de tecnologia, de capitais e de matéria-prima, ou seja, “a rede aparece como o instrumento que viabiliza exatamente essas duas estratégias: circular e comunicar” (Idem, p.147). Todos os tipos de fluxos, desde as mercadorias até as informações pressupõem a existência das redes, o que torna possível a conexão, que são “os nós” das redes, ou seja, são

lugares de conexões, lugares de poder e de referencia, como sugere Raffestin (1993).

O estudo mais recente e completo da rede urbana no Brasil, surgiu através de um convênio estabelecido entre o IPEA, o IBGE e o NESUR/UNICAMP, para o desenvolvimento do projeto Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, onde o IPARDES prestou apoio na elaboração dos Estudos Regionais. Este estudo partiu da identificação dos processos econômicos ocorridos no país nas últimas décadas, procurando-se entender o impacto desses processos sobre a estruturação e a dinâmica das redes urbanas regionais e as funções desempenhadas pelos seus centros urbanos mais importantes. O processo de desconcentração da economia, iniciada na década de 70, reforçou a integração da rede urbana nacional e engendrou uma nova articulação entre as estruturas espaciais que a compõe.

Santos (1997) acredita que a rede urbana tem um papel fundamental na organização do espaço, pois assegura a integração entre fixos e fluxos, isto é, entre a configuração territorial e as relações sociais. Seu estudo é fundamental para a compreensão das articulações entre as diversas frações do espaço. Uma análise evolutiva de um sistema urbano, feito conforme esta ótica permite reconhecer as diversas dinâmicas espaciais, em diferentes momentos e até das indicações quanto ao futuro. O autor entende que o estudo da rede urbana é insuficiente para o conhecimento da dinâmica espacial e da área, sobretudo quando boa parte dos processos relacionais se orienta para fora do território estudado, mas ainda que não fosse assim, o que se passa nos subespaços não-urbanos tem uma lógica própria, que influi sobre o sistema urbano. Desse modo, o estudo exclusivo deste só pode levar a resultados fragmentados e possivelmente falsos.

A intensificação da formação das redes, segundo Heidrich (sposito RIBAS, 2004, p.63-64) vem rompendo com a soberania territorial. Pelas redes os lugares são aproximados, o espaço tempo se comprime para os que possuem acessibilidade ao meio técnico-científico-informacional. Ocorrem rupturas na solidariedade territorial, pois partes da sociedade se “deslocam” de seus territórios, desenvolvendo vínculos com os lugares distantes e assim se afastam dos cotidianos locais. A contigüidade espacial tende a ser substituída por tempos compartilhados. Para o autor, a continua recriação de espacialidades e as contradições sociais tornam relativas às condições de participação das pessoas na integração sócio-espacial. A

perda de tal condição significa praticamente afastamento em relação ao território, em desterritorialização.

A classificação da rede urbana brasileira foi desenvolvida com base em um conjunto de critérios e procedimentos articulados às tipologias de tamanho dos centros urbanos, ocupacional e de dependência funcional desses, bem como da forma urbana assumida pelos centros. Para a caracterização da rede urbana, os estudos procuram “identificar as mudanças na distribuição espacial da população ocorrida no período de 1970-86, articulando-as com as principais tendências do desenvolvimento econômico-regional” (IPEA, 2000, p.38).

Os anos 70 representaram, para a Região Sul, um período de urbanização intensa e de concentração populacional em aglomerações urbanas – espaços qualificados como áreas de concentração tanto populacional quanto da atividade econômica, constituídos por um conjunto de municípios com crescimento elevado (sempre superior ao crescimento médio do Estado) e contínuo (desde os anos 70 ou 80). Essas feições se confirmam na década de 80 e início dos anos 90, apontando para tendências de consolidação do processo. (MOURA e KLEINKE, 1999, p.7).

Na década de 1970, a base produtiva da Região Sul apresenta progressiva diversificação, inclusive na agropecuária, pela modernização da produção e pela grande expansão de culturas, que permite a entrada na comercialização de commodities e na agroindustrialização. Segundo Moura e Kleinke (1999), no setor industrial, surgem ramos modernos na linha da metal-mecânica. Essa diversificação da base produtiva da Região Sul altera o perfil da economia dos estados. No Paraná, as atividades do setor primário, que em 1970 respondiam por mais de 40% da renda gerada, progressivamente passam a ser superadas pelas do setor secundário, que consolida sua participação atingindo, em 1996, quase 50% dessa renda. Mesmo assim, a agricultura continua a ter um papel relevante dado à dinâmica multiplicadora em toda a cadeia produtiva, uma vez que 65% do valor bruto da produção agropecuária correspondem à produção de soja, trigo e milho – importante como commodities e base do segmento agroindustrial de primeiro processamento, bem como enquanto insumos à cadeia protéico-animal. Essas feições se confirmam na década de 80 e início dos anos 90, apontando para tendências de consolidação do processo.

O sistema cooperativo do Paraná tem importância particular para esse desempenho, dada à participação intensa em todo o processo de produção,

beneficiamento, armazenamento e industrialização do produto agrícola. No entanto, são evidentes os sinais de esgotamento dessa dinâmica, seja pelos limites à expansão de área e mesmo de rendimento das lavouras – cujas possibilidades são praticamente nulas – seja porque, da ótica industrial, não há como expandir os primeiros beneficiamentos e, no novo padrão agroindustrial, já não contam as vantagens da proximidade da matéria-prima.

Os estudos do IPEA (2000) mostram que os anos 70 representaram, para a Região Sul, um período de urbanização intensa e de concentração populacional em aglomerações urbanas. As mudanças estruturais na economia rural, com modificações profundas nas relações de trabalho, resultaram em intensos fluxos migratórios, inicialmente em direção às fronteiras internas e posteriormente às externas, fundamentalmente na busca de opções no mercado de trabalho urbano. A população rural, sofrendo fortes decréscimos, provoca perdas na população total dos estados, que, de absorvedores nos anos 60, passam à condição de expulsos nos anos subsequentes: o Paraná, num declínio acentuado, chega a apresentar taxas inferiores a 1% a.a., mostrando sinais de recuperação entre 1991 e 1996, quando cresce à taxa de 1,28% a.a. Assim, a principal característica da rede urbana sulina, comum nos três estados, é a constituição de espacialidades de concentração e de esvaziamento.

De acordo com critérios e indicadores utilizados para hierarquizar as aglomerações e centros urbanos em todas as grandes regiões (IPEA, 2000), foram definidas as seguintes categorias na escala da rede urbana da Região Sul: aglomerações urbanas metropolitanas e pré-metropolitanas, aglomerações urbanas (com maior e menor porte), aglomerações descontínuas, eixos articulados, ocupações contínuas de fronteira e litorâneas, centros regionais e sub-regionais isolados.

Para Moura e Kleinke (1999, p.9) “Os centros com população urbana superior a 50 mil habitantes são fundamentais na organização da rede urbana regional”, como é o caso de Campo Mourão, que se enquadra na categoria de centro sub-regional (Figura 7) juntamente com outros municípios “cujo crescimento populacional é inferior à média dos estados e que não conformam nem se integram a aglomerações urbanas, exercendo, porém, papel polarizador” (IPEA, 2000, p. 75).

Nesse caso, Campo Mourão polariza regiões de base agrícola, firmando-se como centro de comércio e serviço em uma grande área de abrangência.

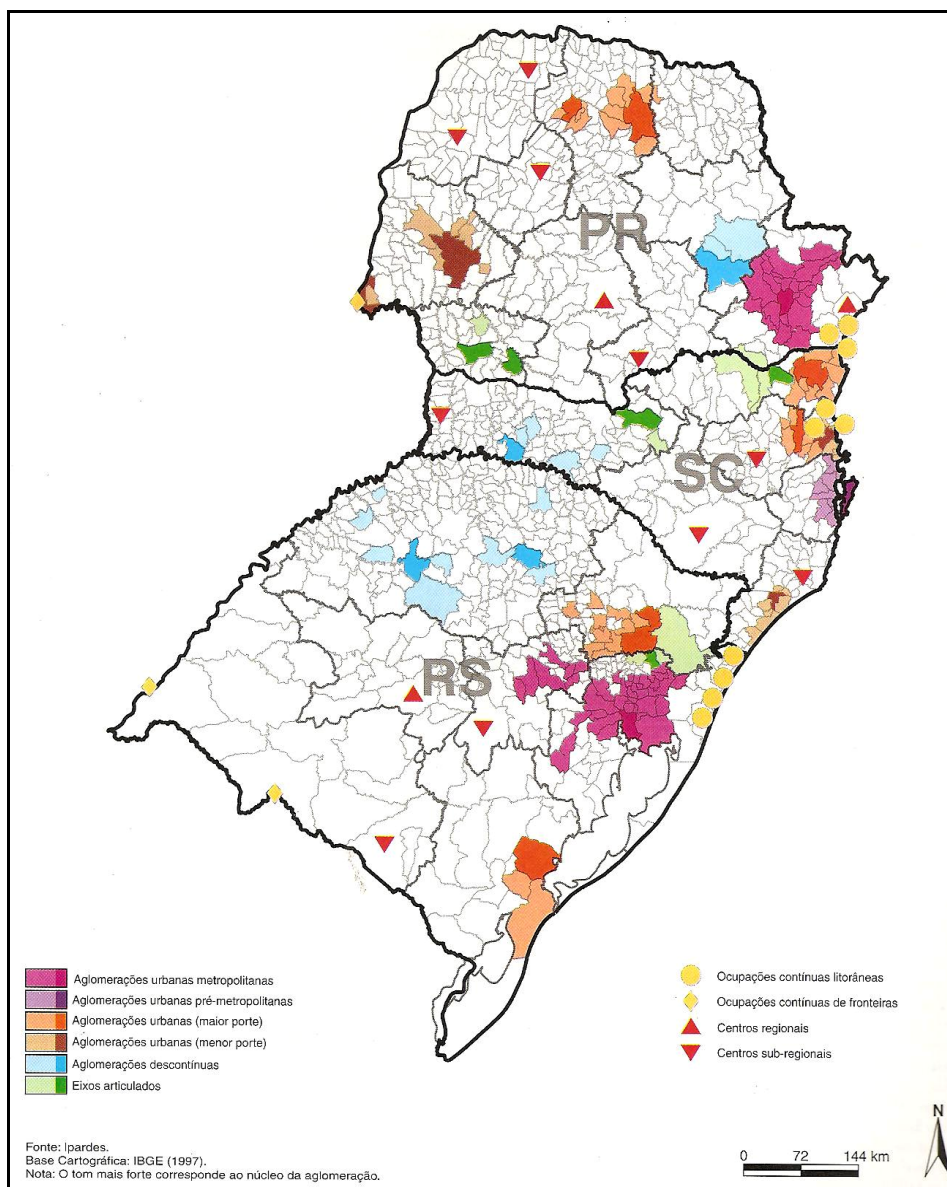


Figura 7 – Região Sul - mapa das escalas da rede urbana.

Fonte: IPEA,2000, p.63

Conforme argumenta o IPEA (2000, p.75) “a qualidade da urbanização pode ser verificada através dos serviços públicos de saneamento, atendimento a saúde, educação, segurança, habitação e infra-estrutura”. De acordo com a estatística do IPARDES, a infra-estrutura do Município de Campo Mourão (Tabela 2) atende a 100% da população quanto ao fornecimento de água e energia elétrica, mas a rede de esgoto não atende a todos os domicílios urbanos, fato que se verifica ao

compararmos os dados da tabela 2 e 3, cujo atendimento é feito a 17.651 unidades e o município possui 23.949 unidades na zona urbana.

INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Abastecimento de Água	SANEPAR	2005	28.062	unid. atend. *
Atendimento de Esgoto	SANEPAR	2005	17.651	unid. atend. *
Consumo de Energia Elétrica - Total	COPEL	2004	141.446	mwh
Consumidores de Energia Elétrica - Total	COPEL	2004	28.917	

Tabela 2 – Infra-estrutura da cidade de Campo Mourão.

Fonte: IPARDES (2006).

O abastecimento de água para a população é feito através da captação no Rio do Campo (com um volume de 675 m³/h) e de poços artesianos perfurados pela Sanepar, ao todo são 5 poços perfurados . Obtendo-se uma média de vazão nos cinco poços (ao operarem na capacidade máxima) de 60 m³/h, segundo os critérios da Sanepar, esta vazão indica que o Município apresenta um ótimo lençol freático e a água captada pelos poços artesianos é de boa qualidade.

DOMICÍLIOS	URBANA	RURAL	TOTAL
Total de domicílios	23.949	2.095	26.044
Coletivos	32	13	45
Particulares	23.917	2.082	25.999
Ocupados	21.362	1.511	22.873
Não ocupados	2.555	571	3.126
De uso ocasional	224	214	438
Fechados	140	9	149
Vagos	2.191	394	2.529

Tabela 3 - Número de domicílios segundo uso e zona – 2000

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - Resultados da amostra.

O Município conta com o Programa Lixo Separado - Cidade Limpa que atende a 100% do perímetro urbano, coletando em torno de 30 toneladas/mês de

materiais recicláveis (150 metros cúbicos), que contribui largamente para o aumento da vida útil do Aterro Sanitário, além de trazer muitos benefícios à natureza e aos cidadãos. A meta da administração municipal agora é conscientizar a população para que todos separem o lixo doméstico.

Campo Mourão, de acordo com IPEA (2000) é um município urbano de média dimensão e com nível de centralidade forte para médio (Figura 8), tem sua dinâmica urbana e econômica, estruturada principalmente em função da agroindústria cooperativada, como um importante centro processador de soja. A agroindústria mais expressiva é a COAMO (Cooperativa Agropecuária Mourãoense) que é a maior cooperativa do Paraná tanto em termos de valor comercializado quanto em número de associados. Sua estrutura ocupacional destaca-se em atividades urbanas diversificadas, em relação aos municípios vizinhos, sendo um centro regional de comércio e serviços com um diversificado número de funções. Campo Mourão possui uma área maior de abrangência de polarização do que Goioerê e ambos são polarizados por Maringá.

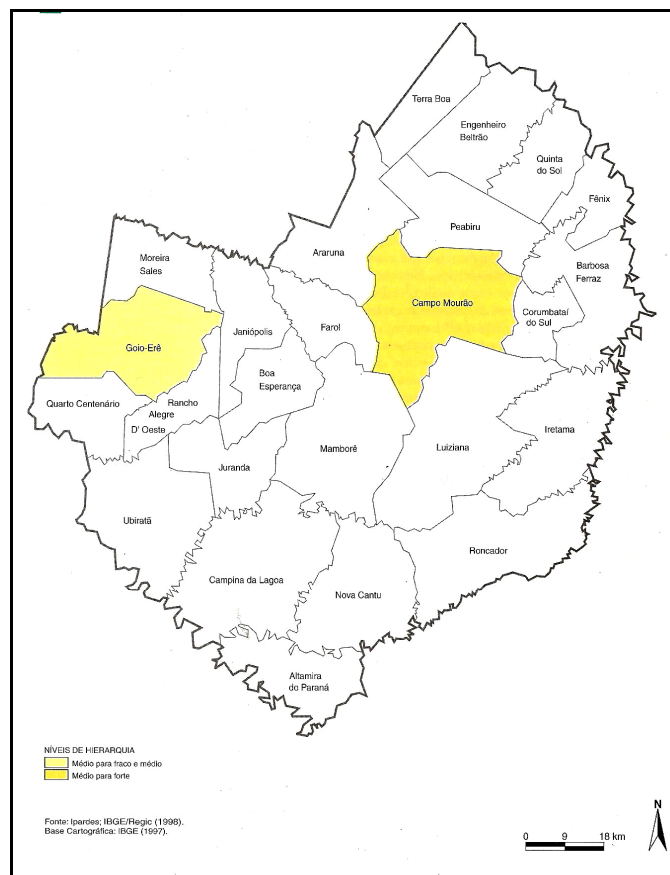


Figura 8 – Região centro ocidental paranaense - Hierarquia da centralidade, 1998.

Fonte: IPEA, 2000, p.97

Campo Mourão peculiariza-se, dentro da rede urbana, por ser uma região de fluxos de saída, possuindo importante estrutura de serviços agropecuários, desenvolvido principalmente pela COAMO, demonstrando uma capacidade mínima de retenção do crescimento vegetativo, além de “reproduzir o fenômeno do crescimento elevado ao redor do pólo, sem constituir mancha de ocupação contínua, o que se verifica em Luiziana e Corumbataí do Sul”. (IPEA,2000, p.98).

Os municípios urbanos de média e grande dimensão, com população superior a 50 mil habitantes e grau de urbanização superior a 75%, com atividades centradas principalmente na indústria, comércio e serviços, são considerados pelo IPEA (2000) os pólos da rede urbana e os principais integrantes das aglomerações da Região Sul, com tendências de continuidade de seu processo concentrador. Portanto, Campo Mourão é considerado como pólo, sob esses aspectos, visto que seu grau de urbanização é de 92,49%, e sua densidade populacional é de 103,53 hab/km².

1.3 A definição de Campo Mourão como um núcleo polarizador

Segundo Kayser (1975), quando a região vive por seu centro, o processo liberal de sua formação consiste na polarização progressiva de atividades em redor desse centro e nesse próprio centro. Então a região será melhor formada e mais madura quanto maior for a influência que o centro exercer sobre o território considerado. É verdade que a centralização não é necessária ao desenvolvimento regional, e, como tal, desejável, mas essa é uma tendência espontânea. Para o autor, o fenômeno de polarização regional, que sempre implica uma cidade grande a – metrópole – não deve ser confundido com as modalidades polares do crescimento econômico. A metrópole regional é na situação do mundo contemporâneo, um “pólo de crescimento”, mas nem todos os pólos de crescimento têm a vocação regional. Na época atual não é a região que via sua capital, é a cidade que forja sua região. A indústria e o banco, mais que simples instrumentos dessa construção, são o

verdadeiro cérebro dela. Esforços persistentes levam à formação de uma rede comercial estelar concentrada sobre a metrópole regional que se torna “concentrador das atividades de uma vasta região”, vivendo dela e fornecendo-lhe de que viver as redes possibilitam uma excelente organização estrutural de troca.

A teoria das localidades centrais foi formulada por Christaller em 1933 e incorporada à “nova geografia” nas décadas de 1960 e 1970 e a partir de então, surgiram outros trabalhos a fim de repensar essa teoria, tendo “o intuito de tentar recupera-la, em nível mais elevado” (CORRÊA, 1997, p.15). A recuperação da teoria dos lugares centrais se faz importante segundo o autor, porque ela trata de um tema relevante que é o de organização espacial da distribuição de bens e serviços, portanto de um aspecto da produção e de sua projeção espacial, ou seja, um aspecto da totalidade social.

A emergência de uma rede hierarquizada e integrada nacionalmente de centros de distribuição varejista e de serviços, ou seja, de localidades centrais, se verifica com o capitalismo, com o domínio de um modo de produção onde o capital penetra na esfera da produção.(CORRÊA, 1997, p. 17).

A forma como uma cidade se origina e se desenvolve é determinada por um conjunto de forças e interesses individuais do Estado, das organizações privadas e da população que se entrelaçam de forma complexa. O futuro possível para a cidade depende muito das escolhas sociais e de organização urbana que forem feitas, o que de certa forma determinará a condição de pólo da região, pois cada centro possui uma área de atração e uma especialidade.

A região constrói-se a partir da ação de distintos agentes em múltiplas escalas articuladas que de certa forma encontram um rebatimento em praticas e processos sócio-espaciais histórica e geograficamente localizados, [...] o local e o global se afirmam e se negam dialeticamente na região. (LIMONAD,2004, p. 58).

Para Christaller (apud BONETTI, 1968, p.2) são “funções verdadeiras e próprias das cidades, aquelas de prover com bens e serviços tipicamente urbanos uma região mais ou menos extensa”. Segundo o autor, as localidades centrais se destacam por atender a demanda das localidades periféricas, através de serviços centralizados como a cultura, a saúde, a organização da vida econômica e social, o comércio, as finanças, além da organização do mercado e do tráfego.

Campo Mourão se consolidou como pólo a partir da influência da classe dominante, representada inicialmente, principalmente por fazendeiros, junto às

autoridades governamentais, durante seu percurso histórico, gozando de prestígios e influencia política, obtendo assim, uma melhor infra-estrutura em detrimento dos municípios periféricos. Além de ter uma localização privilegiada em relação aos mercados e grandes centros, facilitando o escoamento de mercadorias e o fluxo de pessoas e informações.

Em 1934, antes do Patrimônio de Campo Mourão ser emancipado foi afetado por uma febre amarela que matou vários moradores da região. Santos Junior (2006) escreve que os habitantes que restaram começaram a lutar para melhorar a infra-estrutura, procurando trazer para o vilarejo melhores recursos. Nos anos que seguiram, os habitantes edificaram as primeiras casas da região; reivindicaram a emancipação do município e auxílio governamental para o estabelecimento de recursos que visavam atender as necessidades básicas da região.

O governo preocupado com os acontecimentos e buscando atender a população enviou para a região um rádio-telégrafo para servir de meio de comunicação e um médico. Porém, por motivos políticos, foram desviados para o vilarejo de Peabiru, tornando Campo Mourão dependente desse. Em decorrência, os pioneiros ficaram sem meio de adequar a infra-estrutura municipal, estabelecendo assim uma disputa com Peabiru. Porém, em 1940 com a vitória das eleições para governador por Moisés Lupion, os pioneiros mourãoense fazendo valer o prestígio que possuíam junto ao governador por terem votado em unanimidade para o seu nome, conseguiram a transferência do rádio-telégrafo e do médico para Campo Mourão.

Contando com o apoio do Governador Lupion, os moradores de Campo Mourão conseguiram várias outras benfeitorias para a região, entre elas melhorar as condições das vias de acesso para esta localidade, propiciando um impulso no desenvolvimento econômico da região, melhorando a comunicação e conseqüentemente a vida dos colonos.

Nesse período intensifica-se a chegada na região de levadas de agricultores, que buscavam a exploração das reservas florestais e dos recursos naturais “procedentes basicamente de duas frentes de expansão: uma proveniente do Norte e outra do Sul” (HESPANHOL, 1993, p.19). Conforme dados da Sinopse estatístico-descritiva do município de Campo Mourão (1957, p.3) esse crescimento demográfico

define Campo Mourão em 1940 como o Distrito posicionado em 4º lugar em número de habitantes (11.964), mas a maioria dos que chegaram à região se apropriou da terra ilegalmente, desenvolvendo uma atividade predatória:

[...] desde janeiro ano passado entrou aqui (Campo Mourão) no campo, de Londrina, mais de 800 famílias e estão entrando mais sem parar (é um verdadeiro dilúvio) e o que é mais importante, nenhum desses vindouros requereu as terras, embora que alguns deles tenha dinheiro e bastante. Fazem grandes derrubadas das matas, devassam as terras, soltando gado e animal cavalares nas capoeiras, queimando centenas de alqueires de taquarais, assim que se vê grandes áreas de terras completamente estragadas (samambaias), quer dizer terras sem valor. É uma verdadeira onda destruidora. Se o Comissariado não toma imediatas e enérgicas providências, em curto prazo não temos mais matas (florestas) no Campo Mourão.

Em 1943, o governo preocupado com a situação instala a Inspetoria de Terras do Departamento de Geografia, Terras e Colonização (antigo ITCF), na região de Campo Mourão, com o intuito de regularizar e controlar a grilagem de terra. Esse fato, além de propiciar um controle na apropriação das terras devolutas, desencadeou a chegada na região de um grande fluxo populacional, o qual era formado por agricultores de várias localidades do Brasil, atraídos por notícias de existência de terras devolutas do Estado, que poderiam ser pagas em várias prestações ao governo.

Outro fato que contribuiu para o crescimento demográfico em Campo Mourão nesse período foi a abertura de uma estrada de rodagem, que ligou Campo Mourão a Maringá em 1944 (Fotos 1) viabilizando a penetração de uma frente pioneira, constituída por indivíduos que não haviam conseguido terra na região de Maringá e pretendiam adquirir terras para o plantio de café e formação de “safras” (criação de porcos) (HESPANHOL, 1993, p.19). Assim, os fatores tanto políticos, econômicos, como sociais, proporcionaram grande desenvolvimento para a região. E com a elevação do distrito de Campo Mourão à categoria de município-sede, surge um novo momento, no qual começa a verdadeira estruturação e organização espacial dessa localidade.

Nesta nova fase começa a estruturação do poder Executivo. O Sr. José Antonio dos Santos foi o primeiro prefeito que assumiu a chefia do município de Campo Mourão, nomeado pelo governador Moysés Lupion em 18 de outubro de 1947, em caráter provisório. Após 70 dias de mandato desse prefeito, realizou-se a primeira eleição (16/11/47), que elegeu o Sr. Pedro Viriato de Souza Filho, que

assumiu sua posse no dia 27 de dezembro do mesmo ano (SANTOS JUNIOR, 2006).

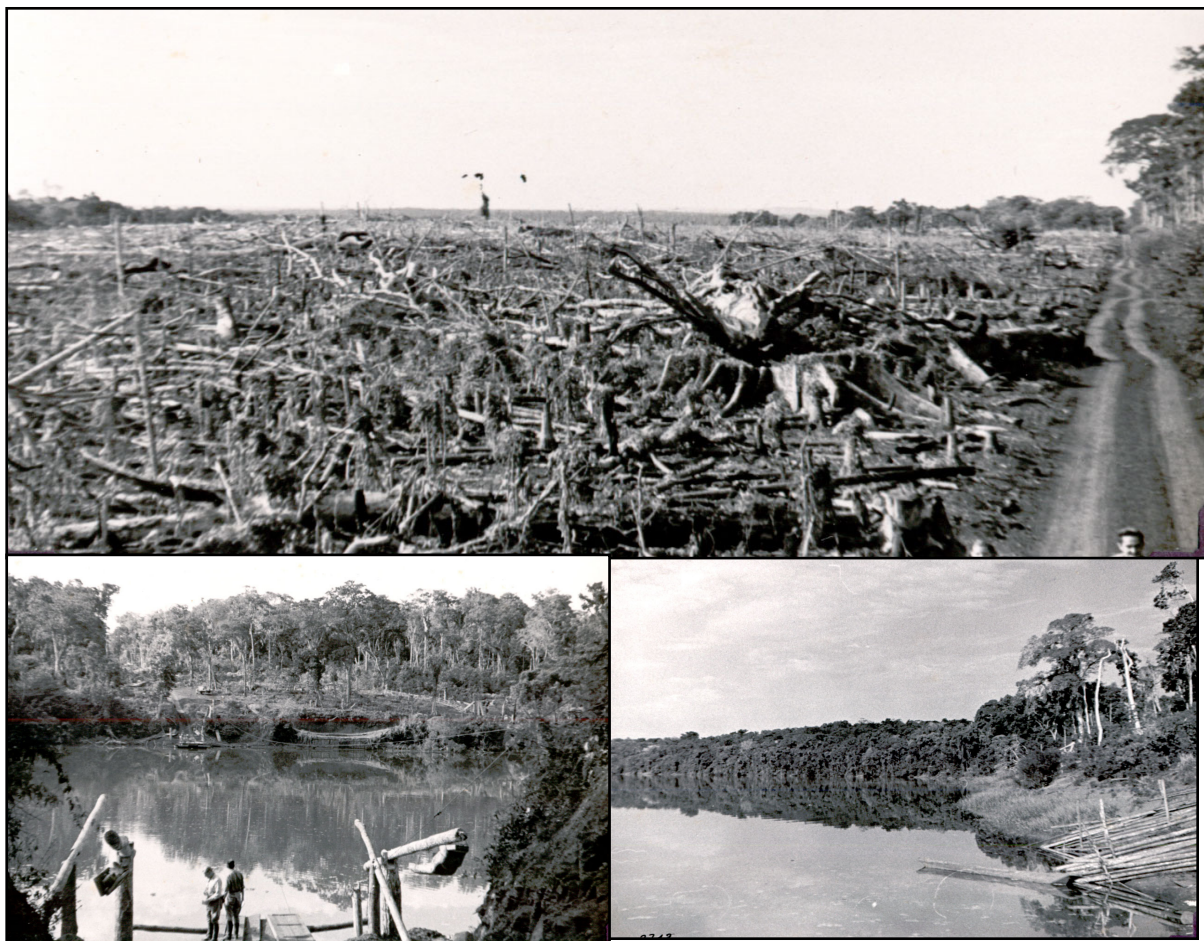


Foto1 - Na seqüência: abertura da estrada ligando Campo Mourão a Maringá; imediações da balsa no Rio Ivaí, 1948.

Fonte: FECILCAM/ Prof.º Edson Noriuky Yooko.

Para consolidação político-administrativa de Campo Mourão, no dia 14 de novembro de 1948, de acordo com a lei nº. 93, foi criada a Comarca de 1ª Entrância de Campo Mourão, sendo instalada no dia 28 de janeiro de 1949, abrangendo os demais distritos que faziam parte até então do município de Campo Mourão.

Após o estabelecimento da Comarca, inicia-se o processo de consolidação econômica de Campo Mourão. Em 22 de julho de 1949 foi aprovado pela Câmara Municipal o Estatuto da Empresa Hidroelétrica Vale do Ivaí, e no dia 17/08/1950 ocorreu uma solenidade no atual Bosque de Copaíbas marcando a instalação da luz elétrica na cidade (SANTOS JUNIOR, 2006), um importante passo para a instalação

de novas indústrias e melhoria na qualidade de vida. Nesse mesmo ano o então prefeito Pedro Viriato de Souza Filho, visando aumentar o perímetro urbano propõe para que todos os proprietários ou adquirentes de lotes urbanos, que iniciarem a construção de acordo com plantas aprovadas pela Prefeitura, até 30 de julho de 1950, tenham seus impostos municipais isentados e/ou reduzidos.

Também foi construída uma balsa sobre o Rio Ivaí a fim de facilitar o acesso à região e escoar a produção. Na campanha para o aumento da produção do trigo, o governador Moysés Lupion, destinou ao município um moinho de capacidade superior à produção (SANTOS JUNIOR, 2006). A partir da década de 1950, intensifica-se a incorporação de capital no setor comercial e industrial, impulsionando a economia local.

Atualmente, Campo Mourão enquadra-se na categoria de centro sub-regional e polariza uma região de base agrícola, firmando-se como centro de comércio e serviço com uma grande área de abrangência, mas também sendo polarizado por Maringá. O Município é sede COMCAM, agregando 25 municípios com economia baseada inicialmente no setor primário e hoje realizando investimentos na área industrial, já em avançado estágio de implementação dos setores secundários e terciários.

O município se caracteriza por realizar em suas terras uma agricultura moderna e ágil, empregando tecnologia de ponta, com agricultores informados sobre as principais inovações existentes no país que resultam em alta produtividade agrícola, cujos recordes são ultrapassados a cada ano que passa. A cultura da soja é o carro chefe da economia municipal, sendo seguida pelo milho nas lavouras de verão, trigo e aveia no inverno.

A fertilidade da terra permite maior produtividade no campo. A área cultivada de Campo Mourão ultrapassa os 50 mil hectares. Paralelamente à agricultura, destaca-se o parque de vendas e assistência técnica de equipamentos e insumos. Campo Mourão é sede da maior cooperativa singular da América Latina, a COAMO, cujo complexo industrial transforma mais de 1,7 milhões de toneladas de produtos por ano, agregando valor à produção dos cooperados e criando empregos e divisas no município de Campo Mourão e nas regiões em que atuam.

O grande avanço econômico do município pode ser relacionado à ruptura do antigo modelo de agricultura extrativista para com o modelo atual. Um dos pontos que causaram essa ruptura foi à implantação do plantio direto, na qual Campo Mourão foi pioneira em termos de Brasil a partir da implantação de uma microbacia piloto às margens do Rio do Campo, córrego que abastece a zona urbana de água. Este trabalho conjugou esforços da cooperativa, associação dos engenheiros agrônomos do município e governo de Estado, em um esforço concentrado para mostrar que, agronomicamente o plantio direto era viável. E ainda no final da década de 1970, se produziu com preservação do solo e conservação do meio ambiente. (Redação da Tribuna, C.M., julho/2005).

Esta unidade demonstrativa foi à semente para uma ampla e rápida disseminação desta tecnologia em toda a microrregião e culminou inclusive com um programa estadual de microbacias hidrográficas gerido pelo governo do estado que levou as benesses das experiências aqui realizadas para os mais diversos rincões paranaenses e inclusive de outros estados já que dezenas de comitivas vieram a esta região conhecer os trabalhos aqui realizados.

Atualmente Campo Mourão investe em novas formas de desenvolvimento através da diversificação das atividades agropecuárias. Para tanto, a atual administração municipal, juntamente com o Governo Estadual, tem como meta a implantação de um pólo de alimentos, tendo iniciado em 2005 a implantação de um abatedouro de aves, o qual viabiliza a implantação de diversas unidades de produção de frangos no município, bem como em diversos municípios próximos. Esse projeto do governo busca desenvolver atividades compatíveis com as possibilidades de cada município, gerando renda e novos empregos.

Essa diversificação nas propriedades tem uma grande vantagem, além da geração de empregos na zona urbana e rural, propicia o aumento da renda na propriedade ao mesmo tempo em que distribui a receita ao longo do ano, propiciando ao agropecuarista uma nova fonte de renda com comercialização assegurada de sua produção.

O projeto objetiva consolidar Campo Mourão como Pólo Brasileiro de Alimentos e, de conseqüência, produzir alguns benefícios esperados pela administração e pela população:

Estratégia de marketing e ações criando mecanismos a médio e longo prazo para atrair investimentos;

Aumento da renda per capita da cidade, melhorando seu ranking na constelação das cidades paranaenses;

Aumento da oferta de emprego, criando oportunidades e ofertas formais de trabalho. (Boletim com Perfil Econômico, 2005).

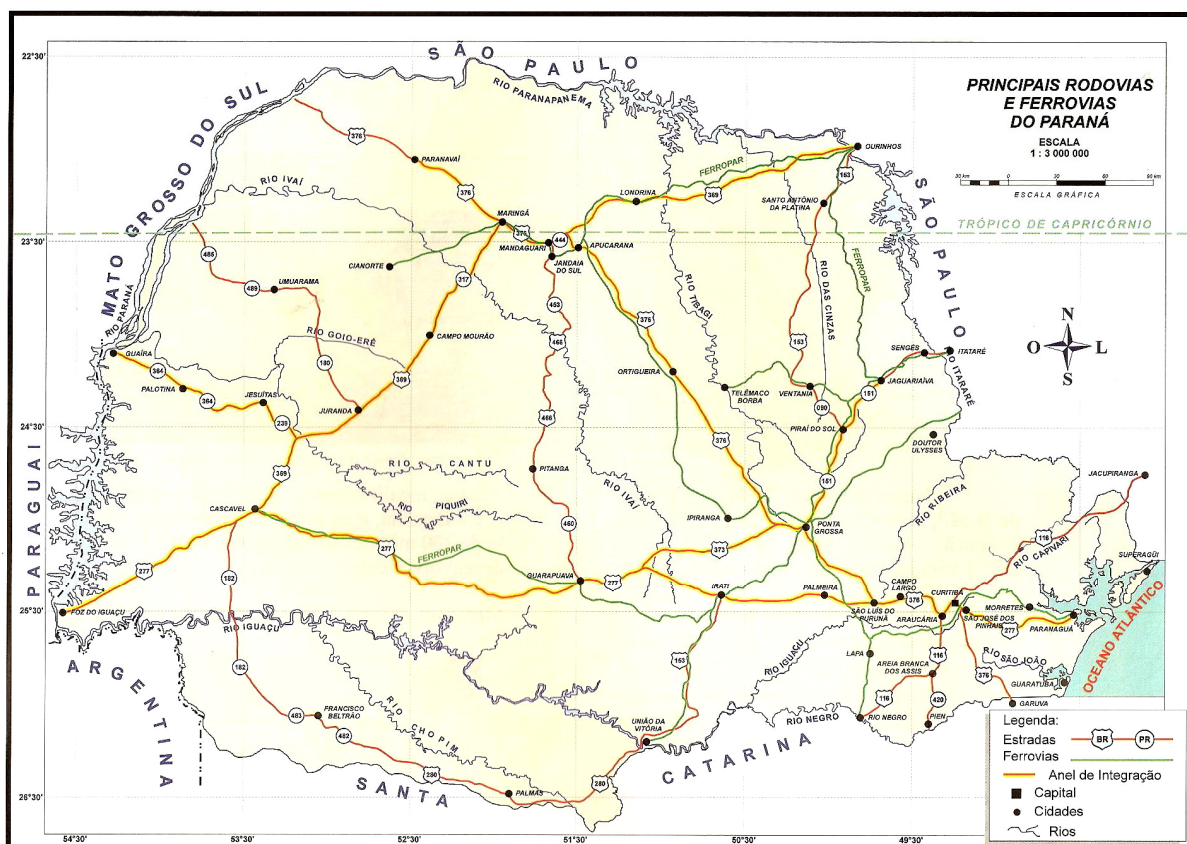
O Pólo Brasileiro de Alimentos surgiu com a definição do perfil econômico de Campo Mourão, pelo governo do Estado. Recentemente, o município conquistou o título de Pólo da Indústria de Alimentos do Paraná, através de uma lei estadual. Essa conquista foi reforçada com a consolidação do Centro Exportador em vários segmentos. Também é desta região, o terceiro maior rebanho bovino do Paraná. Todo esse potencial agro-pecuário viabiliza a instalação de novas agroindústrias. Encontram-se cadastradas no Departamento de Alvarás da Prefeitura Municipal de Campo Mourão (até o dia 28/07/2006) 3716 estabelecimentos considerando indústria, comércio, serviços e outras entidades. Campo Mourão está utilizando muitos benefícios para atrair empresas. Com base em lei estadual, são oferecidas vantagens fiscais como isenção de impostos municipais pelo prazo de 2 a 20 anos e dilação de 70% do ICMS, além da oferta de terrenos com infra-estrutura, doação de lotes e locação de espaços físicos por até 24 meses.

De acordo com Bonetti (1968, p.8) o valor de uma cidade dentro da hierarquia urbana depende de fatores como “a administração, a economia e a circulação”, portanto, a ligação da cidade com outros centros, através da malha viária é de suma importância. Nesse aspecto, Campo Mourão comporta um entroncamento rodoviário, que é um dos maiores do Cone Sul, com acesso aos países do Mercosul e ao Porto de Paranaguá, possibilitando que a empresa instalada venha atingir todas as regiões consumidoras do mundo. Com 2.335 quilômetros de rodovias unindo as principais cidades do Estado, o Anel de Integração imprime no interior do Paraná um novo impulso de desenvolvimento. O Anel não é apenas um caminho rodoviário, é também o contorno de uma bem definida estrutura hierárquica de telecomunicações, distribuição de energia, serviços e assentamentos humanos. Com sua avançada estrutura multimodal, o Anel de Integração consolida o Paraná como o principal ponto de acesso e de movimentação

de cargas do Mercosul. Um sofisticado sistema de comunicações, com 3.000 quilômetros de conexões em fibra ótica acompanha o traçado do Anel.

Assim, pela excepcional posição geográfica, tanto no contexto regional como estadual Campo Mourão faz parte do maior entroncamento rodoviário do Sul do País, dando acesso a todos os espaços do Estado (Figura 9). Nesse entroncamento cruzam as seguintes rodovias:

- BR 487 – Campo Mourão/ Guarapuava;
- BR 158 – Campo Mourão/Maringá;
- BR 369 – Campo Mourão/Cascavel (com destino a Foz do Iguaçu e acesso aos países do Mercosul)
- BR 272 – Campo Mourão/ Goioerê;
- PR 558 – Campo Mourão/Cianorte (com ligação ao Oeste do Estado de São Paulo e Norte do Brasil, com ligação ao Sul do Mato Grosso do Sul e Bolívia).



Fonte: IPARDES e DER.

Figura 9 – PARANÁ – Principais Acessos Rodoviários.

Fonte: CIGOLINI (2004, p. 117). Adaptado de.

As rodovias apresentam excelentes condições de tráfego e está em processo de ampliação e extensão de pistas duplas. Com isto está integrada a toda malha rodoviária paranaense e ao MERCOSUL com fácil acesso aos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e também para a Argentina, Paraguai e Uruguai. O aeroporto mais próximo com vôos regulares é em Maringá (a 80 km).

Indústrias também estão sendo atraídas pela mão-de-obra ofertada e formada nas escolas de ensino superior de Campo Mourão (Boletim com Perfil Econômico, 2005). As indústrias mourãoense produzem de medicamentos a transmissores para emissoras de televisão e rádio, margarina, circuitos impressos, equipamentos odontológicos, doces, produtos adesivados, equipamentos elétricos, fio de algodão, óleo de soja e confecções comercializados em todo o país e no exterior. A Colacril – Auto Adesivos Paraná (maior indústria do ramo na América Latina) e a VRI Indústria Eletrônica deixaram São Paulo e instalaram-se na cidade nos últimos anos.

Segundo relatório da unidade da Junta Comercial do Paraná (Jucepar) a região ganhou 45 empresas em julho, sendo que 26 foram instaladas em Campo Mourão (Tabela 4), totalizando 189 somente neste ano, seguido por Mamborê e Araruna com 31 e Engenheiro Beltrão com 23, confirmando sua condição de pólo e de município que mais atraiu empresas no ano de 2006. Observando a região hoje, percebe-se que Campo Mourão tem conquistado novos espaços no mercado, alavancado por sua agroindústria, setor de peso fundamental na economia, que o projeta além das fronteiras do Paraná. Estudo do IPEA (2000, p.43) mostra que Campo Mourão contribuiu com a economia paranaense, de maneira descontínua até 1991, com mais de 1% no valor adicional, contribuindo para que a economia do Estado fosse menos afetada nos momentos de crise. Observa-se também, que 30% da população centro-ocidental paranaense, que abrange 25 municípios (COMCAM), concentra-se em Campo Mourão, cuja população urbana dobra em 20 anos, além de apresentar um IDH de 0,774 considerado como uma posição intermediária (ADAS, 1998, p. 208). No entanto, encontra-se abaixo do índice geral se comparado ao IDH do Estado do Paraná que é de 0,784.

Para Bonetti (1968, p.9), um centro urbano com aproximadamente 100.000 habitantes, caracteriza-se “pela existência de um teatro, de um hospital

completamente equipado, de um jornal próprio, de grandes magazines e negócios especializados, tudo aquilo, enfim, que as cidades de 20.000 – 30.000 habitantes não podem ter [...]”. Características que Campo Mourão (Foto 2) possui e os municípios ao seu entorno, todos de menor porte, não possuem, fato que o torna um centro polarizador. Pois além dos fatores de localização em relação aos grandes centros, economia em crescimento e se destacando na hierarquia urbana, como mencionado anteriormente, a cidade também oferece a população local/regional, várias outras opções de lazer, cultura, educação, etc.

Município	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	TOTAL
Araruna	01	05	07	04	06	05	03	31
Boa Esperança	-	-	-	-	01	01	-	02
Barbosa Ferraz	01	02	02	02	03	01	02	13
Campo Mourão	28	25	33	13	34	27	26	189
Corumbataí do Sul	01	-	02	-	-	01	-	04
Eng. Beltrão	02	01	10	03	01	04	03	24
Fênix	01	01	-	02	-	-	02	06
Farol	-	-	-	01	-	-	-	01
Iretama	01	01	-	-	-	-	-	02
Janiópolis	-	01	02	01	-	-	02	06
Luiziana	02	01	05	-	01	-	-	09
Mamborê	05	04	09	02	04	02	04	31
Quinta do Sol	01	02	01	01	-	-	-	05
Peabiru	01	05	02	01	02	04	02	17
Roncador	-	02	-	01	-	01	01	05
TOTAL	44	50	73	30	52	46	45	345

Tabela 4- Campo Mourão - número de empresas instaladas, 2006.

FONTE:Junta Comercial do Paraná (Jucepar).

- **Tribuna do interior:** um jornal diário produzido em Campo Mourão desde 10 de outubro de 1968, trazendo notícias locais e regionais.

- **Estação Ecológica do Cerrado:** área de preservação ecológica aberta à visitação pública, considerada por estudiosos e pesquisadores como uma verdadeira

reliquia de uma era passada. São 1,3 hectares de vegetação remanescentes do quaternário antigo, sendo o serrado mais meridional do planeta. Um herbário para estudos de diversas áreas científicas está instalado no local, recebendo cientistas de várias partes do Brasil e do mundo, que querem conhecer essa parte da história natural do País, preservada em Campo Mourão.



Foto 2: Campo Mourão, 1948; 2007.

Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira e Prefeitura Municipal de Campo Mourão.

- **Cultura:** responsável pelo fomento, produção e consumo dos bens culturais, a FUNDACAM presta grande serviço à comunidade mourãoense e

regional, e é a única no interior do Estado a ter um Núcleo Experimental Operístico e Corpo Municipal de Baile. Para fomentar manifestações artísticas culturais do Município foi implantada em 1997 a Lei Municipal de Incentivo à Cultura nas modalidades Mecenato e FEPAC - Fundo Especial de Promoção das Atividades Culturais. Os trabalhos da Fundação Cultural são acompanhados e aprovados pelo Conselho Municipal de Cultura e suas metas e prioridades, estabelecidas anualmente pelo Simpósio Municipal de Cultura, com a participação expressiva de representantes dos segmentos culturais e comunidade interessada. A Estrutura da Fundacam é composta por: Departamento de Teatro, Departamento Administrativo/Financeiro, Departamento de Desenvolvimento Cultural, Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, Coordenação de Ação Teatral, Conservatório Municipal Musical Prof. Leone de Biaggio, Centro de Criatividade - Usina do Conhecimento, Academia Municipal de Ballet, Espaço da Cultura Popular, Escola Municipal de Arte Circense-Centro Cultural Itinerante/Circo Fundacam, Coordenação de Eventos.

- **Saúde:** o Município sedia a 11ª Regional de Saúde com médicos e serviços especializados em vários setores da saúde, atendendo toda a região através do CIS-COMCAM. Possui um Hemonúcleo, hospitais públicos e privados equipado com UTI adulto, realizando atendimento de clínica e cirurgia geral, cirurgias do aparelho digestivo, ortopedia, pediatria, obstetrícia e ginecologia, cardiologia, otorrinolaringologia, psiquiatria, angiologia, neurologia, nefrologia e pneumologia. A Secretaria da Saúde desenvolve um Plano de Ações e Metas relativo às DSTs e a AIDS. Esse plano contempla ações de prevenção, proteção e promoção à saúde da comunidade, assim como na área de diagnóstico, assistência e tratamento às pessoas portadoras do HIV ou que estão doentes com AIDS. Esse trabalho ocorre em parceria com outros programas da secretaria, tais como: Cegonha Feliz, Saúde Mental Comunitária, Ambulatório de Saúde Mental, Ambulatório de DST e AIDS e a ONG AMAVI - Associação Mourãoense Alegria de Viver.

- **Festa Nacional do Carneiro no Buraco:** que tem por objetivo preservar e divulgar a tradição de Campo Mourão e de seus colonizadores, projetando o município em nível nacional e internacional. Essa festa acontece no segundo

domingo de julho em Campo Mourão, juntamente com a Feira Agropecuária, Comercial e Industrial.

- **Usina Hidrelétrica:** fornece parte da eletricidade utilizada pelo Município. O reservatório Usina Mourão I, foi à primeira usina construída pela Copel – Companhia Paranaense de Energia Elétrica, que continua em funcionamento. Pioneira, serviu de base para outras obras desse porte, atraindo pela estrutura e equipamentos. Conta com área de floresta destinada à pesquisa e educação ambiental, equipada com instalações e alojamentos.

- **Ensino superior:** Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Campo Mourão, Integrado Faculdade (CIES) e FECILCAM onde são oferecidos cerca de 20 cursos a nível de graduação e vários cursos de pós-graduação atendendo toda a região da COMCAM. Entre os cursos, destacam-se o de Tecnologias em Alimentos, Tecnologia em Processamento de Alimentos Vegetais, Agronomia, Relações Internacionais com ênfase em Agronegócio e Engenharia de Produção Agroindustrial que vem de encontro com a proposta política municipal em consolidar o Pólo de Alimentos e com a realidade do município, que polariza uma região predominantemente agrícola;

- **Indústria, comércio e prestação de serviço** grandes lojas de móveis e eletroeletrônicos, concessionárias, magazines, etc., os quais oferecem maior variedade de produtos, maior competitividade, resultando em menores preços, além de formas diferenciadas de pagamento. Atualmente cerca de trezentas indústrias operam na cidade. São 26 empresas atuando diretamente na área extrativa e várias outras em diversos setores como fibras de papel, embalagens de papelão, tinturaria, fiação de algodão, óleo vegetal, álcool, vestuário e confecção, calçados, materiais eletro-eletrônicos, metalúrgicas, industrialização do milho e café. No setor comercial Campo Mourão é pólo atacadista com cerca de 70 estabelecimentos em operação. O comércio varejista com aproximadamente 900 lojas, atrai consumidores de toda região. São mais de 2.400 empresas na prestação de serviços, entre elas a COAMO, que também atua nos setores da indústria e comércio. Uma ampla rede de agências bancárias faz girar uma economia forte e estável originada da pecuária, indústria, comércio e prestação de serviços.

Campo Mourão completou em 10 de outubro de 2007, 60 anos de emancipação política, nesse período ocorreram muitas transformações, seja política,

econômica ou social. Fatos que lhe conferem um papel de destaque na hierarquia urbana e motiva o constante fluxo da força de trabalho, através da mobilidade diária da população dos municípios periféricos.

2. A DINÂMICA POPULACIONAL MOURÃOENSE E SUAS IMPLICAÇÕES.

Uma característica fundamental das sociedades é o seu dinamismo. Existem várias causas, seja de ordem política, social, cultural ou econômica que mobilizam a população espacialmente através de migrações permanentes, temporárias ou diárias; para Rocha (1998), em geral, prevalecem às causas de ordem econômica.

Os estudos sobre a mobilidade da população até o século XIX eram muito fragmentados, contudo, ganharam importância e se desenvolveram a partir do século XX, quando se apoiou em informações numéricas abundantes e confiáveis provenientes dos recenseamentos empreendidos pelas nações mais avançadas e colocadas a disposição dos geógrafos pelos serviços de estatísticas.

O conceito de mobilidade humana sempre foi tratado nos trabalhos de Geografia de uma forma metodológica muito próxima da demografia, apenas na segunda metade do século XX, os estudos geográficos sobre os deslocamentos, incorporam uma perspectiva interpretativa da mobilidade. Esse conceito diz respeito à capacidade dos corpos físicos se deslocarem sendo amplamente estudado por Rocha (1998, p.01), o qual afirma que:

A complexidade dos movimentos destes corpos se dá devido às inúmeras mediações para o seu deslocamento, além das escalas diferenciadas de manifestação. O porquê de um indivíduo se deslocar está relacionado a vários aspectos: de ordem política, social, afetiva, moral, etc. Estes aspectos se interagem construindo, para cada indivíduo um perfil destas ordens de fatores.

Tal movimento pode estar relacionado à história de vida de cada indivíduo, ou representar um processo que envolve a mobilidade de vários indivíduos, como por exemplo, o fenômeno do êxodo rural, impulsionado pela modernização da agricultura.

O conceito de mobilidade humana, segundo Rocha (1998) é produto da interação de três ordens de mobilidade: a) mobilidade física, subdividida em macro mobilidade física e micro mobilidade física; b) mobilidade centrada no trabalho (da força de trabalho); c) mobilidade social.

A mobilidade física (macro mobilidade física e micro mobilidade física) é considerada uma modalidade horizontal, ou seja, se reproduz no espaço concreto,

físico, apresentando um perfil histórico-geográfico, tendo por base os estudos migratórios, a partir de uma avaliação histórica de tais fluxos. A macro mobilidade física diz respeito aos deslocamentos físicos praticados pelos indivíduos em escala internacional, nacional, estadual e municipal. Nessa categoria a temporalidade dos deslocamentos não é cotidiana, diz respeito aos fluxos demográficos. Quanto à micro mobilidade física, a escala temporal é curta, cotidiana, diz respeito aos deslocamentos diários, como de casa para o trabalho ou às compras. (ROCHA, 1998, p. 13).

Uma outra ordem de mobilidade que se apresenta nas Ciências Humanas é a mobilidade social, de acordo com Rocha (1998, p. 15) é “entendida como uma modalidade vertical trata de interpretar a mudança de status social dos indivíduos, sua posição e estrutura de classe e movimento de polarização das classes sociais”.

O conceito de mobilidade social se consolidou a partir das reflexões da sociologia americana, como reflexo da busca pela legitimação do sistema capitalista. Rocha (1998) trabalha com duas teorias para a explicação do fenômeno da mobilidade social: a) sociologia americana: fundamenta-se no conceito de “estratificação social”, possui uma perspectiva funcionalista com a preocupação em explicar os mecanismos que determinam as diferenças sociais; b) sociologia francesa: fundamenta-se no conceito de classes sociais, as quais são consideradas como um efeito de lutas e embates.

Para Rocha (1998, p.78) o estudo da mobilidade social, seguindo o referencial teórico marxista, o conceito de polarização de classes é o mais adequado. Nessa perspectiva, nas sociedades contemporâneas há um antagonismo de classes devido à complexidade das formas de reprodução do capital e sua crescente radicalização, no sentido de desigualdade. Pode-se considerar que atualmente há uma estrutura rígida de incluídos e não incluídos (ou incluídos marginalmente), ou seja, “as diferenças sociais não são apenas diferenças de riquezas, mas diferenças de qualidade social das pessoas”. Essa situação quer dizer que estamos diante de um processo de polarização, onde de um lado está o crescimento da “proletarização dos indivíduos” e de outro lado está o aumento da “concentração de poder político e material” na mão de um número cada vez mais restrito de pessoas.

A mobilidade da força de trabalho, aqui enfatizada e entendida como o conjunto de trabalhadores que se deslocam espacialmente em busca de trabalho ou para realizar um trabalho, pode surgir como uma oportunidade que eventualmente viabilizaria a ascensão econômica, mas também como o único recurso que o trabalhador teria frente à acelerada rotatividade da mão-de-obra imposta pelo sistema capitalista.

Um traço marcante da constituição de uma sociedade e de sua evolução deve-se ao dispêndio de sua força de trabalho; para Gomes (1991, p.30) “o homem se fez homem pelo seu trabalho de cunho produtivo/social e o que distingue a espécie humana dos animais é o fato concreto de ser o homem o único capaz de produzir objetos”. A princípio, o homem era proprietário da sua força de trabalho, dos meios de produção e da própria produção, utilizada para sua subsistência e de sua família. Mas ao longo do processo histórico, as relações sociais e comerciais se transformaram e a burguesia passou a ser a detentora dos meios de produção, da produção e do lucro. Restou ao trabalhador apenas a propriedade de sua força física e mental, ou seja, a força de trabalho que o torna apto a realizar qualquer atividade produtiva, a qual se agregou valores e passou a ser uma mercadoria dentro do modo de produção capitalista vigente, passível de ser vendida e comercializada.

Contudo, Villaça (1967) ressalta que a eficiência dessa força de trabalho depende das oportunidades que forem ofertadas e acessíveis para o aperfeiçoamento das capacidades e habilidades potencialmente existentes, em maior ou menor grau, em toda criatura humana. Assim, sendo o trabalhador o agente possuidor da força de trabalho, é esta que vai ser objeto de transação e sua oferta estará condicionada a própria condição do indivíduo, seja sua condição física, mental ou de especialização.

O trabalhador utiliza sua força de trabalho para a obtenção de uma remuneração, como ressalta Villaça (1967, p.27) “a força de trabalho de uma nação é constituída por pessoas dotadas de capacidades e habilidades diferentes, algumas trabalhando para seu sustento, outras apenas temporária ou ocasionalmente, realizando tarefas remuneradas”. No entanto, essa consideração, segundo a autora, é injusta, visto que alguns trabalhadores, como as donas de casa, têm sua força de trabalho excluída por não terem valorização na contribuição da contabilidade do produto nacional, como os que estão na escola, os aposentados e aqueles que se

dedicam a afazeres com função não remunerada. Mas as tarefas domesticadas, por exemplo, têm tanto valor econômico quanto qualquer outro trabalho profissional e sua comercialização e mecanização desempenharam importante papel na história do desenvolvimento econômico.

2.1 A mobilidade da força de trabalho no território de Campo Mourão

O desenvolvimento da região de Campo Mourão aconteceu na virada do século XIX, com a chegada de expedicionários guarapuavanos, com o intuito de criar gado bovino, onde aplicaram um plano para povoar essas terras. A partir de então, a força de trabalho tem se mobilizado pelo Município de Campo Mourão, e em diferentes momentos históricos deu sua contribuição para a formação do território e da produção do espaço tal como se apresenta atualmente. A mobilidade da força de trabalho está intrinsecamente relacionada à forma de obtenção e ocupação da terra, pois como afirma Martins (1991, p.50):

A terra é um bem natural. [...] é uma dádiva de Deus por isso é de todos. [...] é o trabalho que legitima a posse da terra; é nele que reside o direito de propriedade. Esse direito está em conflitos com os pressupostos da propriedade capitalista.

Essa afirmativa se verifica ao longo do processo geo-histórico do Município de Campo Mourão, pois a força de trabalho que se deslocou para a região no início do século XX com o intuito de obter terras e legitimar sua posse pelo trabalho, acabou entrando em conflito com indígenas que já residiam aqui, com outros posseiros e fazendeiros. Mas essa força de trabalho se adaptou à medida que as relações de posse da terra se transformaram, sendo cada momento único e marcado por certas características socioeconômicas. Santos (2003, p. 200) afirma que “em cada momento histórico as novas formas representam o modo usual de produção. Mas é a formação socioeconômica que lhes dá sua significação real-concreta dentro do sistema”. De modo geral, o processo de ocupação das terras agrícolas de Campo Mourão pode ser dividido em quatro momentos distintos e dentre eles é possível

fazer um análise da mobilidade da força de trabalho, suas conseqüências e suas contribuições na construção do processo geo-histórico e econômico da região.

O primeiro momento envolveu o deslocamento de aventureiros em busca de recursos naturais para exploração, sendo mais evidente a partir do século XVI, e cuja força de trabalho era destinada a fazer o reconhecimento e mapeamento da região, bem como iniciar o povoamento e ocupação efetiva dos campos de Guarapuava (região da qual Campo Mourão se desmembrou posteriormente). A qual, segundo Westphalen (1953) deveria ser realizada de maneira pacífica, evitando choques com os índios que, pelo contrário, deveriam ser catequizados, instruídos e protegidos. Também deveriam fundar novas povoações, distribuir terras e realizar a abertura de estradas de ligação. Mesmo sendo parte do território de Guarapuava, a região atual ocupada por Campo Mourão, continuou sendo apenas caminho de aventureiros, bandeirantes e exploradores; de acordo com Lara (2003) somente a partir do século XIX e no início do século XX é que vieram os primeiros colonizadores com interesse em se fixar nesse local. A chegada dos desbravadores (Foto 3) caracteriza o segundo momento, que ocorreu a partir do registro de uma pequena área de terra concedida pelo Estado no ano de 1893, para fazendeiros guarapuavanos, que pretendiam ocupar a região, o que vai sustentar as primeiras ocupações a partir de 1900 com a chegada de algumas famílias de desbravadores a Campo Mourão.

De acordo com Veiga (1999, p.29) “o efetivo povoamento da região de Campo Mourão por expedicionários Guarapuavanos, visando à criação de gado bovino para povoar as terras do campo, foi iniciada em 1880/81”. No entanto, somente o expedicionário Jorge Walter fixou-se em Campo Mourão, mas somente em 1910. A primeira ocupação evidente, com moradia habitual só se concretizou, em Campo Mourão, a partir de 1903, com a chegada dos Irmãos Pereira (Foto 4), os quais acompanhados por suas famílias construíram suas casas e demais benfeitorias dedicando-se à agricultura e à pecuária. Nesse período a força de trabalho era familiar e visava à subsistência.



Foto 3 – Campo Mourão - Moradia dos desbravadores⁶

Fonte: Acervo particular de Sid Sauer.



Foto 4 – Campo Mourão - Carro de boi atravessando o rio com a família Pereira, 1903.

Fonte: Acervo Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira.

⁶ Observam-se as casas dos pioneiros em meio à floresta, demonstrando a beleza natural vislumbrada pelos primeiros desbravadores da região de Campo Mourão. A floresta era formada por variedades de madeiras, sobressaindo a *araucária angustifolia*, que caracterizou a região como um “Campo aberto bordado por araucária” (MAACK, 2002,p.70)

A primeira atividade econômica desenvolvida no município foi à pecuária, devido à existência de pastagens naturais primitivas e rarefeitas, típicas de cerrado e que propiciavam a criação do gado aliada à agricultura de subsistência. Contudo essa atividade não prosperou economicamente, em parte por causa das características físicas locais. Como destaca o Plano Diretor de Campo Mourão (1969, p.7):

Condições climáticas inadequadas, com águas muito frias; inexistência de campos em abundância, fazendo com que os rebanhos fiquem expostos às doenças, e a própria estrutura fundiária, com predomínio de pequenas e médias propriedades e conseqüente necessidade de adoção de técnicas de alimentação e manejo de gado, vêm se constituindo um entrave ao seu incremento [...] constitui-se numa atividade de auto-consumo de complementação econômica às empresas rurais.

Com o declínio da pecuária a força de trabalho se voltou para a agricultura familiar, e para garantir sua sobrevivência, os moradores comercializavam os excedentes entre eles, embora ainda se dedicassem à criação de suínos, obtendo maior lucratividade com esta atividade, que era exportada até mesmo para fora do Estado. De acordo com estudo de Wachowicz (2002, p.182) a suinocultura desenvolvida nesse período denominava-se de “safras”, os porcos eram “criados soltos num milharal isolado na mata (safra), eram adquiridos por um comerciante, o *safrista*. Esse comprava 500, 800 ou 1.000 porcos e levava-os tropeando, isto é, a pé, até os grandes mercados de comercialização”.

Na comercialização dos porcos adotavam-se procedimentos curiosos, que foram enfocados em entrevista citada nos estudos da historiadora Casagrande (1996, p.38). A entrevista foi realizada em 1993, com o senhor Chafic Simão (já falecido), que chegou a Campo Mourão no ano de 1945. Em seu relato, Chafic destacou a forma utilizada pelos condutores dos porcos durante as viagens, lembrando que:

Para esses homens dormirem nas noitadas que passavam pelo mato, eles faziam grandes e altos cercos de galhos e colocavam os porcos dentro, porque até chegar ao destino, eles levavam muitos dias. Quando eles iam para Apucarana, tinham que atravessar o Ivaí, eles passavam de 3 a 4 porcos de cada vez porque não tinha ponte, era uma balsa pequena e eram muitos porcos, chegava a juntar 200 até 300 porcos em cada viagem para ser conduzidos. Agora, imagine o tempo que levava para chegar lá e voltar pra casa.

Além da atividade agrícola, as famílias produziam e comercializavam as folhas de erva-mate, o mel e cera de abelha, além de peles de animais silvestres para aumentar a renda. As mulheres teciam fazendas de lã ou algodão para uso caseiro, com as quais faziam roupas, sacos, toalhas e colchas, utilizando técnicas bem rudimentares como descreve Simionato (1997, p.49):

[...] colhiam algodão, desencaroçavam com um cilindro igual ao de pão, batiam com um arco tipo bodoque, soltando assim a sujeira do algodão, depois passava-se em um objeto parecido com uma raspadeira, acionadas uma contra a outra, a qual era feito de arame fino e bem junto, formando uma espécie de escova. Ali pegava-se o algodão ou lã e raspava-se até que os fios ficassem bem soltos. Depois fiava-se com uma roda movida pelo pé, formando-se assim o novelo de linha. Em seguida eras feito o tingimento, com uma planta chamada anil. Para produzir a tinta, cortava-se a rama da planta, que era moída e depositada em um coxo ou gamela com água. Depois de alguns dias estava pronta a tinta, bastando então somente pôr a lã ou o algodão dentro e deixar por 24 horas, tirando a seguir para secar. Os novelos eram colocados em uma máquina de tecer chamada tear.

Nesse momento a ocupação não foi expressiva, mas aumentou no decorrer do tempo. Vagarosamente foram chegando famílias procedentes dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, atraídas pela terra e riquezas florestais existentes e marcando o início do terceiro momento significativo da mobilidade da força de trabalho para a região. Esse momento se processa entre o final da década de 1930 e início da década de 1940, com a abertura da estrada de Maringá até a divisa do rio Ivaí, propiciando a ocupação efetiva de Campo Mourão.

A mobilidade das pessoas é impulsionada em grande parte pela infraestrutura que os locais oferecem principalmente estradas e outros meios de transportes que possibilitem a interligação com outras regiões. Os transportes têm exercido influência direta e indireta sobre quase todos os agrupamentos humanos, influenciando o setor econômico, integrando os espaços, possibilitando novas atividades econômicas e a expansão das cidades. “Os transportes criaram novas necessidades, mas forneceram também, meios de satisfazê-las, permitindo a especialização da produção”. (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p.64).

A partir de 1938, teve início às comunicações entre Campo Mourão e a região Norte do Paraná, através do Porto das Bananeiras e por Vila Rica (atual Fênix), e foram utilizados ainda os caminhos de cargueiros que passavam por Apucarana, por onde se conduziam alguns produtos agrícolas e varas de porcos. Em 1948 a região foi ligada a Maringá através de estrada de rodagem, passando a

receber, de acordo com Veiga (1999, p. 39) “um grande fluxo de lavradores e criadores em busca de novas áreas para plantio de café e para a formação de safras, ou criação de porcos em grandes roças abertas no sertão”.

Aos poucos essa frente pioneira inicia a instalação de empreendimentos econômicos e, como tal, apresenta-se organizada e integrada na economia de mercado, deixando de ser uma economia de subsistência, passando suas relações socioeconômicas a serem reguladas pelo sistema capitalista.

A partir dos anos 40 essa ocupação ganhou impulso com a implantação de colônias pelo governo do Estado. A população que se deslocou para englobar a frente norte de ocupação que atingiu Campo Mourão procedia basicamente de duas frentes: a primeira refere-se às populações colonizadoras que se deslocaram de antigas fazendas de café que não deram certo, sobretudo a população das fazendas da região de São Paulo e Minas Gerais. A segunda frente estava composta por colonos oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, descendentes de europeus de terceira e quarta geração, que não conseguiram se manter nos minifúndios.

Contudo, a vinda desse grande contingente populacional desencadeou uma agressão ambiental, causada pela apropriação desordenada dos recursos naturais. Nessa questão, verifica-se uma soma contraditória de fatores físicos, econômicos e sociais, que arrolados no decorrer histórico privilegiou obviamente a hegemonia do sistema capitalista, ou seja, o desenvolvimento econômico.

Dessa forma essa história denuncia que na região mourãoense, como também em todo o Brasil, o capitalismo, vai criando condições para seu desenvolvimento, e o homem desejando cada vez mais obter o capital, não restringe suas ações, uma vez que o capital pode proporcionar muitos bens de consumo para satisfazer o ego pessoal, como afirma Oliveira (1986, p.83): “É, pois, por esses caminhos contraditórios que o modo capitalista de produção se desenvolve, e, desenvolvendo-se, cria as condições para a sua reprodução ampliada, mas cria também as contradições desse processo”.

Nesse período, durante o processo de regulamentação sustentado pela colonização oficial, ou seja, a realizada diretamente pelo próprio Estado, ocorre à eclosão de uma série de conflitos pela posse da terra. Esses conflitos foram entre

posseiros, pequenos proprietários e grileiros, sendo as fraudes um recurso muito usado para a ocupação das glebas. Sobre esses conflitos Westphalen et al (1968, p.25) assinala que:

Problemas de terras são registrados, em 1948, em Campo Mourão, onde grossas negociatas contra pequenos lavradores, estariam sendo realizadas. Haviam sido abertas as glebas de Paranaíba e Campo Mourão, mas os moradores das zonas próximas que anseiam por um pedaço de terra, são preteridos nas suas expectativas de aquisição, pelo critério do pistolo. Bandoleiros atiram contra sitiados.

Para tentar controlar esses conflitos, em 26 de outubro de 1951, o Estado edita o Decreto lei nº. 3.060 para ser cumprido por meio do D.G.T. C, que inibe a ocupação desordenada e irregular da terra. Sobre a importância desse decreto, assinado pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto, Valderi Santos (1995, p.75 e 79) elaborou as seguintes considerações:

Os conflitos mais sérios pela posse de terras no Estado e as fraudes, recursos muito usado para a ocupação de glebas devolutas, sofreram o primeiro impacto, com a assinatura do Decreto 3.060 de 26 de outubro de 1951, pelo governador Bento Munhoz da Rocha Netto. Os ocupantes irregulares foram surpreendidos, a reação veio logo, mas precisaram conformar-se com as novas medidas. O novo regulamento inibiu também levas de especuladores chegados de outros Estados. [...] O decreto Estadual de 26 de outubro de 1951, foi o caminho inicial para a ocupação legal das terras do então Campo de Mourão, depois município de Campo Mourão, uma enorme extensão de solo fértil e cobijado.

Em cumprimento ao Decreto Estadual, a maioria da população mais pobre desta região foi expulsa dos lotes que ocupavam. Mas muitos posseiros que tinham condições de registrar a terra e pagar pequenas parcelas por mês ao Estado, de acordo com Santos (1995, p.79). “tiveram a sorte” de se tornarem proprietários das glebas que haviam ocupado, quando conseguiam provar que moravam há bastante tempo e cultivavam na propriedade.

Na regularização da posse da terra havia ainda as grandes empresas madeireiras, os grandes fazendeiros que requeriam a terra concorrendo com o pequeno produtor rural. Dessa situação, Soriano (2002, p.81) salienta que:

Não era apenas o pequeno produtor agrícola com poucas economias que concorria aos lotes, também entre os requerentes se encontravam as empresas madeireiras fazendeiros e os próprios trabalhadores rurais pobres, posseiros que mantinham seus pequenos ranchos cultivados e produzindo frutos. Eles se apresentavam como requerentes com o intuito de regularizar a posse e, seguidamente, solicitar a vistoria para poder pagar as parcelas do título de domínio.

Geralmente a terra era adquirida por quem tinha dinheiro, não só para ir até Curitiba efetuar o registro, mas também para pagar as prestações mensais ao Estado. Muitos registraram terras onde residiam trabalhadores rurais e sendo possuidores do título de posse, impetravam ações judiciais contra as famílias sob a acusação de invasão e espoliação de propriedade, geralmente com causa ganha da ação na justiça. Assim foram arrolados inúmeros processos judiciais em Campo Mourão após 1946. Sobre essas lutas judiciais e ação da D.G.T.C. , Soriano (2002, p.81-82) argumenta que:

[...] de um lado, os trabalhos empreendidos pelo órgão estatal D.G.T.C. na capital do Estado e a 8ª Inspetoria de Terras favoreceram para agilizar os trabalhos de colonização oficial em Campo Mourão, por outro, perfilhou-se uma emaranhada burocracia, alicerçada ora pela condescendência dos funcionários públicos para com um tipo de requerente, os grileiros, ora pela própria ineficácia da administração que expedia indiscriminadamente títulos de domínios, ora pelas mudanças intempestivas das demarcações das glebas. As conseqüências dessas ações geraram conflitos de terras, quase sempre, os trabalhadores rurais perdiam seus direitos às concessões de terras e sua esperança de se tornarem proprietários.

Outra forma de expulsar os agricultores da propriedade era por meio de ameaças de mortes e assassinatos. Vários jornais locais registraram a ocorrência da violência ocorrida no município de Campo Mourão. Essa violência ocorria “via de regra, com o concurso de jagunços, pistoleiros de ofício”. (WESTPHALEN, 1968. p. 26). Com isso, a reorganização das terras públicas, entre os rios Ivaí e Piquiri, em pequenos lotes colocados a venda, pretendida pelos governos de Moises Lupion e Bento Munhoz da Rocha, para Soriano (2002) em vez de fixar trabalhador e sua família a terra, na maioria das vezes, descambou para o comércio especulativo da terra, em decorrência da expedição de títulos de propriedade emitidos por funcionários e altas autoridades do D.G.T.C., em detrimento dos direitos dos antigos posseiros.

Essa situação gerou conflitos e intenso dinamismo populacional na região, surgindo a necessidade e a oportunidade de se implantar um novo empreendimento buscando facilitar a locomoção desses habitantes e dos que chegavam atraídos pelas terras. Assim, surge em Campo Mourão, no ano de 1943 o primeiro ônibus; os passageiros eram poucos e as vias extremamente precárias, não existiam pontes e a travessia dos rios era feita através de balsas. A frota de veículos começou a crescer e em 1947 surgiu o Expresso Campo Mourão com linhas para Peabiru,

Moreira Sales e Cruzeiro do Oeste. Nos anos seguintes, outras empresas particulares começam a investir no transporte coletivo (Foto 5), ligando Campo Mourão a outras regiões, facilitando e melhorando a mobilidade populacional.



Foto 5 - Campo Mourão - um dos primeiros ônibus intermunicipal , 1940-50.

Fonte: Acervo Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira.

Contudo, as vias de rodagens eram muito precárias em todas as regiões pioneiras o que dificultava o transporte. Até o início da década de 1970, somente o trecho da rodovia que liga Campo Mourão a Maringá (BR-369) era pavimentada.

Uma condição indispensável para o transporte rodoviário é, naturalmente a construção de estradas e sobretudo de pontes sobre os rios e riachos. Esta ultima geralmente tem uma confecção sólida, enquanto as estradas muitas vezes não são mais do que trilhas na terra barrenta, poeirentas, mas trafegáveis na estação seca, e cheias de atoleiros, a ponto de ficarem intransitáveis, após as chuvas. Então cessa todo o transito na cidade e no campo, e a vida econômica fica paralisada às vezes dias seguidos (...). As estradas nessas condições ficam cheias de automóveis e caminhões atolados, turmas de socorro partem em todas as direções e mesmo nas cidades o trafego é limitado às necessidades indispensáveis. (WAIBEL, apud. HESPANHOL, 1993. p.25).

A foto 6 ilustra bem essa citação de Waibel sobre a precariedade das estradas e os transtornos nos dias de chuva, fato que também é lembrado pelo

Gerente de Departamento de Trafego do Expresso Nordeste em entrevista concedida no dia 02 de outubro de 2007, na qual ele ressalta que quando a empresa Expresso Nordeste começou a atuar em Campo Mourão, há 44 anos atrás, “só tinha picada, não tinha nem estrada ainda”.



Foto 6 - Campo Mourão - ônibus atolado , 1950.

Fonte: Acervo Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira.

Com o passar dos anos, houve a melhoria dos caminhos de acesso a Campo Mourão, o aumento populacional e a diferenciação da força de trabalho. De acordo com os dados do censo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 1950, na agricultura praticada pelos pequenos produtores, plantava-se milho, arroz, mandioca, batata, trigo e cana-de-açúcar. Observa-se na foto 7, a plantação da cana-de-açúcar ao fundo e em primeiro plano uma moenda puxada por um animal e utilizada para moer a cana, para se obter o caldo-de-cana, do qual se fabrica o melado e a rapadura. A direita destaca-se a mandioca de tamanho gigantesco e que foram colhidas na região de Campo Mourão, demonstrando a fertilidade do solo para o plantio, nessa primeira fase de cultivo.

A partir da década de 1950 e de forma acentuada na década de 1970, o campo passou por profundas mudanças em decorrência da modernização da agricultura em vários pontos do Brasil, incluindo regiões do Estado do Paraná, como

a região de Campo Mourão. Esse período foi marcado pela chamada *revolução verde* ou *milagre brasileiro*, propiciado pela introdução de novas técnicas, maquinários e implementos agrícolas como adubos, inseticidas e fertilizantes. Esse período caracterizou o quarto momento, notadamente marcado pela implementação da modernização da agricultura após a década de 1970 e também uma reestruturação fundiária. Nesse período ocorre a introdução de máquinas agrícolas, inclusive de tratores de esteira (Foto 8) que ajudam a liberar espaço para o plantio da agricultura extensiva de maneira mais rápida e menos trabalhosa, embora com grande impacto ambiental e dispensa de mão-de-obra de boa quantidade de trabalhadores.



Foto 7 – Campo Mourão - Beneficiamento doméstico de melado; mandiocas gigantes como indicativo da fertilidade da terra da região, 1950.

Fonte: Acervo Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira.

Associado a modernização da agricultura que necessitava de grandes áreas para o plantio extensivo, do início da década de 1950 até meados de 1980 a extração da madeira foi uma atividade econômica importante. Se no princípio da colonização as madeiras eram extraídas em pequena escala somente para liberar espaço para as lavouras e seu uso era limitado, geralmente utilizadas como carvão, em decorrência do crescimento socioeconômico do Estado do Paraná, a partir desse período as madeiras passam a ser uma valiosa fonte de renda. A existência de uma grande variedade de espécies de lei impulsionou a instalação das serrarias para a

extração de madeiras, constituindo-se na base de sustentação da economia, contribuindo diretamente para a estruturação de Campo Mourão.



Foto 8 – Campo Mourão - trator de esteira utilizado para retirar a área florestal para o plantio extensivo , 1958.

Fonte: Acervo Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira.

A diversificação de espécies madeireiras existentes em Campo Mourão naquele período está relacionada à localização, ou seja, pelo fato de estar em uma área de transição (Figura 10), na qual se verifica a posição de Campo Mourão no Estado do Paraná, com destaque à cobertura vegetal que, na década de 1950, formava-se por uma área de 102 km² de campos cerrados⁷ (Foto 9), constituindo

⁷ Atualmente, no município de Campo Mourão, a área de cerrado se reduz a 13.318m². Para a preservação do cerrado, professores e alunos do Departamento de Geografia da FECILCAM – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, reivindicaram a criação da Estação Ecológica do Cerrado, inaugurada no ano de 1993 com o intuito de preservar e oferecer serviços em favor do desenvolvimento científico.

uma relíquia do Quaternário Antigo, situado a 629 metros s.n.m., na zona limítrofe entre a mata de araucária e a mata pluvial-tropical.

Mas, além da vegetação do cerrado, cabe destacar algumas espécies arbóreas existentes na região, como: cedro (*Cedrela fissilis* e *Cedrela sp*), canela (*Nectandra sp*, *Laurus sassafras*), imbuía (*Ocotea porosa*), erva-mate (*Ilex paraguariensis*), peroba (*Aspidosperma*), o pinheiro (*Araucária angustifolia*), entre outras. No entanto, quase toda essa riqueza florestal foi retirada para abastecimento da indústria madeireira. A forma como foi derrubada a maioria das árvores de Campo Mourão está na foto 10, que realça também a espessura e o tamanho das árvores que existiam na região.



Foto 9 - Campo Mourão – vegetação de campos de Cerrado, 1950.

Fonte: Acervo particular de João José Bigarela.

De acordo com entrevistas realizadas com pioneiros (SIMIONATO, 1997) a extração, o aproveitamento e a comercialização das reservas florestais motivaram a chegada na região mourãoense de um contingente populacional originário de outras regiões do Paraná e de outros estados do sul do Brasil. Essa população era composta notadamente de gaúchos, com experiência na extração madeireira paranaense.

De acordo com Lavallo (1981, p.13) após a retirada da madeira do litoral e com o advento da ligação ferroviária com o planalto, abrem-se novas oportunidades de exploração madeireira: “As serrarias passaram, no século XX, a se concentrar no centro-sul paranaense, deslocando-se para oeste, à medida que se esgotavam as reservas de pinho mais próximas das ferrovias”. O deslocamento do processo de extração madeireira proporcionou um impulso no desenvolvimento sócio-econômico,

caracterizando a região de Campo Mourão como centro exportador de pinho, formado por várias madeireiras.

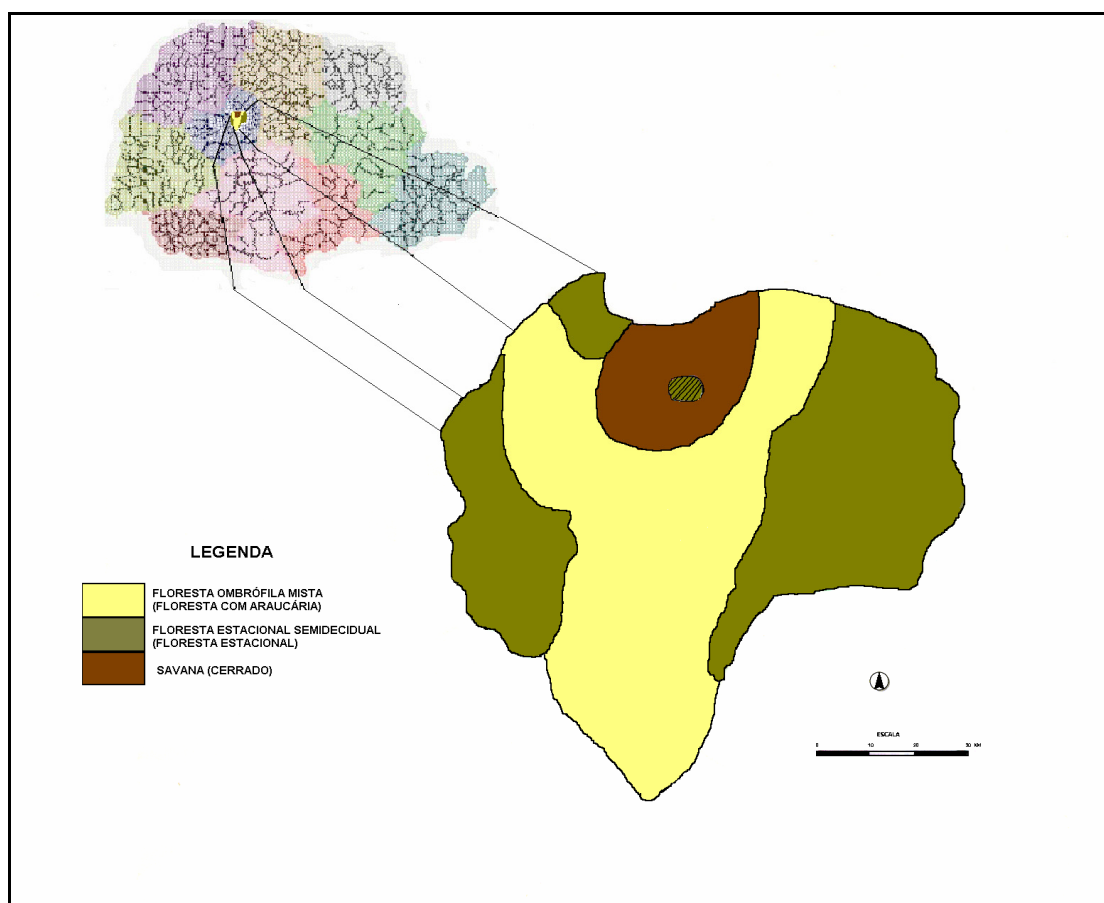


Figura 10 – Campo Mourão - cobertura vegetal , 1950

Fonte: IPARDES (2003) Adaptado de.

Apesar da atividade extrativista madeireira ser caracterizada por Wachowicz (2002) como nômade, no caso de Campo Mourão, grande parte da população que chegou à região para a exploração fixou residência. Esse fato ocorreu em virtude do deslocamento madeireiro paranaense já ter ocorrido, retirando a madeira do primeiro e segundo planalto, restando o terceiro planalto onde se localiza Campo Mourão. Dessa forma, com o esgotamento das madeiras e também com a valorização das terras do município que passam a produzir lavouras de mercado, os madeireiros estimulados com a nova fonte de renda, obtida agora pela produção agrícola, fixam residência no município.

Os pioneiros da indústria madeireira mourãoense foram Belim Carollo, João Batista e Bruno Gehring, que instalaram a primeira serraria do futuro município, movida à roda d' água (Foto 11). A serraria foi implantada tendo como objetivo

primeiramente abastecer o comércio local, fabricando as tábuas para as construções das primeiras casas de Campo Mourão. Da mesma forma como as outras unidades de beneficiamento, a serraria de Belim Carollo passou a atender outros mercados quando o consumo local da madeira se estabilizou.

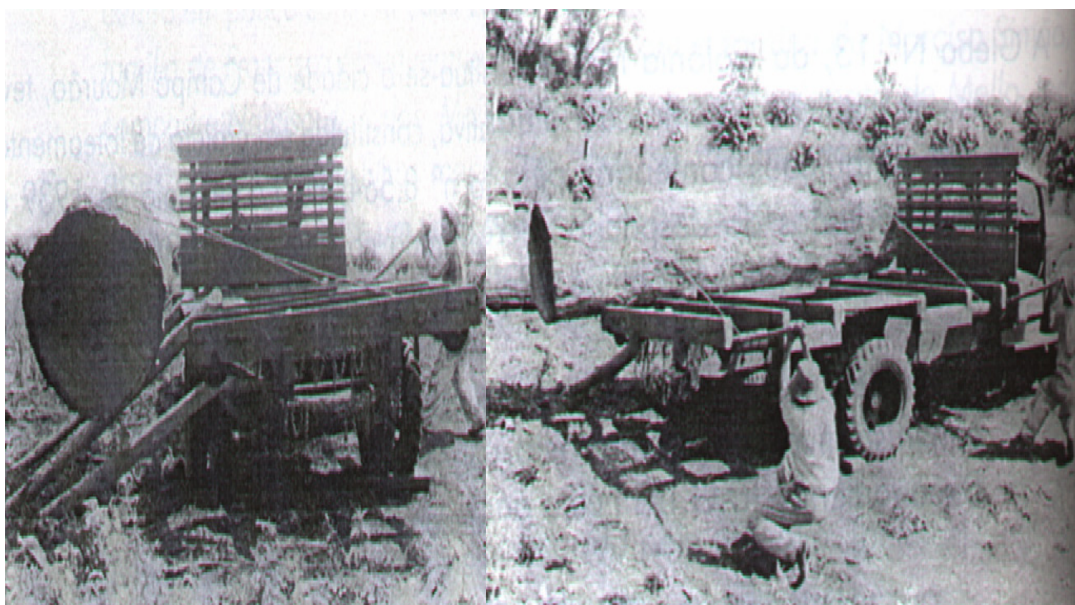
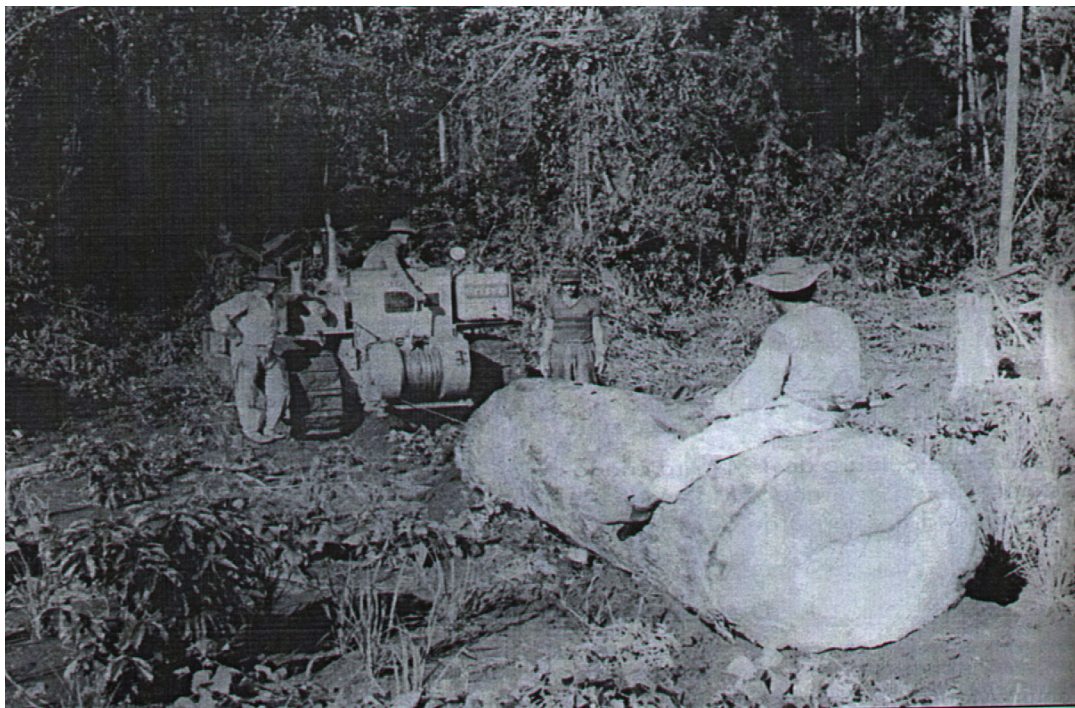


Foto 10 – Campo Mourão - retirada e transporte de árvores, 1950-60.

Fonte: VEIGA, (1999, p.104).

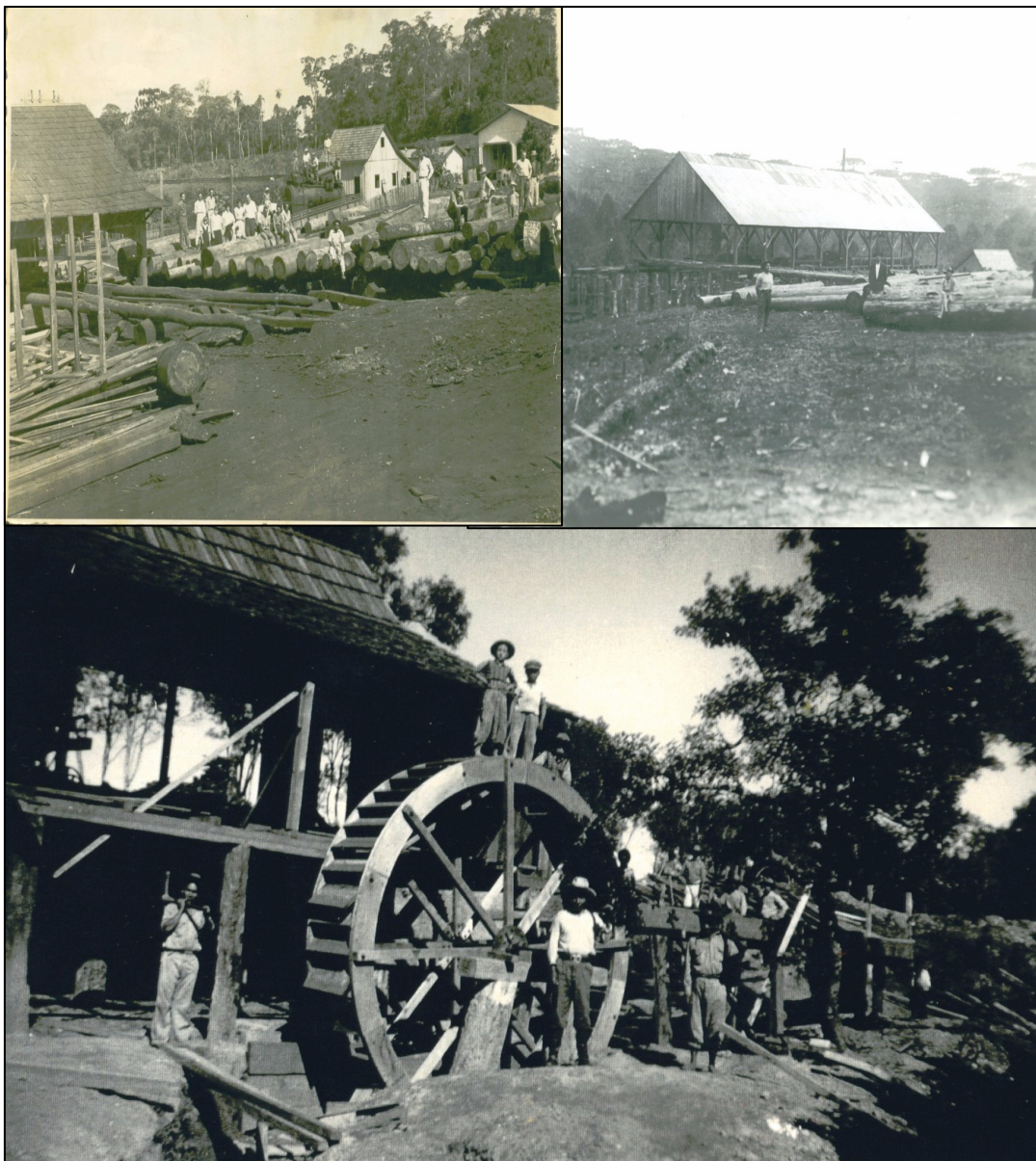


Foto 11 – Campo Mourão - Serraria Carollo, 1950-60.

Fonte: Acervo museu municipal Deolindo Mendes Pereira.

A madeira produzida na região de Campo Mourão era transportada por rodovias até atingir os pontos de embarque da rede ferroviária. O transporte madeireiro até a ferrovia a principio era feito por carroções e posteriormente por caminhões (Foto 12). A demora e o preço do frete, inicialmente representavam um problema, mas foi amenizado com a abertura de novas rodovias no interior do Paraná e com o aumento do número de caminhões, resultando assim, no transporte das madeiras com maior rapidez e redução dos custos do frete. Para Lavalle (1981,p. 56):

A desvantagem do transporte ferroviário evidenciava-se pela diferença de frete, que era mais baixo pela rodovia, e também pelo tempo de percurso, levando os caminhões dois dias para efetuar a viagem, enquanto que por ferrovia o tempo de percurso era de cinco a seis dias. Os tipos de madeira carregados, preferencialmente, pelos caminhões eram os que apresentavam grau mais elevado de industrialização, cuja exposição às intempéries, na longa espera do carregamento ferroviário, seria totalmente prejudicial ao produto.

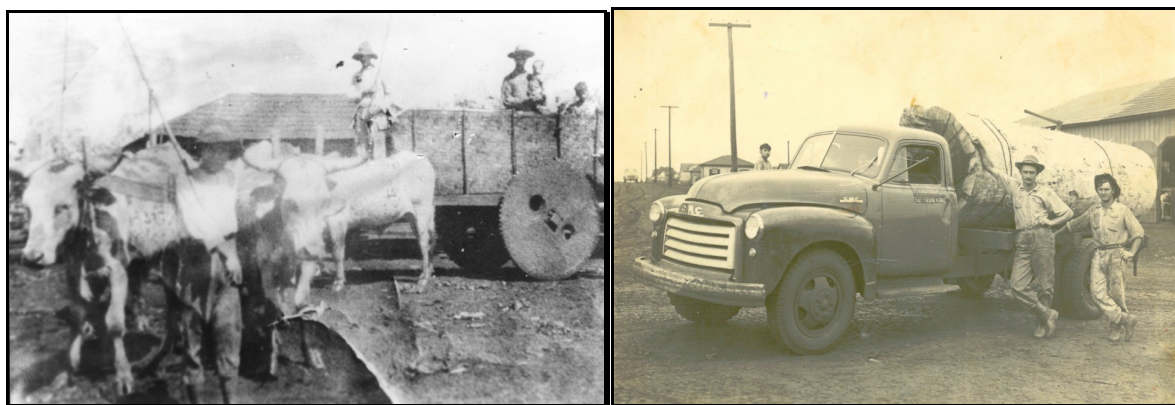


Foto 12: Campo Mourão - carro de boi e caminhão utilizados para transportar madeira.

Fonte: Museo Municipal Deolindo Mendes Pereira.

Apesar das dificuldades no transporte da madeira, essa atividade extrativa alcançava lucratividade elevada, o que contribuiu para o crescimento econômico. Campo Mourão chegou a possuir, até meados da década de 1960, um número de 52 serrarias, e também várias indústrias de transformação, conforme transcrito no Plano Diretor de Desenvolvimento local Integrado de Campo Mourão (1969, p.10):

A madeira é a principal fonte de renda do município, constituída por pinho e madeira de lei em geral. A reserva florestal do município é de: 43% da área total. As diversas serrarias produzem principalmente tábuas e vigamento. Utilizam-se desta matéria duas fábricas de pasta mecânica e papelão [...]. Trabalham ainda com madeira 14 indústrias de transformação, produzindo móveis, esquadrias, cabo de vassoura e artefatos diversos contribuindo com uma boa parte no movimento financeiro do município.

Nesse período, a terra não era de boa qualidade para o plantio devido ao alto índice de acidez, o que contribuiu para o incentivo da extração madeireira. Porém, após a implantação da modernização agrícola e o uso de insumos e fertilizantes, a terra passou a ser valorizada, tendo seu uso voltado para a plantação das lavouras comerciais.

A introdução da mecanização acarretou uma forte modificação na estrutura do emprego agrícola, ao substituir grande parte do trabalho humano. Silva (1981) destaca que as relações de parceria e colonato também perderam importância, uma

vez que a oferta de trabalho assalariado temporário garante ao proprietário o cultivo de suas terras sem a necessidade de utilizar parte da propriedade com trabalhadores residentes. Com isso, um expressivo número de trabalhadores deixa o campo e ruma para a cidade, à procura de oportunidades de trabalho, ocasionando uma urbanização acelerada e, inevitavelmente, inúmeros problemas urbanos.

Os trabalhadores expropriados são livres para vender o que lhes resta, a sua força de trabalho, a quem precise comprá-la, quem tem as ferramentas e os materiais, mas não tem o trabalho. [...] O capitalista compra a força de trabalho porque ela lhe tem utilidade: a força de trabalho é a única dentre todas as mercadorias que pode criar mais valor do que ela contém. (MARTINS 1983, p. 152-153)

Nestas perspectivas o processo de transformação no espaço agrário gerou conseqüências sociais, acentuando ainda mais a concentração da terra nas mãos de uma pequena parcela de grandes proprietários, expandindo a grande empresa capitalista na agropecuária brasileira. O processo de modernização da agricultura nos moldes em que ocorreu, não somente excluiu a maioria dos agricultores, como “impossibilitou a reprodução social de uma ampla gama de pequenos produtores rurais (...) obrigada a deixar o campo, instalando-se na periferia das cidades” (HESPANHOL, 1993, p. 26).

No campo da mobilidade espacial da força de trabalho, representada pela população rural, percebe-se que houve uma diferenciação regional e funcional, pois de acordo com Kohlhepp (1991, p.90) o êxodo rural teve como destino os grandes centros regionais, por exemplo, a cidade de Campo Mourão e centros menores, mas como havia uma reduzida ou esgotada capacidade de absorção de mão-de-obra, ocorreu à formação de extensas áreas marginais suburbanas, formadas pela classe social mais baixa e, “nos últimos anos a valorização funcional das grandes cidades materializou-se em uma crescente migração interurbana”.

Uma característica fundamental das sociedades é serem dinâmicas, sofrendo na atualidade modificações violentas e extremamente rápidas que se sucedem em vários planos, das quais dois se sobressaem: a economia mostra maiores facilidades de utilização de um instrumental mais eficiente, mais acessível, mais dinâmico para obter bens econômicos; e o segundo diz respeito à sanção social e às possibilidades de sua aplicação que se reduziram extensamente na atualidade. (CAVINA, 1979, p.21).

Campo Mourão, município urbano de média dimensão e com nível de centralidade forte para médio, tem sua dinâmica urbana e rural estruturada

principalmente em função da COAMO. A estrutura ocupacional do município destaca-se em atividades urbanas diversificadas, sendo um centro regional de comércio e serviços com um diversificado número de funções. Como mencionou Kohlhepp (1991), a crescente migração interurbana, evidencia-se no Município de Campo Mourão sob a forma de migração pendular diária, ou seja, os trabalhadores residem nos municípios periféricos onde geralmente o custo com moradia, principalmente, é menor e vão todos os dias trabalhar em Campo Mourão.

A mobilidade pendular no Município de Campo Mourão pode ser entendida pela função que a cidade exerce de núcleo polarizador, apresentando maior geração de emprego, de capacitação e outros serviços de que a população circunvizinha necessita. George (1983, p.171) utiliza a noção de função urbana para definir o papel da cidade no complexo geográfico.

A cidade só se justifica e se caracteriza pelo lugar que seus habitantes ativos ocupam em um sistema de relações econômicas e sociais. Ou ela contribui para a mobilização de recursos brutos e serve como agente transmissor de produtos, ou é local de transformação de matérias-primas e de produtos semi-acabados, ou ainda serve de intermediária entre regiões de consumo e regiões de produção, ou finalmente assegura a ordem social e política regional, abrigando o poder militar e administrativo, sem falar igualmente do papel de centro de difusão da cultura, dos serviços médicos sociais que ela pode ser levada a representar.

O conceito de "migração pendular" é antigo na Geografia. Aparece nas análises de Beaujeu-Garnier (1971) e Derruau (s/d), dentre outros clássicos da Geografia Humana, com ênfase em Geografia da População. Contudo, a perspectiva de análise do geógrafo difere da do demógrafo, particularmente em razão da natureza da preocupação da Geografia com a espacialização dos fenômenos.

Entre os estudos clássicos, observa-se uma certa compreensão de que os movimentos migratórios variam quanto à duração e à escala de abrangência, e que aqueles de caráter cotidiano devem ser compreendidos no contexto em que se inserem, predominantemente urbano.

Tal é a posição de Derruau (s/d, p. 67), quando, ao iniciar sua análise das migrações temporárias, adverte que:

“(...) nem todos os deslocamentos temporários de uma certa população constituem fenômenos demográficos. Não estudaremos pois, neste lugar, as deslocamentos cotidianas entre o domicílio e o local de prestação do trabalho, que merecem lugar de destaque no estudo da geografia das cidades e dos arredores”.

Portanto, é no âmbito da compreensão das cidades que o autor afirma ser pertinente a análise dos deslocamentos temporários. Beaujeu-Garnier (1971, p. 292), por sua vez, analisa o fenômeno dos movimentos diários no interior da discussão sobre migrações para o trabalho, no qual destaca também as migrações de temporada. A autora denomina os sujeitos desse processo como "migrantes diários", e admite que "os movimentos diários estão constantemente aumentando, quer em número, quer em distância".

A principal causa desse aumento seria a melhoria no sistema de transportes, já apontada por Dupuy (1995), que possibilita a ampliação das distâncias percorridas diariamente. Outra importante causa tem sido a inexistência de políticas coordenadas entre local de moradia e de trabalho (BEAUJEU-GARNIER, 1971).

Para a autora, ao se tratar do movimento pendular entre o local de residência e o local de trabalho, pode-se empregar o termo americano *commuting*, e

se reconhecermos que, de fato, há enorme número de pessoas envolvidas nesse movimento diário, comumente realizado duas vezes por dia, poderemos restringir o uso do termo 'commuting' a movimentos que encerram três características: apreciável extensão, uso de alguns meios de transporte mecânicos e certo grau de convergência (BEAUJEU-GARNIER 1971, p. 292-293).

Quanto à dificuldade de apreensão, a autora já advertia que tais movimentos constituem feição característica da vida da região, mas são difíceis de analisar na ausência de documentação suficientemente precisa e exata, e criam problemas na representação cartográfica (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p. 301).

Assim, a fim de entender os fatores que impulsionam a mobilidade diária da força de trabalho dos municípios periféricos em direção a Campo Mourão, foi realizada uma pesquisa de campo através de várias entrevistas, a saber: a) com o responsável pelo setor da STC (Secretaria de Transporte Coletivo) do DER (Departamento de Estradas e Rodagem) de Campo Mourão/Escritório Regional-Centro; b) Gerente de Departamento de Trafego do Expresso Nordeste; c) entrevistas com trabalhadores que se deslocam diariamente para Campo Mourão, as quais foram capturadas nos terminais rodoviários, dentro dos ônibus e nos postos de trabalho. O conhecimento desta dinâmica, a partir da investigação dos trabalhadores que participam deste processo é importante para as ações de planejamento

regional, a fim de buscar melhorar a qualidade dos transportes e minimizar as conseqüências desse deslocamento diário.

A mobilidade da população urbana, segundo George (1983, p. 187) manifesta-se em dois níveis “sob a forma de uma maior ou menor instabilidade de moradia e sob a forma da migração diária da população ativa”. No entanto, ela impõe a organização de sistemas de transporte em grande escala e acarreta transtornos e conseqüências, às vezes graves, para a população. Para George (1983, p.195) “as migrações diárias do trabalho são penosas, comportam riscos de acidentes especialmente a circulação de veículos com duas rodas. [...] Os deslocamentos, e, sobretudo as condições de transporte, aumentam a fadiga da jornada de trabalho”

Quanto ao aspecto que se refere ao transporte citado anteriormente, Campo Mourão apresenta boas condições de tráfego, as rodovias são bem conservadas e permitem a ligação a todos os municípios circunvizinhos. De acordo com entrevista realizada no dia 15/10/2007 com o gerente do DER de Campo Mourão “no geral estão em boas condições e não tem nenhum trecho crítico”, apenas o trecho entre Campo Mourão e Araruna (Foto 13) da PR 558, embora esteja em boas condições, à estrada é sinuosa e também não tem acostamento, mas está dentro dos padrões exigidos.



Foto 13: Campo Mourão - trecho da PR 558, 2007.

Fonte: Pesquisa de campo: Ivaneti Pereira Martins da Silva, set/out. 2007.

Contudo os riscos que envolvem o deslocamento são permanentes, pois a maioria da força de trabalho utiliza o transporte coletivo intermunicipal, geralmente superlotado, principalmente nos horários de pico, ocasionando fadiga e maior cansaço. O tempo de deslocamento casa-terminal-trabalho-casa também é um fator gerador de *stress*, reduzindo o tempo destinado ao lazer e à família, para George (1983, p.195) “trata-se seguramente de uma das opressões da vida urbana”.

2.2 Campo Mourão e seu entorno: municípios periféricos e migração pendular

O modo de produção capitalista vigente se define por quem é o dono do capital e quem é o dono da força de trabalho. Ao longo do processo geo-histórico da produção e organização do espaço do Município de Campo Mourão, o capital passou a ser detido por algumas empresas e poucos fazendeiros, durante o período da modernização da agricultura que se iniciou na década de 1950 e atingiu o seu auge na década de 1970. Estes conseguiram adquirir ou se manter donos de suas propriedades e, por vezes aumentando a concentração fundiária, adquirindo as pequenas propriedades que sucumbiram ao processo de tecnificação da agricultura.

O pequeno produtor expropriado de suas terras e sem ter como se manter no campo, detendo apenas a sua força de trabalho, ruma para as cidades e se une à grande massa que passa a habitar as áreas urbanas marginais. Para sobreviver, busca alternativas como morar nos municípios periféricos, onde a moradia é mais acessível, mas as possibilidades de emprego são escassas e migrar diariamente para os grandes centros onde há maior oferta de emprego e melhores salários.

Em virtude desses fatores e por Campo Mourão ser um pólo regional tem recebido diariamente um importante fluxo da força de trabalho, vindos basicamente dos municípios ao entorno na expectativa de conseguir uma melhor qualidade de vida.

Os fluxos mais significativos de migração pendular diária da força de trabalho em direção a Campo Mourão e que utilizam o transporte coletivo intermunicipal, de acordo com os dados obtidos em entrevista com o gerente do DER, são provenientes dos Municípios de: Araruna, Peabiru, Mamborê e em menor escala de Luiziana (Figura 11).

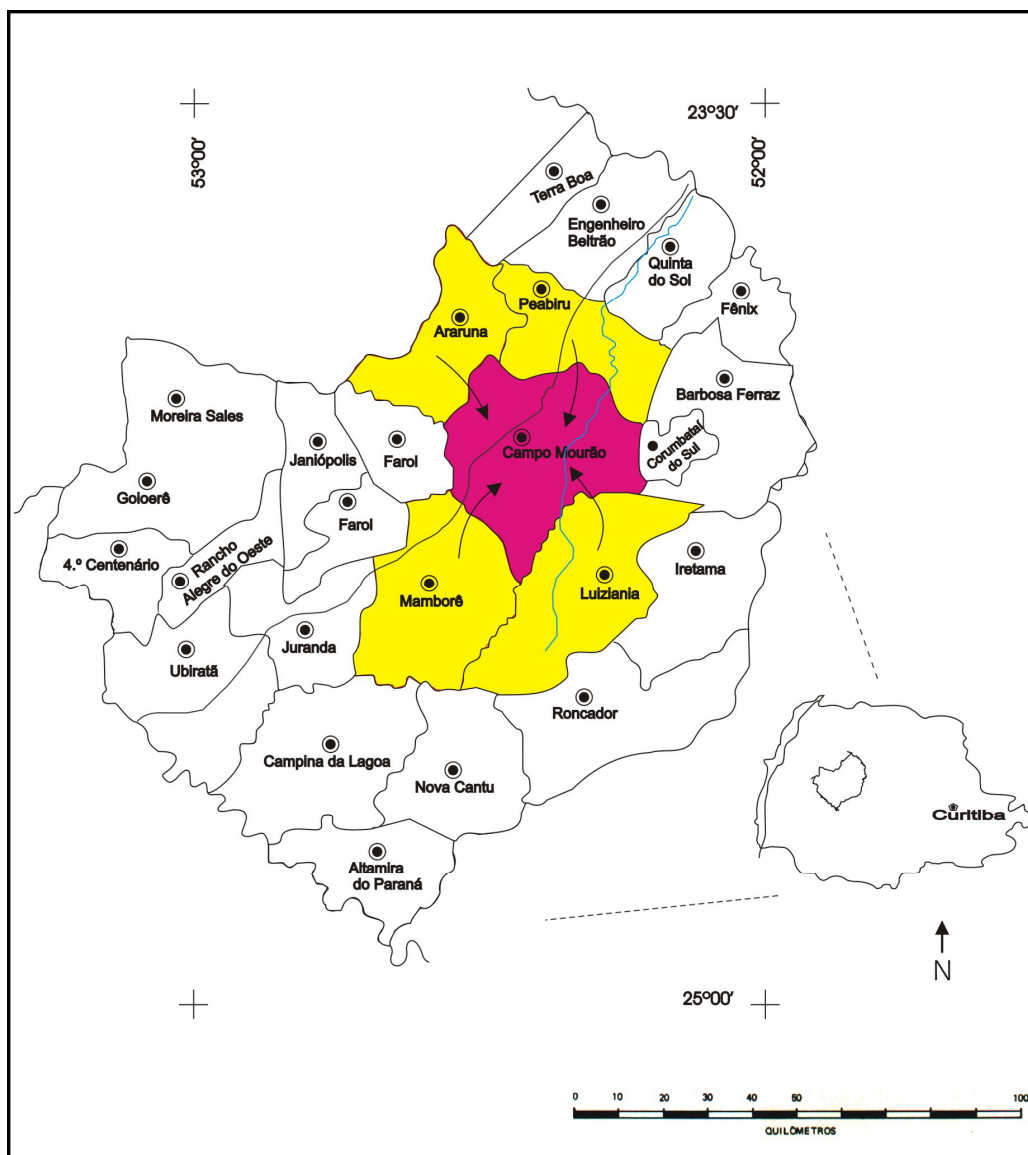


Figura 11 – Campo Mourão - localização dos Municípios pesquisados dentro da Mesoregião Centro Ocidental Paranaense.

Fonte: Atlas do Estado do Paraná, 1984 - adaptado de.

O fluxo populacional diário mais significativo que utiliza o ônibus metropolitano é de Araruna (+ ou – 300 pessoas), Mamborê (+ ou – 400 pessoas) e Peabiru (+ ou – 800 pessoas), Luiziana é muito pouco cerca de 100 trabalhadores, pois muitos vem de Van, tanto que a quantidade de viagens é menor que os outros

municípios. Embora não haja nenhum estudo científico a respeito de quantos trabalhadores utilizam o transporte coletivo intermunicipal, as empresas de ônibus, tendo por base o número total de passageiros após as viagens diárias realizadas entre Campo Mourão e os municípios periféricos, nos horários considerados de pico (entrada e saída do trabalho) e sabendo que os trabalhadores representam aproximadamente 60% do total de passageiros, estima-se um fluxo total de 1600 trabalhadores diariamente que utilizam esse meio de transporte.

Tal fato se verifica devido à proximidade dessas cidades em relação a Campo Mourão e por serem centros menores onde há uma deficiência na oferta de emprego, e também pela possibilidade de se obter um salário maior ao se deslocarem em direção ao centro maior. Um outro fator determinante para que essa pesquisa seja restrita a força de trabalho proveniente desses quatro municípios é a consolidação das linhas de ônibus intermunicipais denominados de metropolitanos. Dentre os usuários, os trabalhadores representam a maior parte, conforme dados obtidos com os gerentes representantes das empresas de ônibus que atendem essas linhas (Expresso Nordeste, Expresso Maringá e Viação Real), dados do DER, tendo também sido constatado durante a pesquisa de campo.

A seguir, um breve histórico e a caracterização dos Municípios periféricos a Campo Mourão que fazem parte da pesquisa, por apresentarem um fluxo de trabalhadores diário significativo. Sendo contemplados os seguintes tópicos: histórico, localização, dados gerais do município, população e economia, a fim de estabelecer e compreender a relação entre pólo / periferia que leva à caracterização do aglomerado urbano com os municípios periféricos, sendo este um dos objetivos deste trabalho. A tabela 5 mostra dados que serão analisados no decorrer do texto e foram agrupados para melhor comparação entre os municípios pesquisados.

Município	Distância em Km	Distância horária/ pessoas
Peabiru	18 km	35/40 minutos / 800
Mamborê	43 km	60 minutos / 400
Araruna	22 km	30 minutos / 300
Luiziana	32 km	50 minutos / 100

Tabela 5 - Situação geográfica/ distância horária.

Fonte: Pesquisa de campo: Ivaneti Pereira Martins da Silva, set/out. 2007.

O primeiro município analisado, por ordem de maior fluxo de trabalhadores diário em direção a Campo Mourão, é o município de Peabiru favorecido principalmente pela proximidade e facilidade de acesso da população, mas também em virtude da falta de empregos no município. O nome de Peabiru é de origem Tupi e refere-se ao antigo Caminho de Peabiru que se estendia por cerca de 1200 quilômetros, desde o Peru até o Oceano Atlântico, sendo conhecido e utilizado pelos indígenas muito antes do descobrimento da América, época em que passou a servir de passagem para muitos exploradores. De acordo com Ferreira (1996, p. 513), Peabiru significa “caminho conservado ou consertado”, visto que os indígenas procuravam mantê-lo em boas condições de uso. As descrições de viajantes, exploradores, mapas cartográficos, cartas e documentos referentes ao século XVI, mostram que o Caminho de Peabiru passava pela região onde hoje se situa a cidade de Peabiru.

Entre os anos de 1940 a 1941, o interventor Manoel Ribas, procurando expandir a colonização do Estado do Paraná, efetuou a distribuição de posses de terras aos colonizadores, por meio do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná. A região estava subordinada à 5ª Inspetoria de Terras, com sede na cidade de Guarapuava. O chefe da 5ª Inspetoria, Sady Silva, engenheiro de vasta experiência, resolveu iniciar o novo patrimônio no ano de 1942. Para isso, transferiu a sede da Inspetoria para a localidade Colônia Mourão, atual Campo Mourão. Após longos estudos localizou a área ideal para a formação do novo povoado (Peabiru) em pleno sertão, tentando atrair migrantes para o lugar, conforme ressalta Ferreira (1996, p. 513). As derrubadas e as queimadas foram efetuadas pelos senhores: Ernesto Matheus e João Matheus, como encarregado geral Júlio Regis, nomeado guarda florestal, como administrador, Cezinando Ribas, chefe da segurança a cargo do Sargento radiotelegrafista da Força Pública do Estado Silvino Lopes de Oliveira e, como auxiliares, os senhores: Júlio Carneiro e Osvaldo Carneiro.

A ocupação regional teve início com a vinda de várias famílias e colonos que removeram parte da floresta existente e construíram suas casas (Foto 14) dedicaram-se a agricultura e incentivaram a vinda de novas famílias. Iniciados os trabalhos de demarcação dos lotes urbanos e rurais, foi grande o fluxo de compradores oriundos dos mais distantes pontos do país. No ano de 1945, o

patrimônio de Peabiru contava com grande número de estabelecimentos comerciais, serrarias, posto de gasolina, farmácia e já fazia por merecer sua elevação a Distrito Administrativo. Em 14 de novembro de 1951 através da Lei Estadual nº. 790, foi criado o município de Peabiru, tendo o território desmembrado de Campo Mourão e sem que passasse pelo estágio de distrito.



Foto 14 – Peabiru - estrada e início da povoação - 1948 ; Praça central - 2007

Fonte: FECILCAM/ Prof.º Edson Noriuky Yooko e IPARDES.

Peabiru possui uma área territorial de 467,212 Km², encontra-se a uma altitude de 520 metros e localiza-se na latitude de 23° 54' 46" S e na longitude de 52° 20' 35" W. Conforme o censo demográfico realizado pelo IBGE, em 2000 havia uma população de 13.487 habitantes e pela estimativa de 2006 reduziu para 12.989 habitantes. Em 2000 a PEA⁸ do Município era de 6.287 pessoas, sendo que o setor da agricultura, pecuária e silvicultura eram os responsáveis pelo maior número de empregos (1.689), seguido pelo comércio (941). A economia do Município baseia-se na agricultura, comércio e indústria. Dados do IBGE sobre a produção pecuária Municipal em 2003 destacam como principais atividades a criação de bovinos, suínos, eqüinos, asininos, muares, bubalinos, coelhos, ovinos, galinhas, caprinos, leite de vaca, lã, casulos do bicho-da-seda, ovos de galinha, mel de abelha. Enquanto que os dados para as lavouras temporárias no ano de 2003 destaca a produção de algodão herbáceo, alho, amendoim, arroz, aveia, batata-doce, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, melancia, melão, milho, soja, trigo, café. Já em 2005 a estimativa do IBGE destacou na produção agrícola o cultivo de soja com uma área plantada de 26.300 ha., o milho com 7.100 ha. seguido pela aveia com 2.100 ha. de área cultivada, enquanto que na pecuária destaca a criação de galináceos com 100.500 cabeças e o rebanho bovino com 22.993 cabeças.

⁸ População Economicamente Ativa (PEA): é composta por pessoas empregadas, pelos desempregados (sejam estes que já trabalharam, 1º emprego) e também por um segundo grupo de desempregados que estão dispostos a trabalhar em condições específicas porém não estão buscando o trabalho

Como forma de complementar a economia e promover o conhecimento do Município, todo 3º domingo de agosto acontece na cidade a festa gastronômica com a degustação do prato típico da culinária do município: o Carneiro ao molho de vinho. Peabiru está a uma distância de 18 quilômetros de Campo Mourão, através da rodovia Federal, BR 158. A empresa Expresso Nordeste é a responsável pelas viagens do ônibus intermunicipal, com o tempo estimado de 35 minutos pela linha direta e de 40 minutos via Avenida São João, pois aumenta o percurso em 2 quilômetros, passando por vários bairros da cidade.

O segundo município que faz parte da pesquisa é Mamborê que teve as primeiras clareiras abertas na região pelos ervateiros para facilitar o trânsito e o comércio da erva-mate. Em 1940, começou o processo de colonização da região, seguindo as picadas abertas pelos ervateiros, e utilizando os barracões abandonados como local de pouso. Nesta época, Mamborê já com característica de patrimônio, desenvolvia seu povoado baseado na produção agrícola. Desmembrou-se de Campo Mourão, sendo criado através da Lei Estadual nº 4.425 de 28 de julho de 1960, e instalado em 3 de novembro de 1961. A extensão territorial de Mamborê (Foto 15) é de 798.335 km², estando a 980 metros de altitude. Localiza-se a 24°17'30" latitude Sul e a 52°31'10" Longitude W. De acordo com o censo demográfico do IBGE (2000) a população é de 15.156 habitantes.



Foto 15 – Mamborê - vista aérea , 2007.

Fonte: IPARDES, 2007.

Os primeiros colonos dedicavam-se ao extrativismo de madeira, de acordo com Ferreira (1996, p.412) embora tenha sido por um período de curta duração, foi um ciclo que gerou divisas significativas para os trabalhadores. A prosperidade da economia do Município ocorreu devido a agricultura.

Como muitas cidades interioranas do Sul do Brasil, Mamborê tem uma forte produção agrícola e apresenta bons números no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): 0,74, ou seja, ocupa a posição 2.019 no ranking brasileiro. Dos 14,6 mil moradores, 8,2% estão na condição de pobreza, de acordo com o Instituto de Pesquisa de Econômica Aplicada (IPEA). São bóias-frias, diaristas, domésticas e ambulantes que têm renda garantida somente no período de colheita. A coordenadora local do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), Nadia Fantin, em entrevista ao jornal Tribuna, afirma que apesar dos números do IPEA, pesquisas regionais recentes mostraram que a população abaixo da linha de pobreza beira os 38%. “Temos o IDH relativamente alto, mas que esconde o nível elevado de concentração de renda e de desigualdade social”.

Dentro da programação gastronômica da região, a Prefeitura de Mamborê, promove a Festa da Leitoa Mateira, o prato típico do município. A Leitoa Mateira é um prato criado no próprio município por um comerciante em 1992, é desossada, recheada e assada com condimentos especiais. Mamborê encontra-se a 43 quilômetros de Campo Mourão, através da rodovia Federal, BR 369. A empresa Expresso Maringá é a responsável pelas viagens do ônibus intermunicipal, com o tempo estimado de 60 minutos.

O terceiro município pesquisado é Araruna (Foto 16) que se localiza a uma latitude 23°55'54" sul e a uma longitude 52°29'47" oeste, estando a uma altitude de 610 metros. Conforme dados do IBGE, sua população estimada em 2005 era de 13.516 habitantes. Possui uma área territorial de 491,178 km² e uma densidade demografica de 27,68 hab/km².



Foto 16 – Araruna – início do povoamento, 1948. Vista aérea, 2007.

Fonte: FECILCAM/ Prof^o. Edson Noriuky Yooko e IPARDES, 2007.

O município de Araruna desmembrou-se de Peabiru, tendo sua data de instalação em 29 de novembro de 1955, portanto, completará em 2008, 53 anos. É

uma cidade que sobrevive basicamente de três tipos de renda, comércio, indústria e agropecuária. Apesar de pequena é sede de duas grandes empresas, A. J. Rorato e Pinduca Alimentos, existem diversas outras empresas de porte pequeno e médio assim como uma instalação da cooperativa Coamo para captação de grãos dos produtores da região. Conforme o censo agropecuário realizado pelo IBGE (1996) os estabelecimentos agropecuários segundo as atividades econômicas, concentravam-se em lavoura temporária e pecuária, sendo os principais produtos da agricultura municipal: soja (30.000 ha.), mandioca (3.300 ha.) e aveia (2.000 ha.). Destacando-se na pecuária, o rebanho de galináceos e bovinos.

O censo demográfico do IBGE (2000) mostra uma PEA total de 6.414 pessoas, sendo que os setores que mais empregam são: a agricultura e pecuária (1.930 trabalhadores), o setor da indústria de transformação (1.565 trabalhadores) e o serviço doméstico (405 trabalhadores). Araruna encontra-se a 22 quilômetros de Campo Mourão, através da rodovia Estadual Bento Fernandes Dias, PR 558. A empresa Viação Real é a responsável pelas viagens do ônibus metropolitano, com o tempo estimado de 30 minutos.

Por último, o quarto município a ser considerado é o Município de Luiziana (Foto 17), o qual localiza-se a 24°17'10" latitude S e 52°16'33" longitude W, estando a 760 metros de altitude e possuindo um território de 901,897 km². Possuía uma população de 7.540 habitantes de acordo com o censo demográfico realizado pelo IBGE em 2000. Em 2006 o IBGE estimou uma população de 6.141 habitantes e uma densidade demográfica de 6,8 hab/km².



Foto 17 - Luiziana - vista aérea, 2007.

Fonte: IPARDES, 2007.

Na década de 1960, período em que se iniciou o “rush” da soja no Estado paranaense, a região de Luiziana se beneficiou deste truste nacional e que valorizou o que lhe era mais caro, a topografia e o solo fértil. Em 21 de junho de 1965 foi elevada a categoria de Distrito Administrativo, com território pertencente a Campo Mourão. Nessa época, segundo Ferreira (1996, p. 406), o metro quadrado de suas terras tiveram uma supervalorização e quem não se interessava em vendê-las, as arrendava aos produtores de soja, que “brotavam no lugar feito minhoca em terra fofa”. Contudo, o caminho era feito pela estrada, empoeirada em tempos de verão e lamacento em tempos de chuva, dificultando o escoamento das safras agrícolas, fato que mudou com o asfaltamento do trecho entre Campo Mourão e Iretama.

Em 25 de setembro de 1987, Luiziana tornou-se Município, emancipando-se de Campo Mourão através da Lei Estadual nº. 8.549. A economia (IBGE, estimativa de 2005) baseia-se no cultivo de lavouras temporárias de soja (41.300 ha.), trigo (12.000 ha.) e milho (8.800 ha.) e na pecuária, destacando o rebanho bovino (34.771 cabeças), galináceos (36.100 cabeças) e rebanho de suínos (8.150 cabeças). A região também se destaca na produção de casulos de bicho da seda, mel e leite.

Luiziana possui uma PEA total de 3.109 habitantes (IBGE, 2000) e 45% da população total (ou seja, 3.402 hab.) vivem na zona rural. A agricultura é o setor que mais emprega (1.364), seguido do comércio (272) e pelos serviços sociais coletivos e pessoais (241). A cidade encontra-se a 32 quilômetros de Campo Mourão, através da rodovia Federal, BR 487. A empresa Expresso Nordeste é a responsável pelas viagens do ônibus intermunicipal, com o tempo estimado de 50 minutos.

Os quatro municípios, anteriormente caracterizados, juntamente com o pólo de Campo Mourão, revelam a configuração territorial de um mosaico oriundo de situações díspares quanto à inserção produtiva, as quais de acordo com Araújo (In: LMONAD, 2004, p. 29) “conforma e reafirma situações de desigualdade entre indivíduos, empresas e regiões”. Desigualdades estas, que serão apontadas e analisadas no decorrer desse trabalho, verificando se as políticas públicas de desenvolvimento regional implantadas estão se mostrando eficazes ou não para promover mudanças nas condições sócio-econômicas local/regional.

2.3 Fatores e motivações para a mobilidade das populações

O município de Campo Mourão enseja uma dinâmica importante para o desenvolvimento regional do Paraná, pois construiu nos últimos 40 anos uma rede de relações hierárquicas com um bom número de municípios. O conhecimento desta dinâmica, a partir da investigação dos trabalhadores que participam deste processo é importante para as ações de planejamento regional. Assim, foram realizadas entrevistas⁹ com trabalhadores que se deslocam diariamente dos Municípios de Peabiru, Mamborê, Araruna e Luiziana em direção a Campo Mourão.

As entrevistas (Foto 18) foram capturadas nos pontos de ônibus, dentro dos ônibus metropolitanos e nos postos de trabalho. Para a realização das mesmas, foi feito uma breve explanação sobre o intuito da pesquisa e a importância da participação dos trabalhadores, após o consentimento eram feitas às perguntas e gravadas em fita cassete. Todas as entrevistas foram identificadas por número crescente e os trabalhadores identificados pelo sexo e idade, posteriormente foram transcritas na íntegra, gravadas em CD e analisadas. Muitos trabalhadores não quiseram participar da entrevista, fato que foi respeitado.

Dos trabalhadores entrevistados, há uma porcentagem maior de mulheres (Gráfico 1), sendo que 41% eram do sexo masculino e 59% eram do sexo feminino o que comprova a reclamação das mulheres de que no município de origem não há trabalho suficiente para elas, os que existem já estão ocupados pelos homens ou são de baixa remuneração como o serviço doméstico, obrigando-as a se deslocarem para outros locais, onde encontram maior oportunidade de emprego e salários mais elevados condizentes com suas especializações e anseios. Fato que demonstra também a inserção da mulher no mercado de trabalho de forma cada vez mais acentuada.

⁹ Para obter esse número de entrevistas, foram realizados dois dias de campo nos ônibus e nos pontos de ônibus de cada município, além de dois dias no comércio de Campo Mourão.

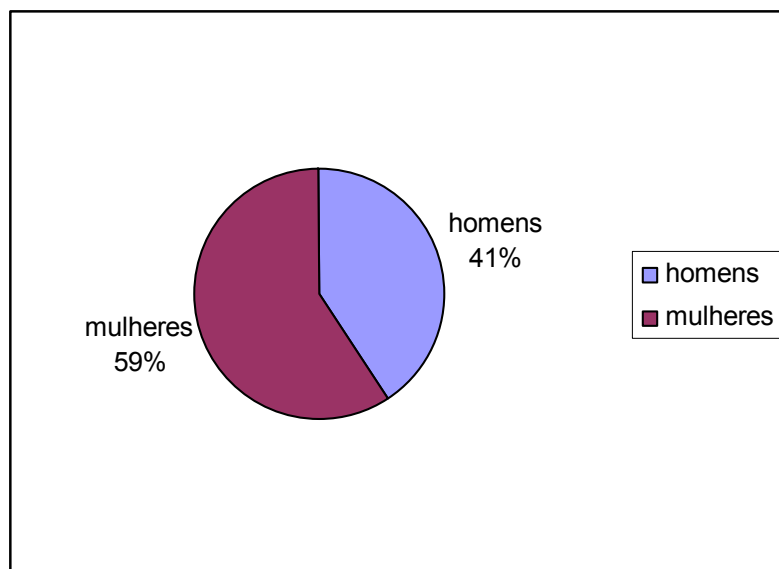


Gráfico 1 - Porcentagem de homens e mulheres entrevistados.
Fonte: Pesquisa de campo: Ivaneti Pereira Martins da Silva, set/out. 2007.



Foto 18 - Entrevista realizada com trabalhadores dos municípios periféricos a Campo Mourão, capturada nos pontos de ônibus e dentro dos ônibus intermunicipal.
Fonte: Pesquisa de campo: Ivaneti Pereira Martins da Silva, set/out. 2007.

Quanto à faixa etária dos trabalhadores (Gráfico 2), percebe-se que há uma quantidade maior da população considerada na faixa entre 20 e 49 anos, com destaque para os que estão entre 20 e 29 anos (34%). Enquanto que os trabalhadores com menos de 20 e com 50 anos ou mais (7% e 9% respectivamente) representam uma quantia menor, demonstrando, talvez, a seletividade e dificuldade que existe no mercado de trabalho de se conseguir o primeiro emprego e de se manter ativo no mercado de trabalho depois de certa idade.

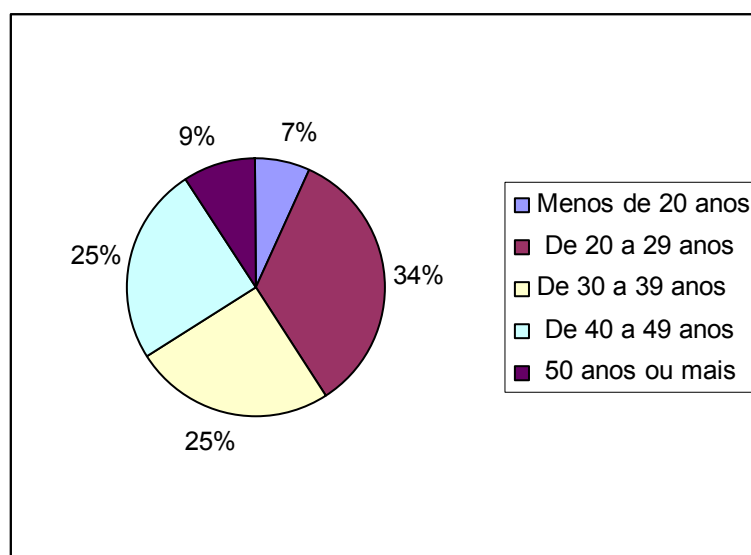


Gráfico 2 - Distribuição dos trabalhadores quanto à faixa etária.

Fonte: Pesquisa de campo: Ivaneti Pereira Martins da Silva, set/out. 2007.

A maior parte dos entrevistados declarou que moram há muito tempo nos municípios periféricos (nos que fazem parte da pesquisa ou em outros), alguns desde que nasceram. Em geral, permanecem nesses locais por vínculos familiares e por considerarem o centro menor mais sossegado para morar e criar os filhos, além da possibilidade de terem uma casa própria. Contudo, buscam o centro maior porque não conseguem emprego ou porque assim conseguem obter melhores salários.

R. Moro lá e trabalho aqui há 20 anos [...] tenho casa própria em Peabiru, tenho uma filha de 12 anos que estuda e não é viável morar em Campo Mourão. Compensa mais fazer esse trajeto todo dia, fica mais barato do que pagar aluguel. (Homem, 51 anos, Peabiru).

R. Moro em Araruna há 35 anos e trabalho há 10 anos com a minha irmã ali em Campo Mourão. Não consegui serviço lá então vim trabalhar com a minha irmã em Campo Mourão. O salário aqui dá pra quebrar um galho. Agora só tem eu e a minha mãe o meu pai já é falecido, se a minha mãe quisesse mudar pra Campo Mourão eu

gostaria. Eu tenho mais dois irmãos que moram lá em Araruna também, por isso que a minha mãe não quer vim para Campo Mourão. (Homem, 40 anos, Araruna).

R. Moro em Araruna há 30 anos e trabalho em Campo Mourão tem 4 meses. Ah, porque eu já estou acostumada lá e lá é melhor. É mais sossegado. (Mulher, 43 anos, Araruna).

R.Moro lá (Peabiru) há 17 anos e trabalho tem uns 9 anos que trabalho aqui. Pra morar na minha cidade é melhor, já me acostumei lá. É mais sossegadinho, tenho propriedade lá. (Homem, 49 anos, Peabiru).

Há também os que já moraram em Campo Mourão e mudaram-se para esses municípios buscando tranquilidade, fugindo da violência¹⁰ e da agitação de Campo Mourão.

R. Tem 6 meses que estou morando em Luiziana [...] já morei em Campo Mourão. Era melhor, só que ultimamente Campo Mourão tá muito violento. Esse é o motivo pelo qual me mudei pra lá, tenho família, dois filhos. (Homem, 28, Luiziana).

R.Eu já trabalhava e morava em Campo Mourão, meu marido foi transferido para Mamborê e eu tive que mudar pra lá. Como lá é cidade pequena e não tem emprego eu vou continuando aqui. (Mulher, 31 anos, Mamborê).

R.Já morei. Eu não gosto de Campo Mourão [...] eu prefiro vim todo dia de manhã e voltar à noite, gosto de trabalhar, do pessoal, mas para morar não. Gosto de cidade mais calma e Campo Mourão já está muito agitada. (Mulher, 34 anos, Peabiru).

Da totalidade de entrevistados, 16% (Gráfico 3), moram na zona rural e são proprietários ou filhos de proprietários de pequenos sítios e declararam que trabalham na zona urbana porque precisam complementar a renda vinda do cultivo da terra, a qual se reduz a uma pequena propriedade e não produz o suficiente para manter as despesas da casa durante todo o ano. Aliada a essa situação, afirmam que também moram na zona rural porque gostam, por ser um local onde tem mais tranquilidade e qualidade de vida, além de não precisar pagar aluguel na cidade.

¹⁰ Segundo o Mapa da Violência (2006), Campo Mourão ocupa o 178º lugar no ranking das cidades mais violentas do País e continua à frente do Rio de Janeiro (205º) e São Paulo (492º). O índice de homicídios por 100 mil habitantes ficaria em 46,4 em Campo Mourão, contra 44,8 do Rio e 31,1 de São Paulo.

No que diz respeito às estatísticas do índice de violência em Campo Mourão a maioria dos dados são negativos, revelando o crescimento da violência na cidade. São homicídios, tentativas de homicídios, furtos, entre outros casos. Os homicídios subiram de 12 casos em 2000 para 35 em 2007, chegando a 49 em 2005. Apesar dos números comprovarem o aumento da violência em Campo Mourão, o delegado-chefe da 16ª SDP negou que a cidade esteja mais violenta que centros maiores, como Maringá e Londrina, chegando a concluir que Campo Mourão é a melhor e mais segura cidade para se viver do Noroeste do Paraná. (Sauer, 2008).

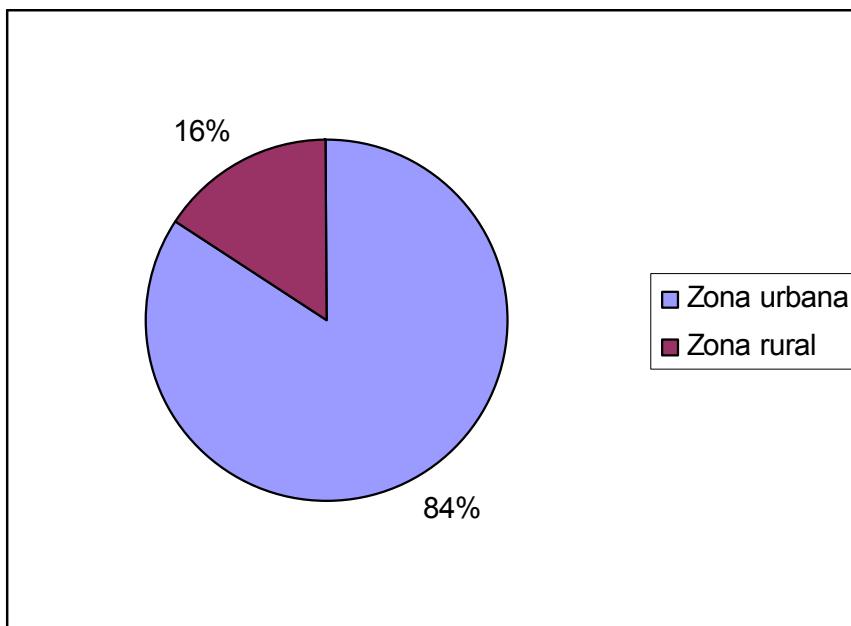


Gráfico 3 – Porcentagem dos entrevistados que moram na zona rural e urbana.

Fonte: Pesquisa de campo: Ivaneti Pereira Martins da Silva, set/out. 2007.

R. *A questão é que meu marido é agricultor e tenho que morar lá na zona rural e trabalho por necessidade de ajudar na renda. (Mulher, 42 anos, zona rural/Peabiru).*

R. *Moro aqui a vida inteira e trabalho lá há quatro anos. Na cidade tem muito barulho, muita confusão, não tem nada melhor do que a calma daqui. Aqui tem mais qualidade de vida. (Homem, 24 anos, km 128, no Vale da Paz Peabiru/ zona rural).*

R. *Lá tem um ganho melhor [...] mas sou acostumado aqui no sítio, é mais tranqüilo. (Homem, 19 anos, zona rural/Peabiru).*

R. *Moro aqui há 42 anos e trabalho lá há nove anos. Nasci no sítio e gosto de morar aqui, tem mais qualidade de vida. Trabalho lá para ajudar a completar a economia, só o sítio é pouco, não dá para ganhar muito. (Homem, 42 anos, km 128 zona rural/ Peabiru).*

Questionados sobre há quanto tempo estão morando em outro município e trabalhando em Campo Mourão, 27% (Gráfico 4) respondeu que embora more lá há mais tempo, trabalham aqui a menos de 1 ano, este fato se verifica por que em alguns casos trata-se do primeiro emprego, em outros porque perderam o emprego no município onde residem, alguns porque se mudaram recentemente para esses municípios periféricos ou encontram melhores opções no pólo. 25% trabalham em Campo Mourão entre 1 a 3 anos, 18% entre 3 e 5 anos, 23% entre 5 e 10 anos, caindo para 7% cujo tempo de serviço é superior a 10 anos.

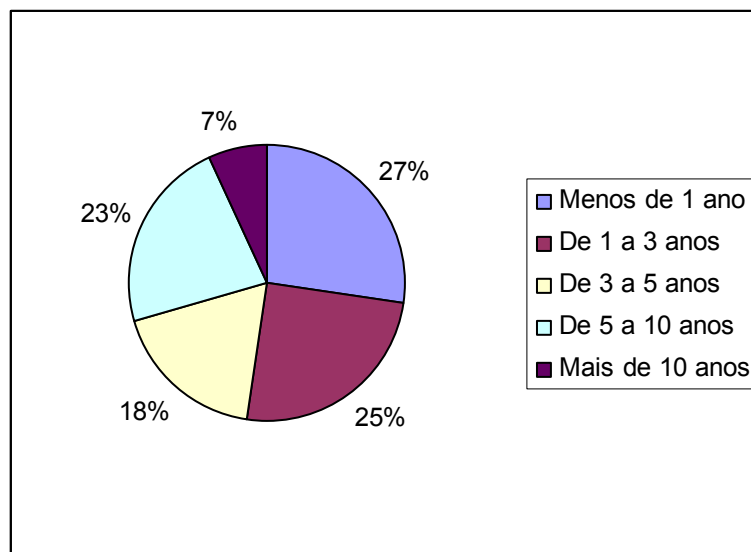


Gráfico 4 - Distribuição dos trabalhadores quanto ao tempo em que trabalham em Campo Mourão.

Fonte: Pesquisa de campo: Ivaneti Pereira Martins da Silva, set/out. 2007.

A pesquisa também revelou em quais setores essas pessoas trabalham: 9% estão no serviço de empregada doméstica, 16% no setor da indústria, 30% desenvolvem atividades no comércio e a maioria, 45% estão no setor de prestação de serviço, público ou privado.

Os fatores que motivam esses trabalhadores a se deslocarem diariamente para trabalhar em Campo Mourão estão, primeiramente, relacionados aos fatores de ordem econômica (Gráfico 5) como a falta de emprego no município de origem (MO) e o fato de Campo Mourão (CM) oferecer mais opção de emprego e melhores salários. Mas, também foram citados os de ordem social, por terem mais tranquilidade nas cidades menores.

R. É o custo de vida que compensa morar em uma cidade com porte menor e também porque minha esposa trabalha lá, sendo preferível que eu venha trabalhar aqui do que ela ter que ir para lá. (Homem, 42 anos, Araruna).

R. O trabalho. Em Araruna não se encontra trabalho na área específica e aqui eu encontrei. (Mulher, 37 anos, Araruna).

R. Porque Peabiru é mais tranquila mais sossegada, na questão de bandidos e de roubos. Campo Mourão é melhor na área de trabalho tem mais opção e o salário é melhor. (Mulher, 39 anos, Peabiru).

R. O motivo, talvez seja a colocação das empresas, porque Campo Mourão oferece um pouco mais de empregos do que Mamborê. (Homem, 40 anos, Mamborê).

R.O motivo é que em Campo Mourão tem muito bandido e aqui (Peabiru) é um pouco mais quieto, é mais calmo. E trabalhar lá compensa porque eu sou o dono. Como tem a circular é como morar numa vila e vir para o centro. (Homem, 50 anos, Peabiru).

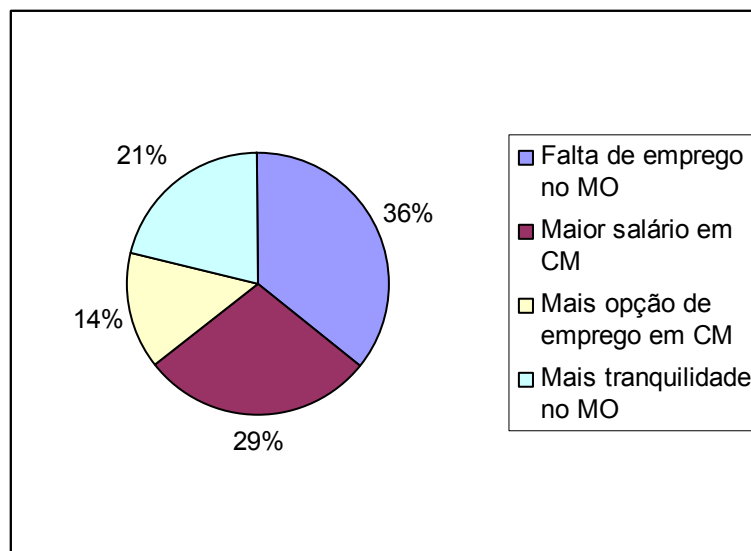


Gráfico 5 - Motivos pelos quais os trabalhadores moram nos Municípios periféricos e trabalham em Campo Mourão.

Fonte: Pesquisa de campo: Ivaneti Pereira Martins da Silva, set/out. 2007.

No que diz respeito à alimentação (Gráfico 6) a maior parte dos trabalhadores não tem custos nenhum porque almoça no próprio local de trabalho. Esses 38% trabalhadores são representados por empregadas domésticas, porteiros de prédios, professores e funcionários de algumas empresas que oferece o almoço, além de 16% trabalhadores que declararam que almoçam na casa de parentes, geralmente parentes próximos como mãe, irmã ou tia, mas não ajudam na despesa. 30% responderam que trazem de casa porque é mais econômico e apenas 16% costumam ir a um restaurante ou lanchonete.

Quanto ao meio de transporte que mais utilizam diariamente para se deslocarem do município onde residem para Campo Mourão (Gráfico 7), 81% declarou que utiliza apenas o ônibus metropolitano, muitos porque não possuem veículo próprio, mas, mesmo os que confirmaram ter carro próprio preferem utilizar o metropolitano porque é o mais econômico, principalmente para os que moram em Mamborê, pois na rodovia há uma praça de pedágio de R\$ 6,90 por viagem, mais o combustível, enquanto que a passagem de ida e volta custa R\$ 5,30.

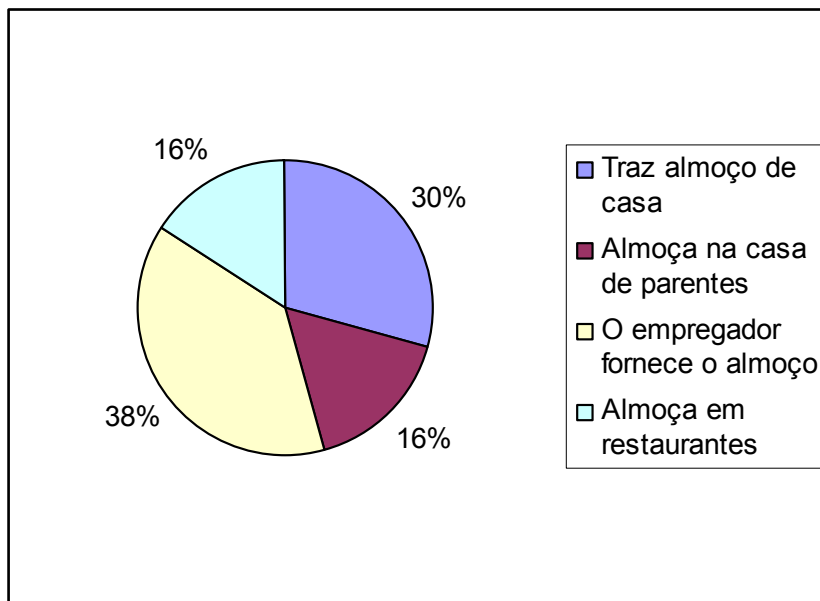


Gráfico 6 - Quanto ao local onde os trabalhadores almoçam.

Fonte: Pesquisa de campo: Ivaneti Pereira Martins da Silva, set/out. 2007.

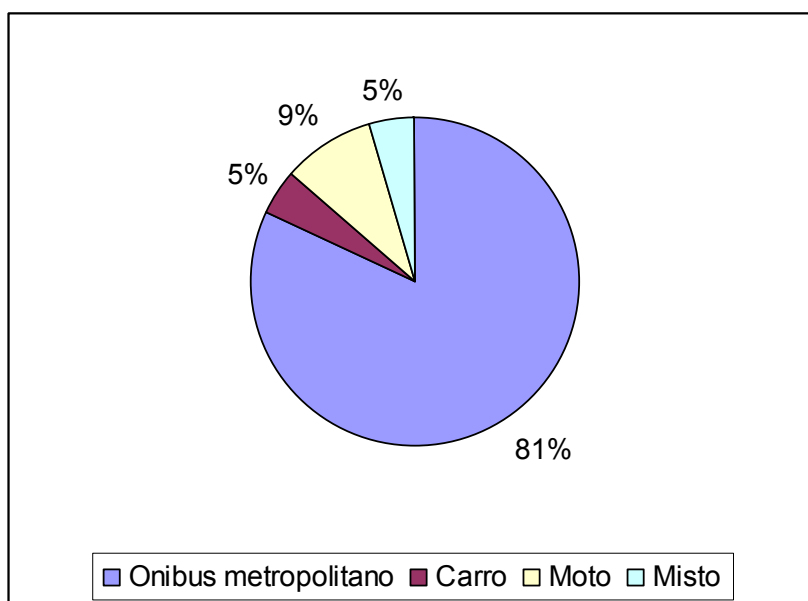


Gráfico 7 - Meio de transporte mais utilizado para ir trabalhar em Campo Mourão.

Fonte: Pesquisa de campo: Ivaneti Pereira Martins da Silva, set/out. 2007.

R. Circular, porque é mais pratico e barato, de carro não dá tem o pedágio e o meu salário ficaria só pra gasolina e pedágio. (Mulher, 30 anos, Mamborê).

R. Sempre a circular porque é mais barato. (Homem, 49 anos, Peabiru).

R. Ônibus. Porque é mais barato e eu não tenho carro. (Homem, 28 anos, Luiziana).

R. A circular, porque sai mais barato. Eu tenho carro mas não compensa porque aumenta muito as despesas. (Homem, 40 anos, Araruna)

R. A rodovia está ótima e o transporte está bom. A única coisa é que, não só pra minha pessoa, mas todos que trabalha em Campo Mourão e mora em Mamborê, estão tendo muita despesa com passagem sai muito caro. Eu mesmo gasto R\$ 130,00 por mês, mas eu venho de carro todo dia com um amigo meu e economizo um pouco. (Homem, 27 anos, Mamborê).

Em segundo lugar, com 9% estão os trabalhadores que utilizam a moto para irem trabalhar, de acordo com eles, por ser mais barato, mais rápido e/ou porque os horários do ônibus metropolitano não coincidem com os horários de trabalho. Com 5% estão os que sempre utilizam o carro, embora saia um pouco mais caro, afirmam que compensa pelo tempo em que ganham não precisando esperar o ônibus e tendo mais flexibilidade nos horários, podendo sair mais tarde para o trabalho, não tendo aborrecimentos nos dias de mau tempo e também poderem fazer outras atividades sem se preocupar em perder o ônibus.

R. Moto, porque é mais econômica e é o que eu tenho. (Homem, 24 anos, Peabiru).

R. Carro próprio. Porque morando na zona rural, não tem condições de utilizar o ônibus, tem que ser o carro. (Mulher, 44 anos, Peabiru/zona rural).

R. O carro, porque é mais cômodo, dá pra dormir até mais tarde e quando chove, é melhor. (Mulher, 39 anos, Peabiru).

Há também os que variam, às vezes indo de ônibus, às vezes indo de carro ou carona, representando também 5% dos trabalhadores.

R. Pra vir, eu venho de moto com meu primo. Pra voltar, eu volto quase sempre com meu pai, o dia que ele não vem, eu volto de circular. (Mulher, 18 anos, Peabiru).

R. Às vezes circular, pelo fato de eu não poder utilizar o meu carro para vir trabalhar porque fica mais caro. Outro meio de transporte é uma carona porque eu não venho direto para Campo Mourão, eu sou professora e passo por uma fazenda primeiro. (Mulher, 22 anos, Peabiru).

Quanto às condições das rodovias e dos transportes coletivo metropolitano (Gráfico 8), 70% dos entrevistados consideram que estão em boas condições e bom estado de conservação e oferecendo segurança, 7% classificam como excelente e 23% respondeu que as condições são regulares, alegando principalmente abuso de velocidade e imprudência por parte dos motoristas, além de super lotação.

R. Bom, eu acho que a rodovia até que está boa só que é muita imprudência por parte dos motoristas. A sinalização, eu acho que o trecho é bem sinalizado e acho que vem muito lotado, deveria ter mais horários, só que como é cidade pequena pra eles acho que não compensa também. (Homem, 28 anos, Luiziana).

R. Eu acho muito difícil porque a maior parte dos motoristas abusa muito e a gente tem muita preocupação por causa disso. (Homem, 50 anos, Peabiru).

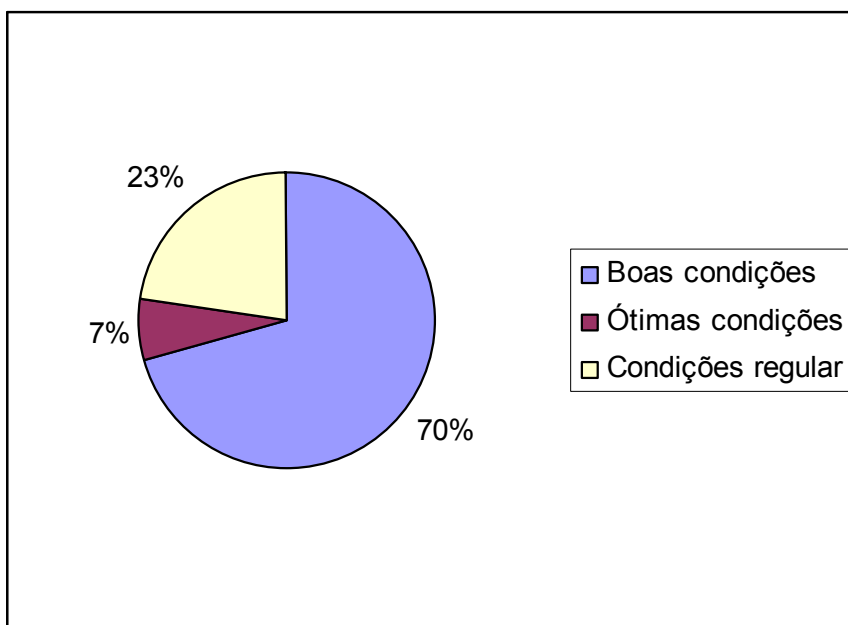


Gráfico 8 – Condições das rodovias segundo os trabalhadores entrevistados.

Fonte: Pesquisa de campo: Ivaneti Pereira Martins da Silva, set/out. 2007.

Dos entrevistados, 44% disseram que o número de ônibus e de viagens (Gráfico 9) não é suficiente para atender a toda a população que depende do transporte metropolitano. Para eles deveria ter mais horário e mais ônibus disponível, principalmente no início do mês e nos horários de pico, porém 36% acreditam que são suficientes.

R. Acho que eles deveriam mudar o horário, ou seja, distribuir os horários existentes durante o dia. Ficaria melhor pra gente. O numero de lotação não é respeitado principalmente no início do mês, o pessoal vem de pé. (Mulher, 30 anos, Mamborê).

R. Com certeza. Tem um atendimento fantástico, muita circular e principalmente a parte da manhã só perde o horário de trabalho quem quiser dormir demais. Mas não falta, porque das 06h00min as 08h30min tem quatro ou cinco, só perde o horário quem quer. (Homem, 50 anos, Peabiru).

R. O transporte já foi melhor, porque tiraram os cobradores e não aumentaram o numero de ônibus. Início de mês principalmente, vem

muita gente de pé, o pessoal vem receber no banco, ou recebe e vem gasta e quem trabalha tem que vim de pé. Sem cobrador demora mais também. (Homem, 30 anos, Peabiru).

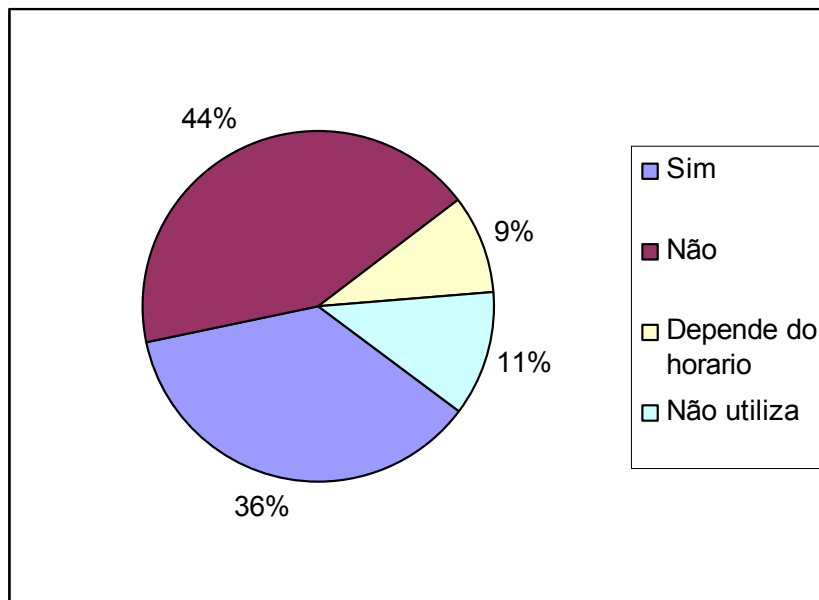


Gráfico 9 – Satisfação quanto ao número de ônibus e viagens.

Fonte: Pesquisa de campo: Ivaneti Pereira Martins da Silva, set/out. 2007.

Sobre a quantidade de ônibus disponível e o número de viagens, de acordo com o gerente do DER, há fiscalização, porém não é tão rigorosa devido ao número de pessoal disponível, embora em boas condições, poderiam ser melhores. Mesmo diante das reclamações de 44% dos usuários quanto ao número de passageiros que não é respeitado (Gráfico10) e a falta de um cobrador, nada pode ser feito contra a empresa, pois esta situação está prevista na Lei.

Fiscalizados são, mas não é tanto assim, o numero de pessoal é pouco, nós somos apenas 50 para o Paraná inteiro. Os ônibus encontra-se em condições razoáveis, não são tão ruins, porém eles podem melhorar e melhorar nos horários de pico entre as 7:00 e 9:00 horas da manhã e entre as 17:00 e 19:00 horas, deveria ser colocado mais veículos. Infelizmente o decreto 1821 de 2000 que regulamenta o transporte não prevê a presença do cobrador, vai do critério da empresa, eles estão dentro da lei. Como não está previsto na lei a empresa não está fora e não podemos atuar e multar. [...] A lei diz que nos ônibus metropolitanos pode-se carregar até 5 passageiros por metro² de área livre (corredor), o que eu acho um absurdo, se for

passageiros pequenos até cabe, mas se for aqueles mais pesados, não dá.

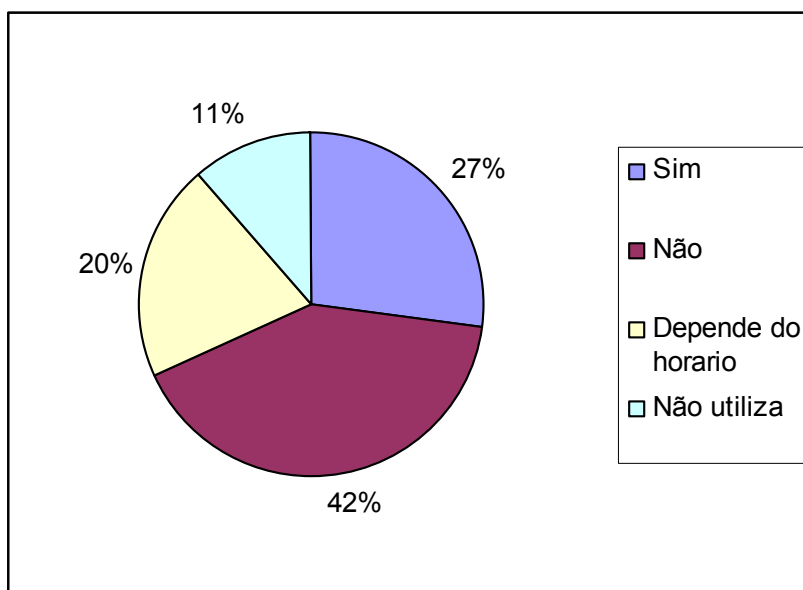


Gráfico 10 – Respeito do número de passageiros por viagem.

Fonte: Pesquisa de campo: Ivaneti Pereira Martins da Silva, set/out. 2007.

Nenhum ônibus metropolitano entre Campo Mourão e os municípios periféricos possui cobrador, situação que gera certa confusão na hora dos passageiros entrarem (Foto 19), porque todos querem entrar logo para se sentar, mas precisam esperar o motorista fazer a passagem, isso se agrava nos dias de chuva e os passageiros ficam molhados já que a casinha do ponto é pequena para acomodar todo mundo e em alguns pontos nem tem.



Foto 19 – Passageiros se aglomerando para entrar no ônibus intermunicipal e passageiros em pé por falta de banco disponível.

Fonte: Pesquisa de campo: Ivaneti Pereira Martins da Silva, set/out. 2007.

O desempenho do trabalhador em suas funções está diretamente relacionado ao seu bem estar físico e mental. Para o gerente do DER, os fatores que contribuem para que ele tenha qualidade de vida está relacionado à estabilidade no emprego, um salário razoável, digno, ter conhecimento da função que ele exerce na empresa, a escolaridade dele e também tem que ter um tempo para o lazer, assim, o trabalhador vai ter um estado mental e físico decente. Portanto, na opinião dele os transportes intermunicipais tal como estão, não têm contribuído para que o trabalhador tenha qualidade de vida, segundo ele:

Nos horários de pico os ônibus andam lotado e isso deixa o trabalhador cansado, tenso. O transporte intermunicipal não ajuda em nada a deixar o trabalhador tranqüilo, porque quando ele pega o ônibus para vim trabalhar de manhã já vem apertado, vem sofrendo. Antes de começar a trabalhar já está cansado e no fim do dia quando vão pra casa é a mesma coisa, aquele ônibus parece uma lata de sardinha. Então, chegam em casa com um nível de stress alto, além do tempo que perdem para ir para o ponto, esperar o ônibus e a própria viagem.

Questionados sobre quais são as maiores dificuldades que eles enfrentam por morarem em outro município e vir todos os dias trabalhar em Campo Mourão (Gráfico 11), 16% respondeu que não há nenhuma dificuldade, 41% relaciona as dificuldades quanto aos transtornos causados pelo transporte, ou seja, a preocupação com as viagens, à distância percorrida, o excesso de passageiros, o cansaço e o estresse. Enquanto que 43% relacionam como dificuldade os horários, tanto pelo fato de ter que levantar muito cedo, quanto pelo horário incompatível com a entrada e saída do trabalho, como pelo tempo em que perdem esperando o ônibus e durante a viagem. Para esses trabalhadores as condições do tempo também é um fator que dificulta as viagens, principalmente os dias chuvosos.

R. O próprio transporte, por ser longe, pela dificuldade do transporte, é cansativo. Você perde muito tempo na estrada. (Mulher, 18 anos, Mamborê).

R. Os horários que não são compatíveis, a grande espera, o cansaço da rodovia. (Mulher, 29, Mamborê).

R. O estresse é muito, de ficar indo e vindo, é cansativo. (Mulher, 31 anos, Araruna).

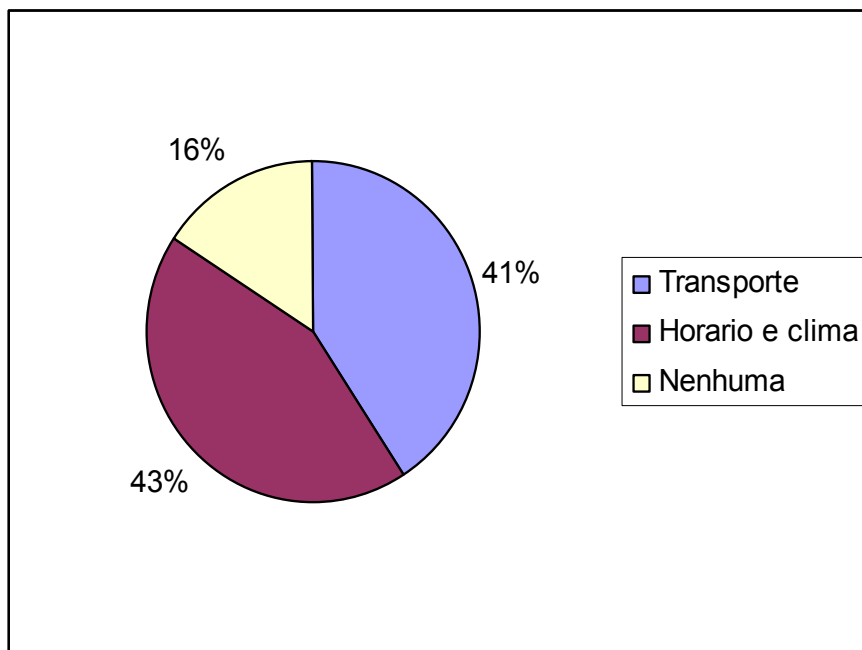


Gráfico 11 – Dificuldades em morar nos municípios periféricos e trabalhar em Campo Mourão.

Fonte: Pesquisa de campo: Ivaneti Pereira Martins da Silva, set/out. 2007.

R. *A maior dificuldade sem dúvida é o ônibus é muito pouco horário, principalmente no sábado, a gente sai onze e meia e só pode ir embora meio dia e quarenta, que é o horário da circular. (Mulher, 25 anos, Peabiru).*

R. *Ah! É ter que pegar a circular e ter horário para chegar, se perder aquela a próxima não dá tempo e a gente chega atrasado. E outra, quando faz um tempão de chuva você chega pingando no trabalho e já dificulta. (Mulher, 29 anos, Peabiru).*

R. *É o horário, chegar muito tarde em casa, demorar em chegar ao serviço, ter que ficar no ponto esperando. (Mulher, 25 anos, Luiziana).*

Mesmo com dificuldades, os trabalhadores encontram motivações para fazerem à migração pendular diariamente para Campo Mourão. No entanto, não se pode atribuir unicamente à mobilidade desses trabalhadores em função da pobreza nos municípios periféricos e/ou a violência urbana no pólo que induz a moradia nos pequenos centros, como fazem muitas vezes o senso comum. A miséria que se espalha pelas cidades e o esvaziamento do campo têm, como se sabe, causas bem mais complexas. Fatores como a crise econômica e o desemprego crescente, as transformações no mundo do trabalho e a precarização de suas relações - entre

outros - contribuem decisivamente tanto para o quadro de indigência que se amplia, quanto para os deslocamentos da população.

As migrações, mesmo as realizadas diariamente costumam figurar como o lado visível de fenômenos invisíveis. Numa palavra, a mobilidade humana é em geral um sintoma de grandes transições. Quando ela se intensifica, algo está ocorrendo nos bastidores da história. O direito fundamental de ir e vir está na base de qualquer programa de luta pela cidadania. Na sociedade brasileira atual, contudo, a grande maioria da população, deixam seu município de origem, ou onde residem não por um ato livre, mas por motivos de sobrevivência, e/ou em busca de melhores qualidades de vida e ascensão social.

Vale lembrar que estes trabalhadores que se mobilizam espacialmente em direção a Campo Mourão, aqui representado por uma pequena parcela, mas assim como tantos outros em vários locais do país e do mundo, representam nomes e rostos bem concretos. Gente que trabalha, sofre, sonha, espera, luta e busca - percorrendo com teimosia as estradas em direção a um futuro melhor.

Tais deslocamentos de curta distância crescem na proporção direta do aumento do desemprego e subemprego, como também da instabilidade social. Assim, o grande desafio que essas migrações representam, especialmente para as ações das administrações públicas é a acolhida, a conciliação e inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho no município pólo sem afetar a mão-de-obra local ou gerar conflitos. Pois, numa sociedade cada vez mais plural e num mercado de trabalho cada vez mais seletivo, é preciso trabalhar pela aceitação do outro e pelo direito de exercer a cidadania, visto que não se podem ignorar as barreiras que muitas vezes esses trabalhadores enfrentam para se inserir no mercado de trabalho, especialmente trabalhadores de outros municípios, sejam barreiras burocráticas, geográficas ou interpessoais. Enquanto que nos municípios periféricos, o desafio consiste em gerar mais emprego e renda para atender os próprios munícipes, investir em políticas públicas para o desenvolvimento das aptidões econômicas locais, sem depender de forma tão acentuada, política ou economicamente do crescimento regional. É preciso perceber que embora sejam municípios pequenos é possível romper com paradigmas históricos de desigualdades socioeconômicos por meio da criação de condições necessárias ao desenvolvimento das atividades econômicas, inserção da população no mercado de trabalho, implantação de infra-

estrutura e de serviços básicos de saúde, educação, dentre outros, conforme nos lembra Araújo (In: LIMONAD, 2004).

Nessa perspectiva, se percebe que origem e destino são dois pólos do processo migratório, especialmente no que diz respeito às migrações pendulares. Entre ambos, os migrantes constroem uma ponte pela sobrevivência, sua e da família, assim, é essencial unir os dois lados do movimento, favorecendo os trabalhadores para que possam se sentir integrantes de uma sociedade justa e democrática, para que possam se sentir cidadãos, visto que “a importância de um indivíduo enquanto produtor e consumidor também depende de sua posição no espaço e varia em função das oportunidades na estrutura espacial” (SANTOS, 1979, p. 139).

3. OS IMPACTOS DA MOBILIDADE POPULACIONAL NO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA REGIONAL

Nesse capítulo analisamos a escolaridade, a renda média mensal e onde esses trabalhadores mais gastam o salário, se no município onde residem ou em Campo Mourão, buscando também quais outros fatores os motivam a se deslocarem para o município pólo, na tentativa de estabelecer o impacto dessa mobilidade populacional vinda dos municípios periféricos sobre a economia, assim como buscar dados que caracterizem as perspectivas e as políticas públicas de desenvolvimento local e regional.

A diminuição relativa da distância entre os lugares, verificada nas últimas décadas, possibilitada pela facilidade de acesso através do desenvolvimento da infra-estrutura da malha rodoviária, dos transportes coletivos e individuais, criou uma tendência ao aumento do movimento populacional dos municípios periféricos em direção ao pólo. Como consequência desse movimento populacional, cresce a circulação e diversificação de produtos, mercadorias, serviços e capital, influenciando de forma dinâmica o desenvolvimento da economia de Campo Mourão.

Os trabalhadores que residem nos municípios periféricos e se deslocam diariamente para trabalhar em Campo Mourão, também se deslocam periodicamente motivados por outras razões (Gráfico 12), visto que as pequenas cidades não têm condições concretas de suprir-se de todos os bens e serviços, ou os preços são mais elevados, inibindo assim a sua aquisição.

Enquanto 29% das pessoas dizem se deslocar apenas por causa do trabalho, 04% procuram pelos serviços de saúde, 27% buscam por atividades de lazer, principalmente nos finais de semana e 40% para fazer compras atraídas pela diversificação dos produtos e preços relativamente mais baixos. Esse deslocamento à procura de bens e serviço no centro maior é explicado por Santos (1996, p. 56),

como uma conseqüência positiva do desenvolvimento do transporte, o qual afirma que:

A melhoria das estradas e dos veículos, o encontro de combustíveis mais baratos representam modernizações que permitem a diminuição dos custos (...) e possibilita às pessoas escolher onde adquirir bens e serviços, que frequentemente vão buscar em lugares mais distantes, mas onde os preços praticados oferecem maiores atrativos.

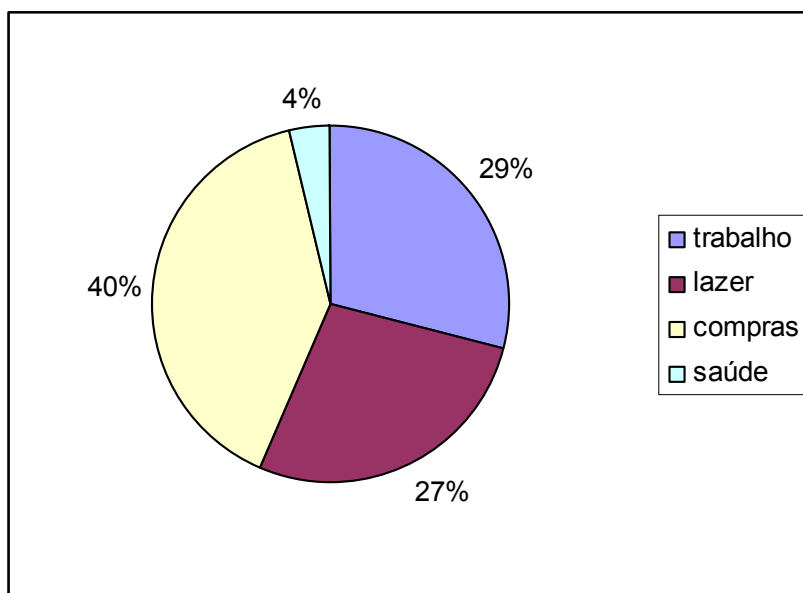


Gráfico 12 – Fatores que motivam a mobilidade dos trabalhadores rumo a Campo Mourão.

Fonte: Pesquisa de campo: Ivaneti Pereira Martins da Silva, set/out. 2007.

A dinâmica populacional da força de trabalho dos municípios periféricos em direção a Campo Mourão, resulta em uma concorrência saudável e positiva com a força de trabalho local, pois estimula a busca por especialização e aperfeiçoamento da mão-de-obra. Outro fator positivo dessa dinâmica populacional é a circulação de capital, verificada através de um alto índice de gasto do salário mensal em Campo Mourão por parte dos trabalhadores, que se deslocam periodicamente (Gráfico 13). 49% afirmam que gastam a maior parte do salário em Campo Mourão, enquanto que 39% gastam no município onde residem e 14% tem seus gastos divididos entre os dois municípios. De acordo com a administração de Campo Mourão (gestão 2005-2008) a população itinerante em geral exerce um impacto positivo, pois deixa divisas no município, que fomentam o comércio, a indústria e os serviços.

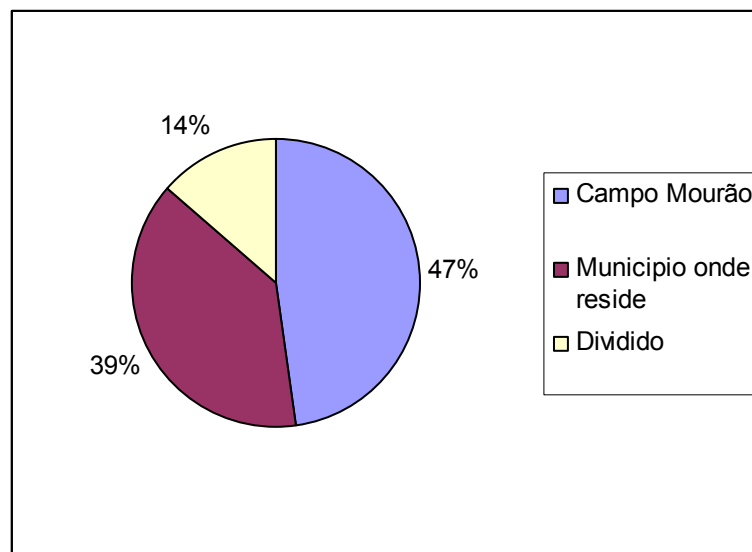


Gráfico 13 - Local onde gasta a maior parte do salário.

Fonte: Pesquisa de campo: Ivaneti Pereira Martins da Silva, set/out. 2007.

A renda dos trabalhadores também é um fator importante, pois o seu poder de compra determina marcadamente suas condições de vida. Sabe-se que o nível dos salários varia com a dimensão da cidade e com a sua localização, e conforme Beaujeu-Garnier (1997, p.26) afirma, é um fator que favorece a mobilidade populacional, como se verifica em Campo Mourão:

Estas diferenças de rendimento constituem um poderoso agente de mobilidade [...] o que provoca migrações das pequenas cidades para as cidades mais importantes [...] em busca de uma melhoria de recursos e de condições de vida.

Como os números indicam (Gráfico 14) boa parte dos salários são modestos, 9% ganham um salário mínimo e 46% um salário e meio, o que indica que o poder de compra é bem limitado. Porém, outra parte dos trabalhadores possui ganhos melhores, 18% ganham 2 salários, 20% de três a quatro salários e apenas 5% ganham acima de quatro salários. Beaujeu-Garnier (1997, p.40), diz que há uma estreita relação entre os rendimentos, à especialização e o deslocamento da população. Visto que quanto mais especializado for um trabalhador, mais ele deve se deslocar para encontrar um emprego que lhe convenha. Fato que se verifica através das entrevistas, onde os trabalhadores afirmam que a migração diária é uma opção viável devido à facilidade de locomoção oferecida pelo transporte coletivo intermunicipal e por ser uma forma de encontrar um emprego condizente com a sua

especialização, proporcionando uma possibilidade de desenvolvimento profissional, que o município periférico nunca permitiria.

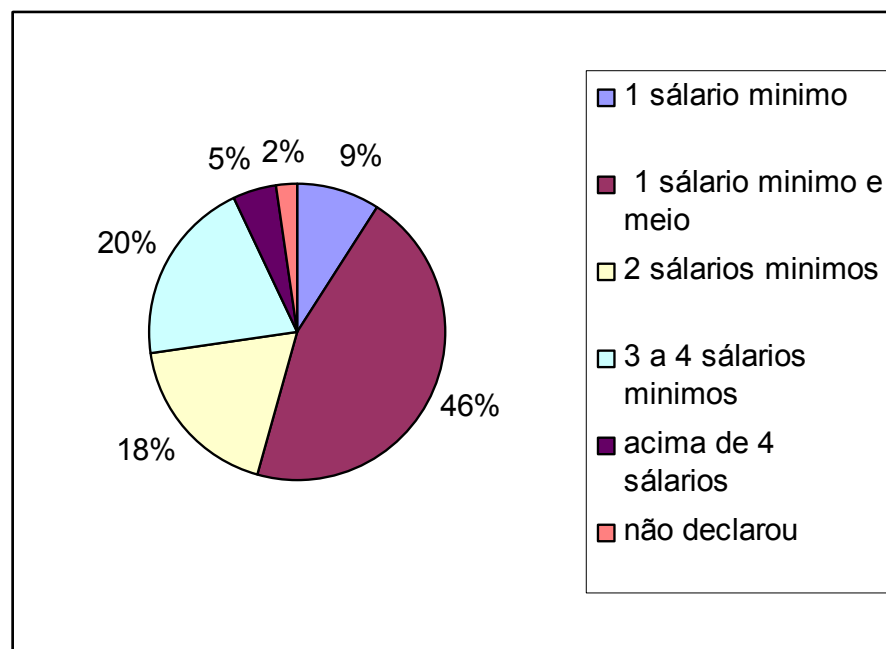


Gráfico 14 - Renda média dos trabalhadores.

Fonte: Pesquisa de campo: Ivaneti Pereira Martins da Silva, set/out. 2007.

A proximidade e facilidade de acesso ao pólo também oferece à população um meio favorável à melhoria da sua educação, favorecendo os indivíduos a prosseguirem nos estudos, os quais nos municípios periféricos são limitados ao ensino médio. Observamos (Gráfico 15) que todos os trabalhadores possuem algum tipo de formação escolar, o que evidencia a seletividade e exigência do mercado de trabalho, sendo que 47% já possuem o segundo grau completo e 30% o ensino superior, sendo que destes, boa parte já concluiu ou está cursando uma especialização.

Contudo, o fator econômico ainda se constitui na principal força motriz da mobilidade populacional diária dos municípios periféricos em direção ao pólo, seja através dos que se mobilizam para trabalhar como dos que se mobilizam atraídos pelo comércio, deixando ali o capital e fortalecendo a economia municipal. Por isso se faz necessário à análise do impacto dessa mobilidade populacional sobre a economia regional, a fim de estabelecer uma relação entre os benefícios e os pontos

negativos que esta determina tanto na economia do município de Campo Mourão quanto da economia do município local.

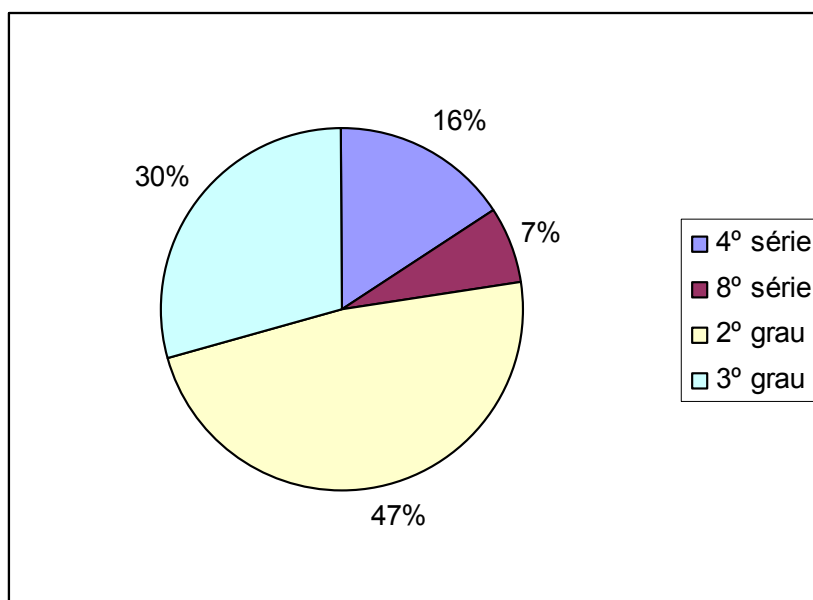


Gráfico 15 - Grau de escolaridade dos trabalhadores.

Fonte: Pesquisa de campo: Ivaneti Pereira Martins da Silva, set/out. 2007.

3.1 Os impactos da mobilidade populacional sobre o comércio do pólo/periferia na visão dos comerciantes.

Para verificar a influência econômica que Campo Mourão exerce sobre o comércio dos municípios periféricos realizou-se entrevistas com proprietários de: farmácia, loja de confecções, calçados, móveis e eletrodomésticos, bazares e papelarias, supermercados, armarinhos em geral, casas de material de construção e produtos veterinários.

Estes estabelecimentos estão em funcionamento por períodos variados como se verifica: 17% dos estabelecimentos funcionam a menos de 1 ano, 33% de 1 a 9 anos, 37% dos estabelecimentos de 10 a 20 anos e 13% de 40 a 50 anos. Em geral, nos estabelecimentos com mais de 10 anos de funcionamento o atendimento

é feito pelo próprio proprietário e o número de funcionários é reduzido, alguns não têm nenhum funcionário. Fato que se verifica, segundo eles, por não haver muito movimento (circulação de mercadorias) que justifique a contratação de funcionários e também porque a população já os conhece há muito tempo e tem mais confiança.

Segundo os dados da pesquisa a maioria dos comerciantes, num total de 71% afirmou que as vendas crescem nas festas de final de ano, mas costumam cair em outros períodos, para outros 29% as vendas estão sempre estagnadas devido à população ser pequena e a cidade não comportar o grande número de comércio que existe; por causa dos juros altos, da renda da população ser baixa, mas principalmente por causa da grande concorrência representada pelo comércio de Campo Mourão.

A pesquisa apontou ainda, que 17% dos entrevistados afirmaram que o comércio de Campo Mourão não influencia em suas vendas, mas 83% disseram que a influência existe,, sendo acentuada e negativa. Entre os fatores eles destacaram: a proximidade e a facilidade de acesso para ir até Campo Mourão, por este possuir o maior número de lojas com mais variedade de produto, preços melhores e mais opção de pagamento (a maioria dos comércios dos municípios periféricos não trabalha com financeiras – cartões de crédito). Além da falta de consciência da população sobre a importância de se investir no próprio município para gerar mais renda e empregos.

Questionados sobre o que tem sido feito para que a população consuma mais no município onde residem, 45% dos comerciantes afirmaram que não tem sido feito nada e acreditam que este tipo de iniciativa deveria partir da administração pública através de incentivos financeiros para a elaboração de mais promoções e distribuição de prêmios ao longo do ano. Outros 38% dos comerciantes responderam que realizam promoções no final do ano, mas que também gostariam que houvesse mais empenho e ajuda da administração, enquanto que 17% disseram que os preços são competitivos com os praticados pelo comércio de Campo Mourão e isso, na opinião deles, é suficiente.

Porém, quanto à reclamação anterior por parte dos comerciantes de que o poder municipal deveria intervir ou apresentar uma postura mais comprometida, Musgrave (1976) ressalta que “a intervenção do governo, na economia, dá-se através de ajustamentos na alocação de recursos (suprir o mercado de bens

públicos puros, bens sociais e bens econômicos), na distribuição de renda, de riqueza e na estabilização econômica”.

O fato de Campo Mourão ser uma cidade pólo e estar próxima aos municípios periféricos é considerado bom por 46% dos comerciantes, ruim para 25%, tanto faz para 4% e com aspectos tanto bons quanto ruins para 25% dos comerciantes. O motivo pelos quais eles consideram bom ter uma cidade pólo próxima consiste no fato de que esta supre todas as coisas que faltam no pequeno município, seja por parte da saúde, educação, lazer e até mesmo o comércio, também por encontrar serviços especializados e autorizados (principalmente eletrodomésticos), outra vantagem é que o pólo contribui para que os outros municípios cresçam, porque ele gera mais renda, mais emprego e os munícipes se beneficiam.

O motivo pelo qual os comerciantes consideram a proximidade das cidades um aspecto ruim é no que diz respeito ao comércio porque a grande empresa tem maior poder de compra e pode distribuir a mercadoria com um valor menor, além de oferecer mais opções, mais e melhores condições de pagamentos e também pelo fato de que a população é atraída, indo para Campo Mourão e deixando de consumir no comércio local, não percebendo que com essa atitude não contribuem para mais gerar emprego na própria cidade.

Diante dessa situação, todos os comerciantes afirmam que grande parte da população deixa de comprar no município e se deslocam para Campo Mourão, segundo eles o principal motivo, como citado anteriormente é a busca por preços menores e mais tempo para pagar¹¹. Porém, outros motivos importantes foram citados, como: aproveitam a oportunidade para comprar e passear, visto que faltam opções de lazer para a população nos pequenos municípios; muitos possuem dívidas na cidade local por terem conhecimento e amizade com os comerciantes e sempre comprarem fiado, quando conseguem algum dinheiro extra, ao invés de quitar as dívidas, vão comprar coisas de que necessitam em Campo Mourão; outros também são motivados por velhos hábitos, do tempo em que não havia muita opção na cidade e os obrigava a se deslocar para a cidade vizinha e por último, mas não

¹¹ Sistema de crédito financeiro fortalecido (cartão de crédito).

menos importante, existe as questões políticas que levam boa parte da população e dos próprios comerciantes a consumirem na cidade pólo e em outras localidades.

Assim, algo interessante é o fato da pesquisa ter constatado que existe um fortalecimento do comércio de Campo Mourão em detrimento do comércio dessas pequenas localidades, nas quais as promoções e/ou campanhas comerciais das grandes empresas mourãoenses estão lhes suprimindo o comércio, ao levar a população local a comprar na cidade vizinha.

Outra situação constatada é que as pequenas empresas das cidades periféricas, não desenvolvem (e quase sempre não têm condições para isso) um trabalho de *merchandising*, que colocaria em evidência as vantagens de comprar no comércio local, como exemplo, a distribuição de prêmios nas principais datas do calendário. Os meios para atrair a clientela são bastante rudimentares, quando existem. Praticando-se assim velhas técnicas de prática de comércio, ultrapassadas, baseadas apenas no conhecimento e até na intimidade com os clientes, assim os comerciantes não conseguem competir com as “modernas” táticas de comercialização, como a análise de mercado, principalmente preços e prazos, sem falar do enorme *marketing* das empresas maiores que estão localizadas em Campo Mourão.

Apesar do comércio de Campo Mourão, na visão dos comerciantes dos municípios periféricos representar uma degradação do comércio local, há uma relação benéfica no que diz respeito à proximidade e suprimento dos itens que faltam nessas cidades menores. Esses municípios também usufruem do crescimento econômico de Campo Mourão, já que é considerado pela população como melhores para se morar e criar os filhos devido ao sossego e menor custo da moradia. Com isso, percebe-se que há uma relação mutua e complementar entre os municípios, embora dotados de autonomia os vínculos administrativos e políticos são imprescindíveis, a fim de favorecer o crescimento e o desenvolvimento regional.

3.2. O olhar das administrações municipais para as relações pólo / periferia.

Os municípios são um recorte federativo com importante grau de autonomia, possuindo atribuições e recursos próprios, como afirma Castro (2005, p. 135) “é no município que todos habitamos e exercemos nossos direitos, e deveres da cidadania, onde buscamos os serviços a que temos direito como cidadãos, onde votamos e candidatos são votados”. E são esses candidatos que elegemos a cada eleição como nossos representantes, os responsáveis por importantes decisões que afetam de forma positiva ou negativa o desenvolvimento local, através da administração pública, das parcerias que firmam e das relações que mantêm com outras instancias de poder público, seja regional, estadual ou federal.

Assim, a fim de verificar a influência de Campo Mourão no desenvolvimento dos municípios periféricos, a pertinência das relações que mantêm e principalmente as estratégias de desenvolvimento local por parte da administração pública desses municípios, realizamos uma entrevista com os prefeitos (Apêndice I) dos Municípios de Araruna, Luiziana, Peabiru e Mamborê¹².

A atual administração de Araruna (gestão 2005-2008) considera que o município encontra-se em uma situação econômica em constante crescimento, atribuindo essa condição a diversificação econômica que o diferencia de outros pequenos municípios tanto do Estado como do próprio País. Fato que se verifica por Araruna ser economicamente ativo em várias áreas como agricultura em geral, comércio e tendo também uma industrialização muito forte, enquanto que há municípios que às vezes é forte na agricultura, mas fracos na industrialização e vice e versa. Segundo dados atuais da Agência do Trabalhador, falta mão-de-obra em Araruna, devido principalmente ao forte crescimento da industrialização.

Como estratégias para promover o desenvolvimento econômico o município vem investindo e apoiando tanto as pequenas, médias e grandes empresas, como por exemplo, através de aluguel de barracões para geração de emprego e renda. No

¹² Todos optaram em responder por escrito e a administração de Mamborê até a presente data não enviou as respostas.

setor agrícola conta com um departamento de agricultura com técnicos especializados, como técnico agrícola e veterinário, para apoiar os pequenos e médios agricultores. Também mantém convênios com a EMATER, tendo 2 técnicos para atender o setor. No comércio, mantém apoio nas promoções de final de ano, para ajudar a fortalecer o comércio e manter clientes na cidade.

Segundo a administração, Campo Mourão por ser um pólo regional, às vezes exerce uma influência positiva e às vezes negativa sobre o seu município. Positiva, pois com a proximidade há vários e constantes munícipes que trabalham e tem empresas em Campo Mourão. Negativa porque como Campo Mourão é uma cidade de porte maior e possui um comércio mais variado, devido à proximidade favorece para que os munícipes se desloquem para fazer suas compras, enfraquecendo o comércio local.

Quanto a influência política, acredita-se que há sim um privilegio político para Campo Mourão, pois sendo uma cidade pólo, tendo um colégio eleitoral maior, há interesse dos políticos de investirem onde há mais promoção para eles, o que acontece tanto em relação à Campo Mourão quanto Maringá. Contudo, Campo Mourão tem contribuído para a melhoria de vida da população, como já exemplificado, devido à proximidade, várias pessoas de Araruna desenvolvem suas profissões em Campo Mourão e também procuram por serviços de saúde e estudos, principalmente a nível superior.

Mas Araruna também tem sido referência, pois a indústria local também traz populações vizinhas para trabalhar, como por exemplo, a indústria de móveis A.J. Rorato, onde emprega trabalhadores vindos de Farol, Peabiru, Terra Boa e Campo Mourão. Assim, as condições econômicas estão melhorando, agora com a abertura da indústria da Frangobras, devido o local que ela estrategicamente está se instalando vai trazer pessoas para residirem em Araruna e distritos, aumentando o número de empregos e valorizando os imóveis. Também há investimento dos agricultores em construção de aviários aumentando conseqüentemente a arrecadação do ICMS para o município.

Quanto ao fluxo de pessoas que diariamente se deslocam para Campo Mourão, a administração considera que gera um impacto economicamente negativo, mas também necessário, visto que Araruna não tem todos os recursos imprescindíveis para atender a demanda e procura da população, principalmente na

área da saúde e estudo superior. Porém, para incentivar a população a permanecer no município tem sido feitas parcerias com indústrias (através da lei de Prodeara - Programa de Desenvolvimento de Araruna - e Agência do Trabalhador), incentivando as pequenas, médias e grandes empresas a aumentar o número de empregos e manter esses números que também é importante. No comércio, há parceria com associação comercial, incentivando a população a comprar no comércio para fortalecê-lo e conseqüentemente fortalecer a economia e geração de emprego. Na agricultura, procura-se incentivar, através de lei, melhorias e serviços para atrair e desenvolver uma diversificação na área agrícola, como por exemplo, fazer terraplanagem para os aviários, manter convênios com a EMATER, tendo um Departamento de Agricultura estruturado em parceria com Sindicatos Rurais, Banco do Brasil e COAMO para atender os homens do campo.

Na medida do possível e da maneira com que são comprometidas as finanças do município vem tendo bons resultados. Nos 2 últimos anos mais de 10 aviários foram instalados no município, todos com apoio da prefeitura. Nos últimos anos foram criados mais de 300 empregos nas pequenas e médias indústrias e nas grandes indústrias como A.J. Rorato que de 700 funcionários cresceu para aproximadamente 1300 funcionários e na Opção Máquina que passou de 8 para 30 funcionários. E finalmente, no comércio houve a abertura de aproximadamente 30 comércios novos em 2 anos, mas com consistência para se manterem.

A administração do município de Luiziana (gestão 2005-2008) também considera que a situação econômica encontra-se em crescimento, atribuindo essa condição ao crescimento habitacional, econômico e social.

Para promover o desenvolvimento econômico no município as estratégias adotadas tem sido a de buscar a concentração de espaço físico para implantação de pequenas e médias empresas, incentivando a construção civil e oferecendo apoio ao pequeno produtor.

Segundo a administração, pelo fato de Campo Mourão ser um pólo regional, exerce uma influência positiva sobre o município, pois devido à proximidade e por ter empresas de grande porte emprega um percentual significativo da população de Luiziana. Contudo, mesmo sendo uma relação benéfica acontecem alguns casos onde a influência política acaba beneficiando a cidade pólo devido ao elevado número da população. Mas, Campo Mourão tem contribuído para a melhoria de vida

da população do município, principalmente quanto ao atendimento à saúde e a geração de emprego, beneficiando não só o Município de Luiziana, como também os Municípios da COMCAM.

Quanto ao fluxo populacional que se dirige diariamente para Campo Mourão, a administração afirma que não gera um impacto negativo sobre a economia, pois o fluxo maior é em relação à educação e saúde, sendo que a economia é superada por ter poucas pessoas que tenham condição financeira para se deslocar para Campo Mourão. Mas admite que haja um número expressivo de pessoas que trabalham no Município de Campo Mourão.

Para incentivar a população a permanecer no município, a atual administração tem feito doação de terrenos para moradia e criação de pequenas empresas. Na área de facção foram doadas máquinas em comodato, incentivo ao pequeno produtor rural, pavimentação asfáltica e ajuda de mão de obra para construção de calçadas. Os resultados são considerados bons devido à aceitação da população e ao seu desenvolvimento tanto na área rural como na urbana.

A administração do Município de Peabiru (gestão 2005-2008), também considera que estão em crescimento econômico, pois tomando por base a soma da arrecadação municipal com impostos do tipo IPTU, IRRF, INSS, ISQN, IPVA, ICMS e IPI, observa-se um aumento de 25% comparando-se o ano de 2007 em relação a 2004, outro indicador refere-se ao número de encaminhamento e colocações de emprego efetuado pela Agência do Trabalhador local onde se obteve um incremento de 31% nos encaminhamentos e de 76% nas colocações comparando-se também. 2007 em relação a 2004. Atribuindo-se essa situação ao fortalecimento do setor agrícola, que, embora tenha passado por uma grave crise, principalmente na safra 2005/2006, atualmente está tendo uma rápida recuperação nesta área. Outra questão que está beneficiando muito o município, é que além de investimentos e otimismo na geração de emprego e renda local, grandes empresas como A.J. Rorato, Sabaraalcool e Frangobrás¹³ estão absorvendo um grande número de trabalhadores que residem no município, conseqüentemente, diminuindo o desemprego e aquecendo a economia local.

¹³ A.J.Rorato está instalada no Município de Araruna, a Sabaraalcool em Engenheiro Beltrão e a Frangobras em Campo Mourão, evidenciando uma dependência acentuada da economia regional.

Para promover o desenvolvimento econômico municipal a administração de Peabiru tem adotado como plano de ação iniciativas próprias para o crescimento industrial como a criação do Parque Industrial 2 em 2005, com a construção e disponibilização de barracões industriais. A Prefeitura ainda fornece subsídios para a instalação de novas indústrias, formação de mão-de-obra através de cursos profissionalizantes, principalmente na área de confecção e apoio a ações de entidades como a Associação Comercial, Sindicatos e demais entidades. Contudo, Rocha (1998, p.116-118) adverte que a industrialização induzida pode representar uma tendência ao rebaixamento dos salários e na qualidade do emprego, observando-se uma precarização das relações de trabalho, um aumento da rotatividade de emprego gerando maior instabilidade. Além disso, as mudanças que ocorrem na estrutura da produção aumentam a “polarização das ocupações, consolidando um núcleo de trabalhadores polivalentes e especializados, com emprego estável de um lado e uma massa de trabalhadores de emprego instável e mal remunerados de outro”, fato que pode se agravar pela má estruturação profissional e social, visto que a oferta de cursos de especialização¹⁴ e reciclagem dos trabalhadores “não acompanham as transformações no circuito produtivo e as novas configurações advindas desse processo”.

Araújo (In: LIMONAD, 2004, p.31), também argumenta que a indução da industrialização não é a única alternativa de desenvolvimento local/regional, nem a mais eficaz, pois, “a criatividade e capacidade de organização das populações pode perfeitamente explorar brechas para a inclusão social e econômica e, assim, reencontrar nichos de inserção sustentada nos mercados”, o que significa que não é mais necessário lidar apenas e exclusivamente com a atração de empresas de grande porte, dos empreendimentos motores de crescimento, é possível explorar as relações sociais de cooperação através de projetos de desenvolvimento dos membros da sociedade local/regional.

Acredita-se que Campo Mourão por ser um pólo regional, exerce uma influencia mais positiva do que negativa, pois se por um lado sua proximidade atrai muitos peabiruenses para comprar e consumir em Campo Mourão, por outro esta

¹⁴ No caso dos municípios em questão, a formação profissional especializada é dependente do pólo de Campo Mourão, que precisa atender a demanda de toda a região da COMCAM, composta por 25 municípios e busca adequar os cursos a demanda da realidade local.

mesma proximidade gera um grande número de oportunidades de empregos para a população que por sua vez traz este dinheiro para a economia local.

Quanto a influencia política, a administração diz que se analisarmos no âmbito estadual, obviamente toda cidade pólo atrai maior atenção política, pois concentra lideranças políticas regionais, que por sua vez exercem esta liderança junto aos municípios. Já em relação à vida política de cada município isto se torna um tanto relativo, depende da relação que as lideranças locais possuem com estas lideranças regionais, ou seja, quanto menor esta relação, menor a influência e isto muda de município para município.

Também consideram que Campo Mourão tem contribuído para a melhoria de vida da população do município de Peabiru, e nos últimos anos, principalmente no quesito de educação superior, pois além da Fecilcam ter melhorado sua estrutura e cursos, também a criação da Faculdade Integrado e a elevação do CEFET a Universidade Tecnológica Federal, contribuem muito positivamente para a melhoria na formação dos jovens, trabalhando na base do crescimento local. Peabiru é a cidade mais próxima de Campo Mourão e por isso é a primeira a colher os frutos desta proximidade, sejam eles bons ou ruins, ou seja, de uma maneira geral, qualquer melhoria sócio-econômica em Campo Mourão, reflete-se imediatamente em Peabiru.

Porém, consideram que atualmente, infelizmente Campo Mourão perdeu um pouco a consistência de cidade-pólo, de seu papel como impulsora do crescimento regional. Pois, segundo a administração, se compararmos Campo Mourão com cidades como Guarapuava, Toledo, Umuarama e até mesmo Cianorte, ficará claro o quanto nossa região está ficando para trás, seja em crescimento populacional, econômico ou mesmo em importância política. Campo Mourão deveria traçar novamente seus rumos e é claro deve fazê-lo em conjunto com os demais municípios para assim possibilitar um crescimento sólido e sustentável que traga benefícios para toda a região.

Quanto ao impacto da mobilidade diária da população sobre a economia do Município de Peabiru, considera-se que no geral há um impacto positivo, pois se por um lado o fluxo de consumidores e estudantes transfere renda à Campo Mourão, por outro lado, o grande número de trabalhadores de Peabiru em Campo Mourão, deixa a maior parte de sua renda no município. E para incentivar a população a

permanecer no município, que a exemplo de outras cidades do mesmo porte, a principal causa de emigração populacional é sem dúvida a escassez de oportunidades, principalmente para os jovens.

A Administração Municipal tem direcionado seus esforços na criação de uma infra-estrutura que permita um crescimento em longo prazo, principalmente na área industrial, que tem maior capacidade de geração de postos de trabalho, visando exatamente oferecer maior número de oportunidades para que os jovens permaneçam no município. Outro fator de emigração é a busca por melhores e diferentes opções de formação em cursos superiores, quesito em que, como já mencionado, houve um grande avanço em Campo Mourão, com a criação de novas universidades/faculdades e novos cursos, oferecendo assim maior variedade de cursos e quantidade de vagas, o que leva os jovens a repensar a decisão de mudar para outras cidades e estados em busca de uma melhor formação. A administração também busca auxiliar, principalmente através do incentivo ao transporte desses alunos até Campo Mourão.

Numa análise conclusiva, todos os municípios periféricos, em maior ou menor escala constatadamente pelos estudos de campo (entrevistas) são influenciados política e administrativamente por Campo Mourão, que exerce naturalmente essa influencia sobre os demais, tanto de maneira positiva quanto negativa.

Podemos perceber que os municípios essencialmente agrícolas, sem uma diversificação industrial, como o caso de Luiziana e Peabiru, encontram dificuldades em fazer frente à influência negativa - leia-se comércio de bens e consumo - de Campo Mourão, porém a influência positiva, representada principalmente pela oferta de emprego, além de saúde e educação, tem proporcionado que esses evoluam com a unidade pólo. No que diz respeito à qualificação profissional, o benefício para a população desses municípios é considerável, tendo em vista que Campo Mourão é o município mais próximo que oferece várias opções de cursos a nível de graduação e especialização, além de vários cursos técnicos.

Há uma questão que neste momento merece uma discussão, é o fato de a pesquisa ter constatado empiricamente uma dependência natural da administração local e da população em geral em relação a Campo Mourão ser assim uma espécie de município âncora para os demais, e com isso todo o desenvolvimento regional

estaria afetado se não houvesse um desenvolvimento desse. Na visão desses os municípios periféricos têm o seu desenvolvimento atrelado e dependente do desenvolvimento de Campo Mourão, o que tem impedido iniciativas próprias, pelo receio e falta de confiança em desenvolver as potencialidades de seus municípios, o que para Araújo (in LIMONAD et al, 2004, p.31) *“a criatividade e a capacidade de organização coletiva das populações pode perfeitamente explorar brechas para a inclusão social e econômica, assim, reencontrar nichos de inserção sustentada nos mercados”*.

No caso específico do Município de Araruna, diferentemente dos demais municípios, constata-se que esse possui uma autonomia maior, uma vez que a economia local é mais diversificada e solidificada, com forte desenvolvimento na agricultura, que é praticamente voltada à produção de matéria-prima, com ênfase à mandioca, para a indústria alimentícia¹⁵, que uma vez processada é exportada para praticamente todo o país. Com isso, o município consegue uma arrecadação tributária maior, devido ao valor agregado aos produtos, que não são comercializados “in natura”, ao contrário do que acontece com a maioria das pequenas cidades. Por outro lado, o setor industrial que não depende diretamente da agricultura, possui uma capacidade instalada muito grande, com destaque para o setor moveleiro, onde se sobressai o empreendimento da A.J. Rorato, uma das maiores empresas do setor no país, que emprega diretamente cerca de 1.300 trabalhadores, além de outros empregos indiretos com fornecedores.

A heterogeneidade dos municípios da área em estudo revela que o desenvolvimento regional não se reproduziu de maneira igualitária para todos eles, e que a capacidade de organização social, política e administrativa do poder local foram decisivas para que se constate essa realidade contemporânea, o que evidencia o fato de que *“mudança depende de vontade política e reformas”* (Schulz, 2007, p.182).

¹⁵ Destaque para as indústrias alimentícias: Pinduca e Amafil.

3.3 A COAMO no desenvolvimento geo-econômico da região de influência de Campo Mourão e o impacto na dinâmica populacional

A administração atual de Campo Mourão (gestão 2005-2008) considera que a COAMO desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico do Município e de toda a Região da COMCAM, considerando-se o fato de que as ações dessa Cooperativa estão voltadas para o crescimento industrial e comercial, correspondendo às metas implantadas pelo poder público. Também contribui de forma significativa no orçamento municipal através da arrecadação de recursos para os cofres públicos do ICMS, ISS, IR entre outros.

Para compreendermos a participação da COAMO (Cooperativa Agroindustrial de Campo Mourão) no desenvolvimento geo-econômico regional do Município de Campo Mourão é necessário contextualizarmos as condições que ocasionaram profundas transformações na relação cidade/campo e propiciaram o surgimento e ação dessa cooperativa.

A partir da década de 1950 e de forma acentuada na década de 1970, o campo passou por profundas mudanças em decorrência da modernização da agricultura¹⁶ em vários pontos do Brasil, em grande parte do Estado do Paraná, como também na região de Campo Mourão. Esse período foi marcado pela chamada *revolução verde* ou *milagre brasileiro*, propiciado pela introdução de várias inovações no campo, as quais se caracterizaram como:

inovações mecânicas, que afetam de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho; inovações físico-químicas que modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção básica; inovações biológicas, que afetam principalmente a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo; através da redução do período de produção, e da potenciação dos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas. (SILVA, 1978, p.33)

¹⁶ A modernização da agricultura no Município de Campo Mourão e região já foi citada no capítulo 2, porém, com ênfase na mobilidade populacional que esta ocasionou. Neste momento, a análise se volta para as condições que propiciaram o desenvolvimento e atuação da COAMO no município e na região.

Para SILVA (1981, p.48) “o desenvolvimento capitalista da agricultura tem particularidades em relação ao da indústria”. Isso ocorre pelo fato da terra não ser um meio de produção que possa ser multiplicado pelo homem. Quando esse processo de capitalização do campo se iniciou, havia muita terra que não estava apropriada, estavam livres sem donos, porque existia uma fronteira em movimento no país e representava a dificuldade ou a impossibilidade de se obter força de trabalho a baixo custo, mesmo com o crescente aumento da imigração. Por isso foi necessário criar legalmente o monopólio das terras através da Lei de Terras de 1850. A partir do momento em que houve a contenção da expansão da fronteira e as terras se tornaram limitadas e apropriadas, a produção nas áreas ocupadas começou a se intensificar através do desenvolvimento do capitalismo no campo.

A compreensão desse processo é fundamental para se entender a construção do espaço humano, que após a década de 1970, presenciou a incorporação de um novo modelo para a dinâmica agrícola, assinalando uma nova ordem econômica, considerando que toda atividade humana é baseada em uma ordenação, sendo que:

Essa ordem espaço-temporal não é aleatória, ela é um resultado das necessidades próprias à produção. Isso explica porque o uso do tempo e do espaço não é feito jamais da mesma maneira, segundo os períodos históricos e segundo os lugares e muda, igualmente, com os tipos de produção. (SANTOS, 2002, p.203)

Assim, configuraram-se no município de Campo Mourão um novo momento, rompendo com os padrões da agricultura tradicional. Esse novo quadro foi marcado por transformações significativas, relativas à reestruturação dos modos de produção e estrutura fundiária. A partir dos primeiros anos da década de 1970 houve a expansão do binômio soja/trigo na região de Campo Mourão, em um ritmo muito acelerado, incentivado pela crescente quantidade de recursos financeiros e pela implantação de atividades de suporte, perpetuadas por cooperativas e agroindústrias.

Mas como enfatiza Peris (2005), os municípios menores têm diferentes graus de inserção na dinâmica do agronegócio. Alguns têm a maior parte de seu território dedicado à agricultura moderna e, ainda, possuem alguma unidade agroindustrial. Outros não possuem unidades agroindustriais relevantes, mas acabam tendo parte significativa de sua área cultivada com agroindústria moderna.

Existem, igualmente, os municípios que não possuem unidade agroindustrial relevante e que possuem uma pequena parte de seu território com a agricultura moderna. Esse mosaico de diferenças entre os municípios periféricos e Campo Mourão é notado de maneira clara.

No período marcado pela modernização da agricultura, o aumento da concentração da terra criou condições para a industrialização do campo e a ampliação do mercado interno. A desapropriação resultou em um rápido processo de urbanização e maior demanda de produtos industrializados no campo. As fazendas foram forçadas a transformarem as próprias atividades agrícolas, não podendo mais ser auto-suficiente na produção de alimentos e dedicarem-se a comercialização dos produtos de exportação. Era preciso produzir alimentos para a população urbana e as fazendas se especializaram na produção de certos produtos, tornando-se fazendas de café, fazendas de arroz e outras. A própria produção agrícola se especializou e passou a consumir produtos industrializados como adubos, além de substituir parte dos animais por máquinas e comprar alimentos nas cidades. “[...] a própria agricultura se industrializou, seja como compradora de produtos industriais (principalmente insumos e meios de produção) seja como produtora de matérias-primas para as atividades industrializadas” (SILVA, 1981, p. 62).

A modernização da agricultura na região provocou efeitos positivos como o aumento da produção, melhoria genética, maior produtividade e principalmente uma sensível melhoria no sistema de comunicação e na infra-estrutura em geral, inclusive na zona rural, através da instalação de energia elétrica e melhoria das estradas vicinais. Mas em contrapartida, houve os efeitos negativos como a expropriação do pequeno trabalhador rural, conflitos pela posse e uso da terra, modificação nas relações de trabalho, êxodo rural e conseqüentemente um intenso processo de urbanização, além de vários problemas ambientais.

[...] nos moldes em que se deu o movimento modernizante não somente excluiu a maioria dos agricultores, como impossibilitou a reprodução social de uma ampla gama de pequenos produtores rurais (antigos meeiros, parceiros, arrendatários, ocupantes, além de pequenos proprietários) que foi obrigada a deixar o campo, instalando-se nas periferias das cidades ou deslocando-se para as zonas de fronteira agrícola da Amazônia ou do Paraguai (HESPANHOL, 1993, p. 26).

A modernização da agricultura no Município de Campo Mourão, também representou um marco importante no desenvolvimento econômico regional,

principalmente pela introdução de novas técnicas de recuperação do solo e de cultivo que aumentaram gradativamente a produtividade, em especial na região do Arenito Caiuá, situada na porção noroeste do Município, acentuando a produção de soja/trigo.

A partir dos primeiros anos da década de 1970, passou a haver a expansão das lavouras de soja em bases técnicas modernas na região de Campo Mourão [...] A expansão do binômio soja/trigo (sobretudo da sojicultura) na região de Campo Mourão [...], se deu num ritmo bastante acelerado, atendendo aos desígnios do poder público, que carregou um montante crescente de recursos às duas lavouras e às atividades de suporte do binômio (cooperativas, agroindústrias, etc.) no decorrer de toda a década de 1970. (HESPANHOL, 1993, p. 25).

Essa estruturação e organização do espaço geográfico regional, que em pouco tempo precisou se adequar às novas condições de produção, foram determinadas pela introdução do capitalismo no campo e pelo interesse dos grandes grupos econômicos que passaram a atuar direta ou indiretamente na região. Como parte integrante nas transformações ocorridas no campo em todo o Estado do Paraná, pós-implantação do processo de modernização da agricultura, as cooperativas ressurgem com uma nova moldagem, baseada em padrões capitalistas de produção, apesar de sua origem histórica estar ligada à ideologia da ajuda mútua.

Müller (1989) enfatiza que as agroindústrias cresceram como consumidoras dos produtos da agropecuária, passando a predominar a forma industrial internacionalizada de processar, beneficiar e comercializar, o que teve impactos sobre a agricultura em seu modo de produzir, organizar e comercializar. As condições favoráveis ao surgimento da indústria ocorreram devido à fusão entre os interesses internos e externos, com ganhos extraordinários de poder econômico e político por parte do Estado. Portanto, nesse processo de modernização da agricultura, além das relações entre as grandes empresas e os grupos econômicos, o Estado atuou, sobretudo através de subsídios creditícios, incentivos fiscais e toda uma bateria de políticas incentivadoras das exportações.

O novo padrão agrário moderno, dinâmico articulado e dependente do comércio e da indústria teve dimensões respeitáveis, ao qual, a partir da década de 60 passou a se incorporar o conceito de Complexo Agroindustrial (CAI) que Müller (1989) define como “uma forma de unificação das relações interdepartamentais com

os ciclos econômicos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações associadas às atividades agrícolas”.

O capitalismo se apoderou da agricultura e suprimiu as velhas formas de produção e de propriedade, desagregando o predomínio do complexo latifúndio-minifúndio, tendo ocorrido em maiores proporções na região Sul e Sudeste, menores na região Nordeste e quase nada na região Norte. Em escalas diferenciadas a modernização da agricultura promoveu a inversão da população do campo para as cidades, aumentando inclusive o número de pessoal ocupado na agricultura, mas que residia na cidade.

A agricultura passou a ser responsável pelo novo padrão de desenvolvimento movido pelo investimento de capital, sendo responsável por fatores que condicionaram uma reestruturação espacial, onde o setor agrícola passou a cumprir as seguintes funções básicas:

Fornecedor de mão-de-obra, abundante e barata, para o setor industrial, a custo da migração campo-cidade, a qual foi particularmente intensificado nos anos 50; - fornecedor de matérias-primas e alimentos para satisfazer a demanda crescente de bens agrícolas de baixo preço e também diminuir a pressão sobre os salários; - produzir para as exportações com a finalidade de captar divisas necessárias para a sustentação do crescimento econômico global e ampliar a capacidade do setor como consumidor de bens industriais e serviços urbanos. (CERON, 1985, p. 18).

A partir da década de 1960, através do estímulo do Estado o consumo de produtos industriais se acelera, contribuindo para aumentar a produtividade agrícola através da incorporação de tecnologia pelos produtores rurais. Essa intervenção do Estado foi significativa para acelerar o processo de modernização na agricultura, adotando medidas para conceder créditos rurais, financiando os investimentos para a aquisição das inovações tecnológicas, além de regulamentar os preços mínimos de produção, fornecendo assistência técnica e estimulando a plantação de produtos de maior cotação comercial (ONOFRE, 2005). Os médios e grandes produtores, que possuíam mais condições para obter recursos financeiros, por preencherem os requisitos necessários para obter acesso ao crédito rural, são mais privilegiados e passaram a se dedicar em especial à prática de cultivos voltados para o mercado externo.

Desta forma o campo gradativamente se industrializou e passa a constituir uma nova estrutura no processo produtivo, assegurando maior produtividade. Mas, a

industrialização também acelerou a diferenciação socioeconômica dos produtores rurais e da população que reside no campo, acirrando as desigualdades sociais. Desta forma, as “pequenas propriedades perdem terreno, ou seja, são engolidas pelas grandes, no que se convencionou chamar, à semelhança do fenômeno biológico onde as grandes bactérias engolem e digerem as pequenas à sua volta, *processo de fagocitose*” (SILVA, 1980, p.31).

Oliveira (1991, p.24), afirma que a industrialização da agricultura acentuou ainda mais as diferenças entre classes, monopolizando a agricultura.

A industrialização da agricultura, também desigual no campo brasileiro, revela que o capitalismo está contraditoriamente unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura. Esta unificação está sendo possível porque o capitalista se tornou também proprietário das terras, latifundiário, portanto. Isso se deu porque o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria.

Esse processo de industrialização do campo converteu em grande parte a agricultura tradicional, baseada na produção familiar, em agricultura moderna, com a produção voltada para o mercado interno e mundial, através da agricultura moderna, sobretudo de soja, trigo e milho em detrimento da agricultura tradicional, surgiram conseqüências sociais que interferiram diretamente na vida da população rural, intensificando a acumulação capitalista:

[...] na medida em que alguns se capitalizam, outros se tecnificam e os menores, sem recursos e com pouca terra (para a garantia do crédito e para a escala de produção requerida pelo tipo de tecnologia), cujo objetivo principal da produção não é o mercado, mas sua subsistência, não são atingidos pelos estímulos. Assim, tendem cada vez mais a se diferenciarem daqueles, até o limite extremo que ocorre com a perda da terra e, conseqüentemente, o assalariamento. (FLEISCHFRESSER, 1988, p.25)

Em conseqüência desse processo de modernização da agricultura, de acordo com Serra (1991, p.161) foram registrados dois tipos de migração “um, o mais comum, da zona rural para a zona urbana; outro, posterior a este, da zona urbana das pequenas cidades para a zona urbana das grandes e médias cidades”. Esses movimentos migratórios provocaram um desequilíbrio na distribuição da população entre os centros urbanos, conseqüência esta que ainda hoje pode ser percebida em relação aos municípios pólo/periféricos.

Assim, em meio aos processos descritos anteriormente, a COAMO instalou-se em Campo Mourão no início da década de 1970, quando ocorria na região, concomitantemente a modernização da agricultura e a substituição das lavouras tradicionais (algodão, arroz, feijão, milho, café, mamona, hortelã, etc.) pelas culturas de soja e trigo em consequência das transformações na organização do espaço rural. A partir de então, passou a atuar de forma dinâmica na região, onde o cooperativismo tornou-se um novo movimento e essa nova forma de cooperação, veio auxiliar os produtores na implementação da modernização da agricultura no município de Campo Mourão. Pois de acordo com Oliveira (1986, p.72) as cooperativas “nasceram no século passado, como instrumento de defesa dos agricultores contra os comerciantes, que, de certo modo atuando como comprador e usuário, explorava os camponeses, levando-os a proletarização”.

Atrelado ao processo de modernização verificou-se acentuada melhoria na infra-estrutura urbana e rural e as transformações do setor urbano, foram fundamentais para atender a nova realidade. Na qual, elimina-se “a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética” (OLIVEIRA, 1999, p.103). Essa visão de unificação é imprescindível na análise do processo de modernização mourãoense, responsável pela reestruturação do setor urbano em prol do rural. Porém, segundo o autor, cabe lembrar que essa unidade contraditória não elimina suas diferenças, mas as aprofunda, tornando cada um mais específico, o que significa que o desenvolvimento do capitalismo está consolidando a união contraditória que separou no início de sua expansão, ou seja, “a agricultura e a indústria; a cidade e o campo”. Assim, compreender os processos que atuam na construção e expansão de uma cidade, implica a necessidade de compreender os processos que atuam no campo.

Nestas perspectivas, a cidade de Campo Mourão, em um curto período de 10 anos, presenciou uma considerável evolução espacial, passando de uma infra-estrutura precária para uma condição mais favorável para atender seus habitantes, como se pode perceber na seqüência de imagens (Foto 20), comparando a paisagem urbana antes e depois do desenvolvimento da modernização na agricultura no município.

A intensificação do capital na atividade agropecuária foi o grande responsável pela ocorrência dessas melhorias, as quais consistem em fator

indispensável para a adesão do novo modelo de produção. Porém, o modo de produção capitalista faz com que a terra seja transformada também em mercadoria (OLIVEIRA, 1986, p.79), acentuando ainda mais a concentração da terra em virtude do processo de modernização da agricultura.



Foto 20 - Campo Mourão - melhoria na infra-estrutura urbana: Vista aérea da cidade, 1960, 1973; Avenida Capitão Índio Bandeira, 1960 e 1972.

Fonte: Acervo museu municipal Deolindo Mendes Pereira.

A princípio a COAMO tornou-se um agente do Estado para o desenvolvimento da política agrícola do governo que, através da modernização da agricultura, estimulava a consolidação dos complexos agroindustriais (CAI), provocando uma reorganização do espaço rural, através da descapitalização dos pequenos e médios proprietários rurais, privilegiando a concentração fundiária. A cooperativa concorreu em certa forma para a seleção dos produtores pela escala de suas unidades produtivas, privilegiando, em tese, os grandes proprietários e excluindo os pequenos (AVILA, 2002). A partir da década de 1980, a visão da

cooperativa é a de transformar-se em cooperativa-empresa, segundo todos os ditames do mundo capitalista. É nesta visão capitalista que a cooperativa procura estender seu raio de ação para outras regiões (Figura 12) do Estado, países e continentes (através da exportação).

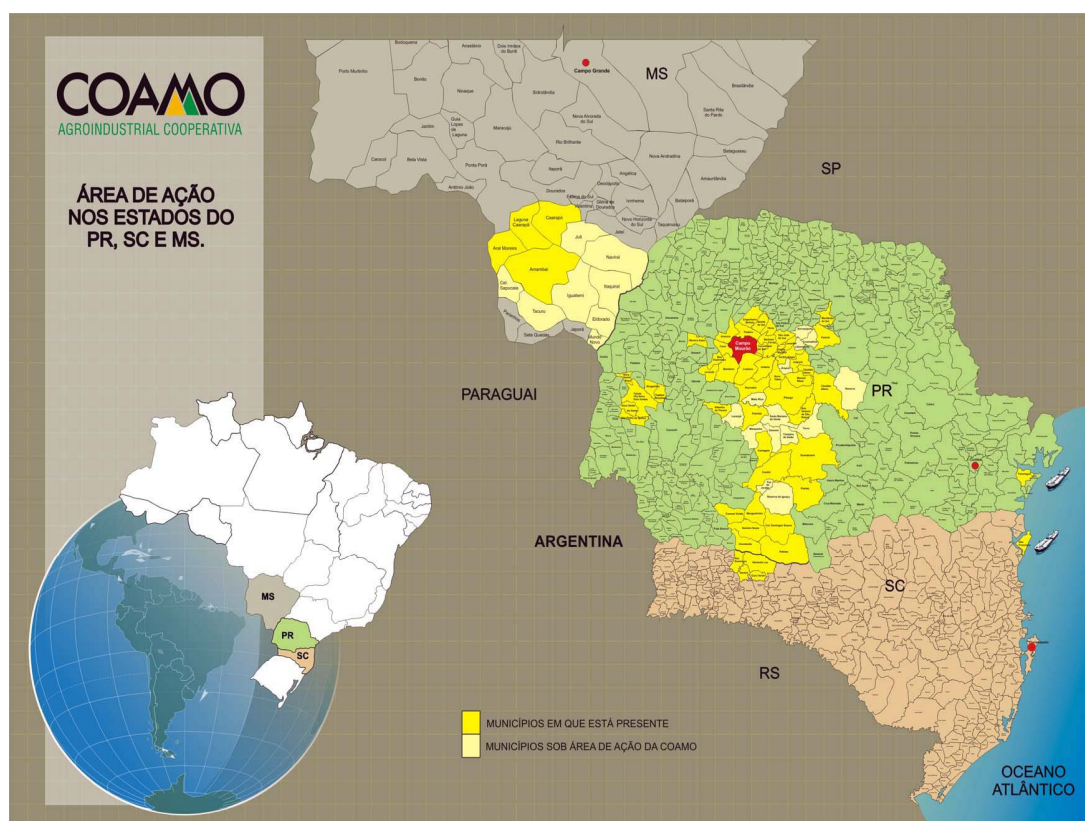


Figura 12 – COAMO – área de ação nos Estados do PR, SC e MT, 2008.
Fonte: COAMO, Campo Mourão, 2008.

Desde a sua instalação as atividades da cooperativa estavam voltadas para a produção do binômio soja/trigo e sua comercialização. Entretanto, a partir de 1975, inicia-se a agroindustrialização da COAMO com a instalação de sua primeira unidade industrial: o moinho de trigo; na década de 1980 instalaram-se a indústria de óleo de soja e a indústria de fiação de algodão; nos anos de 1990 consolida-se o complexo agroindustrial com a aquisição de uma indústria de óleo de soja em Paranaguá e o início das atividades do fabrico de margarina.

A COAMO mantém uma equipe treinada e capacitada que opera nos mercados interno e externo, sendo responsável pela comercialização dos produtos entregues na cooperativa. De acordo com a assessoria de imprensa, os cooperados

são informados diariamente sobre tudo o que acontece nos mercados, através de jornal escrito e rádio, podendo assim, decidir sobre o melhor momento para comercializar a sua produção.

Anualmente, são exportados grandes volumes de farelo de soja, milho e algodão, entre produtos próprios e de terceiros, destacando-se no Brasil como grande exportadora de produtos, cerca de 11% das exportações de todas as cooperativas brasileiras cabe à COAMO. Para dar suporte as suas exportações, a COAMO conta com um terminal portuário próprio em Paranaguá, no estado do Paraná, com capacidade de embarque de até três mil toneladas de produtos por hora. Parte das exportações também é realizada pelo porto de São Francisco do Sul, no estado de Santa Catarina.

Para administrar este complexo de atividades e atender aos cooperados, a cooperativa proporciona emprego para 4.100 trabalhadores, dos quais 1.600 trabalham nas Unidades de Campo Mourão (administração central, indústrias, unidades de recebimento e de distribuição), destes, cerca de 3% residem nos municípios próximos principalmente Peabiru, Araruna e Farol e trabalham nas unidades de Campo Mourão. Esses trabalhadores utilizam-se de veículos próprios ou ônibus metropolitano, nesse caso, a empresa concede o vale-transporte, que subsidia as passagens no valor excedente a 6% do salário bruto do trabalhador.

Por parte da empresa, não há distinção dos trabalhadores pelo fato de eles residirem em outros municípios, sendo considerado inclusive um fato positivo porque assim, podem se desenvolver profissionalmente, tendo um salário compatível com suas qualificações, o que nem sempre é possível no município de origem, também tendo uma boa qualidade de vida visto que é um emprego que lhes garante segurança e cobertura de saúde complementar ao sistema oficial (SUS) extensivo a família e tendo cobertura total, além de uma excelente condição de lazer, através de um clube social com todas as condições possíveis. Assim, mais de 100 mil pessoas recebem benefícios diretos do cooperativismo que possui 19,6 mil cooperados.

Quanto à relação de percepção cooperado-cooperativa Ávila (2002) registrou que parcela dos associados, principalmente os pioneiros, apresenta um elevado grau de contentamento pela participação na criação e desenvolvimento da COAMO, simultaneamente na evolução econômica e social. Entretanto, uma

pequena parcela dos cooperados demonstra insatisfação pela política empresarial rígida de atuação, fugindo dos princípios dogmáticos do cooperativismo.

Para receber a produção dos seus cooperados, a COAMO mantém 90 unidades estrategicamente localizadas nos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. A filosofia de trabalho da cooperativa é estar o mais perto possível e assim, facilitar sobremaneira a atividade do seu quadro social. Com esta estrutura, a COAMO é responsável pelo recebimento e comercialização de 16% da produção paranaense e de 3,3% de toda safra de grãos e fibras produzidas no Brasil.

A extensão territorial ocupada pelas atividades da COAMO é de 4 milhões de hectares e sua capacidade global de armazenagem é de 43,3 milhões de toneladas. A secagem dos produtos é feita através de fornalhas à lenha, nas unidades da COAMO com capacidade total de 7 mil toneladas/hora. A madeira é produzida em áreas de reflorestamento que ocupam aproximadamente 3 mil hectares.

O escoamento da produção é feito com uma frota própria de 270 carretas e caminhões, e mais 350 veículos de terceiros. A frota própria oferece agilidade nas remoções estratégicas de produtos de um armazém para outro, como forma de garantir a abertura de espaços e assegurar, sem transtornos, o fluxo de recebimento da produção dos cooperados.

Através de aproximadamente 180 profissionais, entre engenheiros agrônomos e florestal, técnicos em agropecuária e médicos veterinários, a COAMO acompanha a produção dos seus cooperados e dá suporte desde o planejamento do plantio até a comercialização da safra. Também garante aos seus cooperados linhas de financiamentos para aquisição de máquinas e implementos, investimentos em fertilidade do solo e calcário, podendo ser pago em até três anos. Além da permuta a prazo de safra para a aquisição de insumos para a implantação das lavouras.

A cooperativa também possui um Centro de Treinamento Agrícola (CTA) cujo objetivo é capacitar à mão-de-obra rural, realizando anualmente centenas de cursos e treinamentos para os cooperados, seus filhos e empregados. Com isso, procura-se preparar os agricultores para o uso correto das máquinas e implementos

agrícolas, utilização das técnicas adequadas de plantios, redução de perdas e melhores resultados nas colheitas. Para dar assistência técnica, a COAMO possui uma Fazenda Experimental que funciona como um laboratório a céu aberto. Em seus 170 hectares, são realizados e comprovados testes com variedades, produtos químicos, máquinas ou novas técnicas de produção, cujos resultados são repassados para os cooperados.

Além de unidade de validação e transferência de novas tecnologias agrícolas, para cooperados e técnicos, a Fazenda Experimental COAMO ainda atua como fonte de referência para pesquisadores de órgãos oficiais e particulares. É reconhecida em todo o país como uma das mais bem estruturadas unidades de pesquisa sendo visitada todo ano por mais de 4 mil pessoas, entre cooperados, pesquisadores e estudantes.

A COAMO produz sementes de soja, trigo, aveia e feijão fiscalizados e certificados. A produção é feita em campos próprios dos cooperados. As sementes são beneficiadas com alta tecnologia em unidades localizadas em regiões aptas para a atividade sementeira nos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, cuja produção é superior a 60 mil toneladas de sementes por ano. Além da qualidade o grande diferencial da semente de soja COAMO está na classificação diferenciada por tamanho. Para isso, a cooperativa possui laboratório próprio para análises das sementes e realização dos diversos testes necessários para garantir a pureza varietal e o grau de germinação e vigor, também mantém parcerias com empresas e instituições de pesquisa oficiais e privadas.

A COAMO incentiva o reflorestamento de propriedades através de metas a serem cumpridas pelo seu corpo técnico através da utilização de mudas produzidas no viveiro da Fazenda Experimental, local em que são realizadas pesquisas de espécies e variedades florestais que mais se adaptam à região. Também se incentiva o uso de controle biológico de pragas e de técnicas de conservação de solos.

Sendo a COAMO, uma cooperativa de grande porte, atuando de forma dinâmica tanto no espaço urbano quanto no rural através das várias atividades que realiza não se pode negar que ela desempenha um papel fundamental na organização e produção do espaço da região do Município de Campo Mourão, alicerçado principalmente em função do setor agropecuário. Esse espaço é

constantemente (re) produzido em função do plantio, colheita, transporte e beneficiamento de grãos, gerando conseqüentemente um intenso fluxo populacional, de capital, de bens e de mercadorias.

No que diz respeito a mobilidade populacional na região, sem dúvida a COAMO contribuiu de forma direta e/ou indireta para a efetivação desse processo. Pois sendo uma empresa de grande porte que surgiu em um momento de grande transformação no setor da agricultura, ela efetivamente contribuiu para a consolidação do êxodo rural, modernização e industrialização do campo, como também atraiu para a região trabalhadores e proprietários de terra, interessados em fixar negócios e comercialização de produtos agrícolas.

Atualmente essa mobilidade populacional, continua acentuada, em especial de trabalhadores dos municípios periféricos, atraídos pela oferta de emprego e possibilidade de ascensão profissional. Além é claro da mobilidade de agricultores e cooperados que se deslocam para o pólo a fim de comercializar a safra ou adquirir produtos e implementos agrícolas, como também é responsável pela mobilidade de seus funcionários que transportam os produtos para serem armazenados e/ou comercializados em outros centros. Essa mobilidade populacional constante dinamiza a economia local/regional, promove a interação entre os municípios e nos dão a dimensão dos fenômenos da distribuição e do consumo inserido num mercado cada vez mais dinâmico e globalizado..

O agrobusiness tem na COAMO, o seu maior representante individual em termos de Brasil, o que faz dela a maior empresa brasileira no setor agropecuário, onde os números anteriormente citados falam por si e representam bem o potencial do empreendimento cooperativo.

Para o país ela tem uma importância enorme, e para o Município de Campo Mourão e os demais municípios objetos deste estudo, essa importância é muito maior ainda, uma vez que representa uma questão vital para estes, que é a geração de empregos, a arrecadação de tributos e a transferência de tecnologia para o campo, o que tem direta e indiretamente proporcionado desenvolvimento para a região.

Porém, não podemos prescindir de um questionamento que leva em consideração a atuação de grandes empreendimentos como esse. É receoso

afirmar que tais empreendimentos tenham trazido somente benefícios para toda a população e região. Qual o preço pago para que todo esse desenvolvimento se formatasse? Impediu-se ou suprimiu outras iniciativas de se instalarem, que poderiam somar-se e também dar um melhor formato à economia regional? Além do mais, outras indústrias, o comércio e a prestação de serviços também são importantes para que Campo Mourão se consolide como uma cidade pólo e se destaque dentro da hierarquia urbana regional.

Contudo, mesmo tendo superado um período de estagnação política e econômica devido a problemas de grupos políticos e de empresários que somente visualizavam a comercialização dentro do município, sem uma visão abrangente das potencialidades que poderiam ser desenvolvidas, Campo Mourão ainda não atingiu seu auge de crescimento e precisa percorrer um longo caminho para alcançar um nível político e econômico aceitável, que garante melhores condições de vida a população, com geração de emprego suficiente para atender a demanda com salários condizentes a todos os setores, além de assegurar os serviços e atendimentos necessários para suprir a população, proporcionando dignidade e pleno exercício da cidadania a todos.

Para tanto, alguns passos já estão sendo dados por parte do poder local quanto à capacidade da gestão administrativa de assumir a organização e condução das potencialidades econômicas do Município, através da consolidação do Pólo Brasileiro de Alimentos, com o desenvolvimento de planos visando à instalação de empresas ligadas ao setor e outras que atuem na produção indireta, além de incentivar as empresas existentes para que possam criar uma estrutura forte para a geração de emprego e renda.

Essas metas sob o ponto de vista econômico da administração são reais e objetivas e estão em fase de implantação, sendo uma delas a inauguração em abril da Frangobrás, um investimento em parceria entre o poder público e privado que irá gerar renda, vários empregos diretos e empreendimentos acessórios como empresas ligadas ao setor, através do qual a população economicamente ativa tende a crescer, bem como a mobilidade populacional vinda dos municípios periféricos.

Porém, ainda falta mais participação da população para fiscalizar o que tem sido feito, se organizar para eleger e cobrar prioridades, mas principalmente tomar

consciência da necessidade de se politizar e acabar de uma vez por todas com o clientelismo e a troca de favores políticos como argumenta Martins (1999) e embora, “as marcas do clientelismo e do paternalismo são muito profundas e cristalizadas para serem dirimidas em curto período de tempo” (CUNHA, 2002, p.22), a população precisa perceber que suas reivindicações na verdade constituem direitos assegurados por lei e atendê-los não é um favor, mas um dever e um compromisso assumido pelos representantes do poder público nas suas várias instâncias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido proporcionou a constatação de dois aspectos importantes a serem considerados: a pertinência da mobilidade populacional na organização e produção do espaço do Município de Campo Mourão ao longo de sua história e a polarização que este exerce sobre os municípios periféricos.

Com referencia a mobilidade populacional, Santos (2004, p. 302) afirma que “a maior parte das abordagens peca pela importância excessiva atribuída às motivações pessoais, em vez de considerar as migrações como uma expressão dos mecanismos de modernização”. Pois segundo ele, quando se considera a mobilidade ligada as questões pessoais implica ter de um lado fatores de atração e de outro, os fatores de repulsão e isso conduz a tratar um mesmo espaço como se fosse dividido em dois campos de forças e não em termos de sistema. Gaudemar (1977) apud Rocha (1999), trata desta questão considerando a lógica intrínseca do sistema produtivo vigente e denomina de mobilidade forçada a qualidade deste deslocamento.

Nessa perspectiva, a mobilidade populacional em direção a Campo Mourão, a princípio modesta e com fins de colonização, aos poucos foi se avolumando impulsionada pelos consecutivos ciclos econômicos e pela facilidade de acesso verificada após a abertura das estradas de circulação de veículos automotores. Esse período representou um grande avanço na infra-estrutura, no setor econômico e social do Município e de toda a região, mas também se revelou num período de conflito político, de interesses pessoais e comerciais, e de muita degradação do meio ambiente, pois as matas nativas da região foram dizimadas para ceder lugar às lavouras, cuja produção começou a se voltar agora não somente à subsistência, mas também à obtenção de maiores lucros, atendendo a lógica do mercado capitalista.

Verifica-se então, a partir da década de 1970 e 1980 a ocorrência de profundas mudanças na organização do espaço rural e urbano, através da

substituição da lavoura tradicional pela mecanizada, com acentuada mobilidade populacional em direção à cidade de Campo Mourão e outras ao seu entorno. Percebe-se, assim, que todo o desenvolvimento destas relações ocorreu num espaço historicamente determinado e produzido a partir da lógica estabelecida pelo modo de produção capitalista, respeitando seu desenvolvimento desigual e combinado, onde o capitalismo brasileiro em suas várias escalas se posiciona como periférico/emergente. O espaço delimitado e estudado, portanto, é e foi produzido por um modelo de desenvolvimento regido pelos interesses do grande capital nacional e internacional.

Essa lógica espacial predominante do sistema econômico, com acentuada tendência de concentração de meios de produção e serviços, conforme nos lembra Araújo (2004) exaltam as desigualdades sociais e regionais, aumentando a necessidade de que se organizem políticas capazes de diminuir os efeitos negativos dessas desigualdades, e reafirmar a coesão social da região.

O intenso processo de urbanização e desenvolvimento econômico de Campo Mourão, verificado nas últimas décadas, ressalta a formação de um pólo com destaque e influência na rede urbana regional como um privilégio local, enquanto inabilita ou deixa de lado os municípios periféricos. Sendo este um dos fatores que colaboram para a mobilidade populacional diária, e somente serão passíveis de alterações através do impulso de políticas de desenvolvimento regional. Fato este que a pesquisa constatou apenas no caso de Araruna, onde estas políticas estão sendo postas em prática de forma mais dinâmica, a fim de desenvolver as potencialidades local, como uma tentativa de mudança socioeconômica.

A análise da mobilidade pendular dos municípios periféricos em direção a Campo Mourão aponta para a importância do dinamismo econômico na configuração dos deslocamentos, visto que a pesquisa revela que mesmo mantendo vínculos com a cidade onde residem, é no pólo que buscam por emprego condizente a sua especialização, por serviços do comércio, saúde, educação e lazer, os quais julgam ser insuficientes ou inexistentes nos municípios periféricos.

Considerando as informações coletadas nas entrevistas nota-se que a influencia que Campo Mourão exerce sobre os municípios periféricos, no que diz respeito ao comércio, embora siga a lógica do sistema capitalista e se consolide em

detrimento do comércio regional, também se acentua devida à alienação dos comerciantes e administração pública desses locais ao entorno que pouco investem em incentivos para segurar a população e conscientiza-los da importância de se consumir no comércio local para gerar mais renda e desenvolvimento. Também falta posto de emprego suficiente para atender a demanda dos trabalhadores locais, além de serviços básicos de saúde que estão concentrados em Campo Mourão através do CISCOMCAM e mais opções de entretenimento e lazer, o que possivelmente resultaria em um considerável decréscimo da mobilidade populacional em direção ao pólo, além de mais investimento e valorização econômica local.

A partir da análise sobre o processo de mobilidade populacional e produção do espaço de Campo Mourão, procurou-se de forma modesta, contribuir para ampliar o conhecimento científico, em especial no ramo da Geografia Regional, entretanto, as informações contidas na dissertação não esgotam a temática abordada, e sim abre o caminho para novos estudos. Com esse objetivo, verificam-se, no decorrer do registro das particularidades da temática, diversos pontos de discussões para o encaminhamento de outras pesquisas. Pois, os fluxos populacionais pendulares que se desencadeiam entre os municípios necessitam serem dimensionados, na medida em que colocam populações e administrações municipais em grau de maior vulnerabilidade quanto à incidência e oscilação de demandas por serviços, equipamentos e políticas públicas.

Quando espacializados, esses dados permitem definir ou redefinir a extensão de aglomerados urbanos; confirmar ou apontar centralidades; identificar áreas alimentadoras, como as "cidades-dormitórios"; e vislumbrar novas configurações espaciais. Associados a indicadores de densidade, crescimento, ocupação, entre outros, podem ainda subsidiar a construção de tipologias do grau de integração dos municípios na dinâmica das aglomerações.

Dentre os inúmeros fatores que se associam à pendularidade, alguns podem ser apontados como decisivos, como por exemplo, o acesso diferenciado ao mercado de trabalho e/ou oportunidades de estudo; os custos e a qualidade do transporte disponível e o tempo de deslocamento.

Esses fatores, aliados à "transparência" dos limites municipais, como ampliação da região de influência de Campo Mourão, contribuem definitivamente para a extensão territorial das cidades.. Nesse sentido, a intensificação dos

movimentos pendulares remete às considerações feitas por Geddes (1994) quanto à irrelevância dos limites administrativos na vida cotidiana metropolitana e a necessidade de sua superação, sob pena de se continuar intervindo no espaço metropolitano de forma fragmentada e não se considerando a totalidade.

Como percebemos através da pesquisa de mestrado a relação de um conjunto de municípios integrados socioeconomicamente ao pólo de Campo Mourão, com serviços públicos e infra-estrutura em comum, pode levar a outros estudos quanto ao processo de aglomeração urbana.

REFERÊNCIAS

ADAS, Melhem. *Panorama Geográfico do Brasil: contradições, empasses e desafios sócioespaciais*. São Paulo: Moderna, 1998.

ANDRADE, Manuel Correia. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

ARAUJO, Tânia Bacelar de, et all. Política Nacional de Desenvolvimento Regional: uma proposta para discussão In LIMONAD, Ester. HAESBAERT, Rogério e MOREIRA, Ruy (Orgs). *Brasil século XXI por uma nova regionalização – agentes, processos e escalas*. São Paulo: Max Lomonad, 2004. p. 28-53.

ÁVILA, Jader Libório de. *A COAMO e o desenvolvimento geo-econômico da Região de Campo Mourão*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. *Geografia de população*. São Paulo: Nacional/ USP, 1971.

_____. *Geografia urbana*. Tradução por Raquel Soeiro de Brito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BECKER, Bertha K. Informação e território. *Revista Ciência Hoje*, 2003, número 117, volume 20.

BERNARDES, Lysia M. Cavalcanti. *O problema das frentes pioneiras no Estado do Paraná*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, jul/set. 1953.

BONETI, Elizeo. *A teoria das localidades centrais, segundo W. Christaller e A. Losch*. In: Instituto Pan-americano de Geografia e História. Rio de Janeiro, 1968, nº. 316.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO. *Campo Mourão: no seu 20º aniversário 10 de outubro de 1967*. Material promocional.

Campo Mourão. *Folha de Londrina*, 10 out.1976. Edição especial.

CASAGRANDE, Marilsa de Paula. *Traços de uma memória: o município de Campo Mourão em questão*. 1996. 130 f. Monografia (Especialização: História e Sociedade) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1996.

CASTRO, Iná Elias. *Geografia e Política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAVINA, Rômolo. *Introdução à Economia Rural Brasileira* – São Paulo: Atlas, 1979.

CERON, Antonio Olívio. Distribuição da terra agrícola e a questão da reforma agrária no Brasil. *Geografia*, Rio Claro, Ageteo, v. 10, n.20, p.1 - 35, out. 1985.

COAMO, Agroindustrial Cooperativa. *Relatório 2005*. Campo Mourão: COAMO, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. *Geografia: conceitos e temas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CUNHA, Edite da Penha. CUNHA, Eleonora Schettini M. In: CARVALHO, Alysson et al.(org). *Políticas Públicas*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

CURTY, Marlene Gonçalves. Cruz, Anamaria da Costa. Mendes, Maria Tereza Reis. *Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses (NBR 14724/2002)*. 3. reimpr. Maringá, Pr: Dental Press, 2005.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. *Geografia: conceitos e temas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

DRABIK, Alexandre. *O caminho do Peabiru: possibilidade histórica*. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, vol. 50, 1999.

DUPUY, G. *Les territoires de l'automobile*. Paris: Antropos, 1995.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimento social como categoria geográfica*. São Paulo: Terra livre,2000, nº 15.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. *Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70*. Curitiba: Chain , 1988.

GAUDEMAR, Jean Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.

GEDDES, P. *Cidades em evolução*. Campinas: Papirus, 1994.

GEORGE, Pierre. *Populações ativas*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

GOMES, Horieste. *A produção do espaço geográfico no capitalismo*. São Paulo: Contexto, 1991.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. *A formação sócio-espacial da região de Campo Mourão e dos municípios de Ubatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu*. Boletim de Geografia, UEM, 1993.

IPARDES. *Caderno Estatístico: Município de Araruna*. Junho de 2007. – disponível em www.ipardes.gov.br – acessado em setembro de 2007.

IPARDES. *Caderno Estatístico: Município de Luiziana*. Junho de 2007. – disponível em www.ipardes.gov.br – acessado em setembro de 2007.

IPARDES. *Caderno Estatístico: Município de Mamborê*. Junho de 2007. – disponível em www.ipardes.gov.br – acessado em setembro de 2007.

IPARDES. *Caderno Estatístico: Município de Peabiru*. Junho de 2007. – disponível em www.ipardes.gov.br – acessado em setembro de 2007.

IPEA, IBGE, UNICANP/ IE/ NESUR, IPARDES. *Redes Urbanas Regionais: Sul*. Brasília, 2000.

ITCF, Instituto de Terras, Cartografia e Florestas. Campo Mourão. Curitiba, 1987.

KAGEYAMA, Ângela et al. (coord.) *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais*. Out. 1987. p. 8. Texto apostilado.

KAYSER, Bernard. A região como objeto de estudo da geografia. In: George, Pierre et al. *A geografia ativa*. São Paulo: Difel, 1975.

KOHLHEPP, Gerd. Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população no norte do Paraná (Brasil). *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. 53(2)p.79-94. abril/junho 1991.

LARA, João Maria. *Campo Mourão: 100 anos de desbravamento*. Campo Mourão: Kromoset, 2003.

LAVALLE, Aida Mansani. *A madeira na economia paranaense*. Curitiba: GRAFIPAR, 1981

LAZIER, Hermógenes. *Paraná: terra de todas as gentes e de muita história*. Francisco Beltrão: Grafit, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000.

LIMONAD, Ester. Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem? In LIMONAD, Ester. HAESBAERT, Rogério e MOREIRA, Ruy (Orgs). *Brasil século XXI por uma nova regionalização – agentes, processos e escalas*. São Paulo: Max Lomonad, 2004. p. 54-66.

MAACK, Reinhard. *Geografia Física do Estado do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1981.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

_____. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1999.

MÜLLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec, 1989.

MOURA, Rosa. KLEINKE, Maria de Lourdes Urban. Espacialidades de concentração na rede urbana da região Sul. *Revista Paranaense de desenvolvimento*. Curitiba. nº 95, jan/abr 1999. p. 3-25.

MUSGRAVE, R.A. *Teoria das Finanças Públicas*. São Paulo: Atlas, 1976.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. A Geografia e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (organizadora). *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *O campo brasileiro no final dos anos 80*. In: A questão agrária hoje. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1994.

ONOFRE, Gisele Ramos. *Campo Mourão: colonização, uso do solo e impactos sócioambientais*. . Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO. *Plano diretor de desenvolvimento local integrado de Campo Mourão*, Abril 1969.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO. *Sinopse estatístico-descritiva do município de Campo Mourão*, 1957.

PERIS, Alfredo Fonseca. *Estratégias de Desenvolvimento Regional*. Cascavel: Edunioeste, 2005.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Marcio Mendes. *A espacialidade das mobilidades humanas: um olhar para o norte central paranaense*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Desafios para a (re) leitura do território*. Boletim Gaúcho de Geografia, nº 20. Porto Alegre: dezembro de 1995.

SANTOS JUNIOR, Jair Elias dos. *A história da Câmara Municipal de Campo Mourão: 1947 – 1976*. v. 1. Campo Mourão: Kromoset, 2006.

SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Hucitec, 1979..

_____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton.; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Valderi. *Formação histórica do território da Microrregião de Campo Mourão: a origem de seus 24 municípios*. Curitiba: CompuArt's, 1995.

SAUER, Sid. *Policia contesta, mas Campo Mourão segue a frente de RJ e SP*. Número 2.421 - Ano 7 - Sexta-feira, 1 de fevereiro de 2008. <http://www.bocasanta.com.br> - acessado em 15 de fevereiro de 2008.

SCHULZ, John H; LAMOUNIER, Bolívar et al (Org). *Para o Brasil voltar a crescer*. Curitiba; IBEPEX, 2007.

SERRA, Elpídio. *Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná*. 1991. 361 f. Tese (doutorado) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro: 1991.

SIMIONATO, Edna Conceição. *Campo Mourão 50 anos na espiral do tempo*. Campo Mourão: Nerygraf, 1997.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

_____. *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1980

_____. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SORIANO, Sara Mônica Pitot. *Expropriação e violência: a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra (Campo Mourão: 1946-1964)*. 2002. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá: Maringá, 2002.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

VEIGA, Pedro da. *Campo Mourão: centro do progresso*. Maringá: Bertoni, 1999.

VILLAÇA, Maria José. *A força de trabalho no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1967.

WACHOWICZ, Ruy. *História do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1995 e 2002.

WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, n. 7 p. 1-51, 1968.

www.coamo.com.br/empresa – acessado em 25/01/2007

http://pt.wikipedia.org/wiki/Campo_Mourão - acessado em setembro de 2007

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Peabiru> - acessado em setembro de 2007

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Araruna> - acessado em setembro de 2007

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Mambore> - acessado em setembro de 2007

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: Dinâmica populacional e produção do espaço de Campo Mourão - Pr- a espaço temporalidade de um núcleo polarizador.

Vimos por meio deste, convidá-lo a participar da nossa pesquisa de Mestrado em Geografia, através do consentimento de uma entrevista. Essa pesquisa justifica-se por se tratar de um estudo científico, contribuindo para um melhor conhecimento do perfil regional, contribuindo para evolução da Geografia como ciência. Constitui-se em objetivo geral da pesquisa analisar os aspectos da dinâmica populacional associada aos fatores geoconômicos do Município de Campo Mourão. Adotando as entrevistas como procedimento para a coleta de dados, esperamos contribuir para o planejamento urbano-regional, como parâmetro nas decisões e ações do Estado e do Município, auxiliando na melhoria da qualidade da infraestrutura do transporte coletivo intermunicipal e conseqüentemente, na própria melhoria da qualidade de vida do trabalhador e da população em geral, a fim de diminuir os transtornos e as conseqüências da migração diária.

Colocamo-nos à disposição do entrevistado, através dos endereços e telefone abaixo, para prestar qualquer esclarecimento referente à pesquisa. Tendo o mesmo, a liberdade de recusar ou retirar o consentimento sem vir a sofrer qualquer tipo de penalização. Também garantimos sigilo e privacidade sobre as informações fornecidas, as quais serão utilizadas apenas por nós e somente para a elaboração da dissertação de mestrado.

Eu, _____, após ter lido e entendido as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes a este estudo com o Professor Dr. Marcio Mendes Rocha e a mestranda Ivaneti Pereira Martins da Silva, CONCORDO VOLUNTARIAMENTE, em participar do mesmo.

_____ Data: ___/___/___
Assinatura do pesquisado ou impressão datiloscópica

Eu, Ivaneti Pereira Martins da Silva, declaro que forneci todas as informações referentes ao estudo ao pesquisado.

_____ Data: ___/___/___
Assinatura

Equipe:

1- Marcio Mendes Rocha (pesquisador responsável)

Av. Colombo, nº 5790, Maringá - Pr , CEP 87020-900, Telefone: (44) 261-4731

2- Ivaneti Pereira Martins da Silva (mestranda)

Rua Carlos Otto Roeder, nº111, Jardim Copacabana. Campo Mourão – Pr,. CEP 87302-360.
Telefone: (44) 3529-1511

APÊNDICE B – Entrevista com gerente do Departamento de Estradas e Rodagens – do Município de Campo Mourão

- a) Quais são os municípios periféricos a Campo Mourão que apresentam maior fluxo populacional diário? Há uma estimativa desse fluxo?
- b) Você diria que a maior parte desse fluxo populacional é representada por trabalhadores ou não? Por quê?
- c) Quanto aos trabalhadores que se deslocam para Campo Mourão, qual é o meio de transporte mais utilizado?
- d) Como se encontra as condições das rodovias que liga os municípios periféricos a Campo Mourão? Há algum trecho crítico? Qual e por quê?
- e) Os transportes coletivos intermunicipais são fiscalizados? Em que condições eles se encontram?
- f) O número de ônibus e viagens é suficiente para atender a população? O número de lotação recomendado é respeitado?
- g) Em sua opinião quais fatores motivam esses trabalhadores a fazer essa migração pendular diária?
- h) O desempenho do trabalhador em suas funções está diretamente relacionado ao seu bem estar físico e mental. Quais fatores, em sua opinião contribuem para que ele tenha qualidade de vida?
- i) Os transportes intermunicipais tal como estão, têm contribuído para que o trabalhador tenha qualidade de vida ou não? Por quê?

APÊNDICE C – Entrevista com a gerencia da empresa de ônibus Expresso Nordeste do Município de Campo Mourão.

- a)Quais municípios vocês atendem com transporte intermunicipal? Há quanto tempo?
- b)Há uma porcentagem ou estimativa do fluxo populacional médio diário? Quantos representam os trabalhadores?
- c)Quantas viagens são feitas por dia e qual horário apresenta maior número de passageiros?
- d)Como se encontra as condições das rodovias que liga os municípios periféricos a Campo Mourão? Há algum trecho critico? Qual e por quê?
- e)A frota de ônibus é fiscalizada por algum órgão? Eles são revizados a cada quanto tempo e em quais condições se encontram?
- f) O numero de ônibus e viagens é suficiente para atender a população? O numero de lotação recomendado é respeitado?
- g) Em sua opinião quais fatores motivam esses trabalhadores a fazer essa migração pendular diária?
- h)O desempenho do trabalhador em suas funções está diretamente relacionado ao seu bem estar físico e mental. Quais fatores, em sua opinião contribuem para que ele tenha qualidade de vida?
- i) Os transportes intermunicipais tal como estão, tem contribuído para que o trabalhador tenha qualidade de vida ou não? Por quê?

APÊNDICE D – Entrevista com à força de trabalho, ou seja, com a população que se desloca diariamente para trabalhar em Campo Mourão.

- a) Qual seu nome e sua idade?
- b) Em qual município você mora?
- c) Há quanto tempo você mora em outro município e trabalha em Campo Mourão?
- d) Em que setor você trabalha e qual sua função?
- e) O que te motiva a trabalhar em Campo Mourão e morar em outro município?
- f) Você gostaria de morar em Campo Mourão? Por quê?
- g) Qual é a sua escolaridade?
- h) Qual é a sua renda média mensal?
- i) Qual meio de transporte você utiliza para vir trabalhar?
- j) Como você caracteriza as condições das rodovias e dos transportes coletivos intermunicipais?
- k) Quais são as maiores dificuldades em trabalhar em Campo Mourão e morar em outro município?
- l) Além de vir trabalhar, quais outros fatores te motivam a vir para Campo Mourão?

APÊNDICE E – Entrevista com Prefeito do Município de Campo Mourão.

- a) Por Campo Mourão ser uma cidade pólo há um significativo fluxo populacional diário. Qual é a porcentagem ou estimativa desse fluxo que vem de outros municípios diariamente?
- b) Em sua opinião quais fatores motivam essa população, principalmente os trabalhadores a fazer essa migração pendular diária?
- c) Existe algum problema de termos em Campo Mourão trabalhadores de outros municípios? Isso é bom ou mau?
- d) Como o senhor avalia a qualidade de vida desses trabalhadores vindos de fora?
- e) O que está sendo feito ou é possível fazer para garantir ou melhorar essa qualidade de vida?
- f) Como o senhor avalia as condições de Campo Mourão em relação ao desenvolvimento econômico regional? Qual é o caminho a seguir para gerar mais empregos e melhorar a vida para a PEA (População Economicamente Ativa)?
- g) Qual sua avaliação com relação ao desenvolvimento econômico do município, houve evolução nas últimas décadas? Existe perspectiva de crescimento?
- h) Como o senhor avalia a participação da COAMO no desenvolvimento econômico da microrregião de Campo Mourão?
- i) Qual a participação da COAMO na produção do espaço do Município de Campo Mourão?
- j) A COAMO exerce algum poder político sobre a região? Isso é bom ou ruim?

APÊNDICE F – Entrevista com à Acessória da COAMO do Município de Campo Mourão.

- a) Qual é a quantidade de trabalhadores que a COAMO emprega?
- b) Há uma porcentagem ou estimativa de quantos trabalhadores residem em outros municípios e trabalham na COAMO em Campo Mourão? Essa quantia é significativa?
- c) Qual é o meio de transporte mais utilizado por esses trabalhadores? A empresa oferece algum tipo de transporte ou ajuda financeira para eles?
- d) Em sua opinião quais fatores motivam esses trabalhadores a fazer essa migração pendular diária?
- e) Existe algum problema de termos em Campo Mourão trabalhadores de outros municípios? Isso é bom ou mau?
- f) O desempenho do trabalhador em suas funções está diretamente relacionado ao seu bem estar físico e mental. Quais fatores, em sua opinião contribuem para que ele tenha qualidade de vida?
- g) Como o senhor avalia a qualidade de vida desses trabalhadores que vem de fora?
- h) O que está sendo feito ou é possível fazer para garantir ou melhorar essa qualidade de vida?
- i) Como o senhor avalia as condições de Campo Mourão em relação ao desenvolvimento regional? Qual é o caminho a seguir para gerar mais empregos e melhoria de vida para a PEA (População Economicamente Ativa)?

APÊNDICE G – Entrevista com à Acessória da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Campo.

- a) Quais são as estratégias ou planos de ação que estão sendo desenvolvidos em Campo Mourão para promover o desenvolvimento econômico?
- b) Quais são os parceiros que contribuem para a efetivação dessas estratégias? E de que forma?
- c) Como o senhor avalia os resultados dessas estratégias de desenvolvimento econômico?
- d) Essas estratégias têm contribuído para a melhoria de vida da população? O que pode ser melhorado?
- e) Quais são as potencialidades do Município de Campo Mourão que o senhor destaca no setor econômica? Há alguma que deveria que ainda não está sendo explorada?
- f) Qual tem sido o valor da arrecadação no Município de Campo Mourão? A COAMO representa quantos % desse valor?
- g) Como o senhor avalia a importância da COAMO no desenvolvimento econômico regional?
- h) Campo Mourão recebe diariamente um importante fluxo populacional vindo dos municípios vizinhos (seja por motivo de trabalho, estudo, saúde ou econômico). Como o senhor avalia o impacto dessa população sobre a economia do Município?

APÊNDICE H – Entrevista com os comerciantes dos municípios periféricos a Campo Mourão (Mamborê, Peabiru, Araruna, Luiziana).

- a) Que tipo de comércio o senhor possui na cidade?
- b) A quanto tempo está em funcionamento?
- c) Como estão as vendas? Estagnadas ou em crescimento? A que o senhor atribui essa situação?
- d) O comércio de Campo Mourão influencia nas suas vendas? De que forma?
- e) O que tem sido feito para que a população consuma mais aqui no Município?
- f) O fato de Campo Mourão ser uma cidade pólo e estar tão próxima do seu município é bom ou ruim? Por quê?
- g) Os consumidores do município consomem fora do município?
- h) Se positivo, qual seria o motivo?

APÊNDICE I – Entrevista com aos prefeitos dos municípios periféricos a Campo Mourão (Mamborê, Peabiru, Araruna, Luiziana).

a)Qual é a situação econômica do Município atualmente? Estagnada ou em crescimento?

b)A que o senhor atribui essa situação?

c)Quais são as estratégias ou planos de ação que estão sendo desenvolvidos no Município para promover o desenvolvimento econômico?

d)Campo Mourão por ser um pólo regional, exerce uma influencia positiva ou negativa sobre o seu município? Por quê?

e)E quanto a influencia política? É uma relação benéfica para o seu município, ou há privilegio para Campo Mourão por ser uma cidade pólo?

f) Campo Mourão tem contribuído de alguma maneira para a melhoria de vida da população do seu município? O que pode ser melhorado?

g)Diariamente um importante fluxo populacional se dirige para Campo Mourão (seja por motivo de trabalho, estudo, saúde ou econômico). Como o senhor avalia o impacto da mobilidade dessa população sobre a economia do seu Município?

h)O que tem sido feito para incentivar a população a permanecer no município? Como o senhor avalia os resultados?